

UNIVERSIDADE DO VALE DO PARAÍBA
INSTITUTO DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL

Adriana Maria de Paula

**ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO DA MULHER:
ANÁLISE DE CORRELAÇÕES ENTRE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO,
DESIGUALDADES REGIONAIS E EQUIDADE DE GÊNERO**

São José dos Campos, SP
2021

Adriana Maria de Paula

**ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO DA MULHER:
ANÁLISE DE CORRELAÇÕES ENTRE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO,
DESIGUALDADES REGIONAIS E EQUIDADE DE GÊNERO**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional da Universidade do Vale do Paraíba, como complementação dos créditos necessários para obtenção do grau de Mestre em Planejamento Urbano e Regional.

Orientadora: Profa. Dra. Cilene Gomes
Coorientadora: Profa. Dra. Maria Angélica
Toniolo

São José dos Campos, SP
2021

TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE DIVULGAÇÃO DA OBRA

Ficha catalográfica

Paula, Adriana Maria de
Índice de desenvolvimento da mulher : análise de correlações
entre desenvolvimento econômico, desigualdades regionais e
equidade de gênero / Adriana Maria de Paula; orientadora, Profa.
Dra. Cilene Gomes; co-orientadora Coorientadora: Profa. Dra.
Maria Angélica Toniolo. - São José dos Campos, SP, 2021.
1 CD-ROM, 132 p.

Dissertação (Mestrado Acadêmico) - Universidade do Vale do
Paraíba, São José dos Campos, Programa de Pós-Graduação em
Planejamento Urbano e Regional.

Inclui referências

1. Planejamento Urbano e Regional. 2. Desenvolvimento humano.
3. Equidade. 4. Mulheres. I. Gomes, Profa. Dra. Cilene, orient.
II. Toniolo, Coorientadora: Profa. Dra. Maria Angélica,
co-orient. III. Universidade do Vale do Paraíba, Programa de
Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional. IV. Título.

Eu, Adriana Maria de Paula, autor(a) da obra acima referenciada:

Autorizo a divulgação total ou parcial da obra impressa, digital ou fixada em
outro tipo de mídia, bem como, a sua reprodução total ou parcial, devendo o
usuário da reprodução atribuir os créditos ao autor da obra, citando a fonte.

Declaro, para todos os fins e efeitos de direito, que o Trabalho foi elaborado
respeitando os princípios da moral e da ética e não violou qualquer direito de
propriedade intelectual sob pena de responder civil, criminal, ética e
profissionalmente por meus atos.

São José dos Campos, 28 de Abril de 2021.



Autor(a) da Obra

ADRIANA MARIA DE PAULA

“ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO DA MULHER: ANÁLISE DE CORRELAÇÕES ENTRE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, DESIGUALDADES REGIONAIS E EQUIDADE DE GÊNERO”

Dissertação aprovada como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre, do Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional, do Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento da Universidade do Vale do Paraíba, São José dos Campos, SP, pela seguinte banca examinadora:

PROF.^ª DR.^ª CILENE GOMES *Cilene Gomes*

PROF.^ª DR.^ª MARIA ANGÉLICA TONIOLO *Maria Angélica Toniolo*

PROF.^ª DR.^ª SANDRA MARIA FONSECA DA COSTA *Sandra Maria Fonseca da Costa*

PROF.^ª DR.^ª LIDIANE MARIA MACIEL *Lidiane Maria Maciel*

PROF. DR. CIMAR ALEJANDRO PRIETO APARICIO - PUC *Cimar Aparicio*

Prof.^ª Dr.^ª Lúcia Vieira

Diretora do IP&D – Univap

São José dos Campos, 31 de março de 2021.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a minha família, por seu constante apoio e, mais do que isso, por sua sempre presente crença em minha capacidade.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pela concessão da bolsa que possibilitou a realização desse estudo. Bem como à Universidade do Vale do Paraíba – Univap – pelo apoio institucional e material.

Ao corpo docente do programa de pós-graduação em planejamento urbano e regional da Univap, pela sua contribuição em minha formação acadêmica, profissional e como ser humano.

Aos colegas com os quais convivi ao atender as disciplinas do curso, pelas trocas de experiências e de conhecimento.

Ao colega e amigo Daniel, não apenas por sua contribuição no presente estudo, assim como em outros, mas também pelas conversas e trocas de impressões sempre produtivas no decorrer de todo o curso.

À minha coorientadora, Profa. Dra. Maria Angélica Toniolo cujo apoio, conhecimentos e experiências foram fundamentais para a constituição não apenas desse, mas de outros trabalhos desenvolvidos nos últimos dois anos.

À minha orientadora, Profa. Dra. Cilene Gomes, pela sempre dedicação, por me possibilitar crescimento não apenas intelectual, mas também pessoal através dos estudos desenvolvidos, e por toda sua ajuda nessa jornada de dois anos no curso de mestrado.

Agradeço também a todos que de alguma forma contribuíram para a realização desse estudo.

RESUMO

A desigualdade entre homens e mulheres, embora possua suas próprias configurações, origens, consequências, e desdobramentos se dá, como todas as demais relações sociais, no território. Elemento não apenas articulador, mas constituinte dessas relações, o território traz em si “heranças” de processos de desenvolvimento, emancipatórios ou excludentes. Ao observarmos a constituição territorial histórica do Brasil, fica evidente como esses processos influenciaram sua configuração atual e, ainda, a constituição das condições de vida da população nessas localidades específicas, gerando um desenvolvimento desigual e, muitas vezes, predatório. A população feminina, enquanto possua seus próprios desafios específicos no enfrentamento a adversidades, insere-se nesse contexto em que a localidade, ou mesmo, outras características de identidade específicas, trazem repercussões sobre o acesso a recursos básicos. Nesse estudo hipotético-dedutivo, pretende-se correlacionar o desenvolvimento econômico territorial e a equidade de gênero, abordando, ainda, o contexto histórico de desigualdade dos territórios analisados. Para tal, foi elaborado o Índice de Desenvolvimento da Mulher (IDM), ferramenta para análise estatística construída por meio de estatísticas públicas e com o fim de possibilitar a comparabilidade de forma quantitativa das condições de vida das mulheres e, ainda, a desigualdade de gênero. Considerando-se o desenvolvimento como um processo multiescalar, foram adotadas as escalas de análise para os estados brasileiros, a Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte (RMVPLN) e o município de São José dos Campos. Os resultados desse estudo permitem inferir que, enquanto há confluência entre o maior desenvolvimento econômico e o maior acesso a recursos básicos para a população feminina, para a escala estadual foi possível observar que a maior concentração de riqueza esteve em consonância com a maior desigualdade de gênero.

Palavras-chave: Desenvolvimento econômico. Desenvolvimento humano. Equidade. Índice. Mulher. Território.

Women's Development Index: Analysis of correlations between economic development, regional inequalities and gender equity

ABSTRACT

Inequality between men and women, although it has its configurations, origins, consequences, and developments, occurs, like all other social relations, in the territory. Not only an articulating element, but a constituent of these relationships, the territory brings within itself "inheritances" of development processes, emancipatory or exclusive. When observing the historical territorial constitution of Brasil, it is evident how these processes influenced its current configuration and, also, the constitution of the living conditions of the population in these specific locations, generating an uneven and, often, predatory development. The female population, while having its specific challenges in coping with adversity, is inserted in this context in which the locality, or even other specific characteristics of identity, have repercussions on access to basic resources. This hypothetical-deductive study is intended to correlate territorial economic development and gender equity, while also approaching the historical context of inequality in the territories analyzed. To this end, the Women's Development Index (IDM) was created, a tool for statistical analysis constructed using public statistics and to enable the quantitative comparability of women's living conditions and, also, the inequality between men and women. Considering development as a multi-scalar process, the scales adopted were the Brazilian states, the Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte (RMVPLN), and the city of São José dos Campos. The results of this study allow us to infer that, while there is a confluence between greater economic development and greater access to basic resources for the female population, for the state scale it was possible to observe that the highest concentration of wealth resulted in greater inequality between the sexes.

Keywords: Economic development. Human development. Equity. Index. Woman. Territory.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Mapa de manobras de integração do território nacional no período militar	28
Figura 2 – Feições fisiográficas do Estado de São Paulo.	37
Figura 3 – Mapa de localização da RMVPLN.....	39
Figura 4 – IDM Estadual – Dimensão de estruturas econômicas, participação em atividade produtivas e acesso a recursos.	86
Figura 5– IDM Estadual – Dimensão de educação.	87
Figura 6 – IDM Estadual – Dimensão de vida pública e tomada de decisão.....	88
Figura 7 – IDM Estadual – Dimensão de direitos humanos das mulheres e meninas.	89
Figura 8 – IDM Estadual Final.	90
Figura 9 – IEG Estadual – Dimensão de estruturas econômicas, participação em atividade produtivas e acesso a recursos.	92
Figura 10 – IEG Estadual – Dimensão de educação.....	92
Figura 11 – IEG Estadual – Dimensão de vida pública e tomada de decisão.	93
Figura 12 – IEG Estadual Final.	93
Figura 13 – IDM para municípios da RMVPLN – Dimensão de estruturas econômicas, participação em atividade produtivas e acesso a recursos.	95
Figura 14 – IDM para municípios da RMVPLN – Dimensão de educação.	95
Figura 15 – IDM para municípios da RMVPLN – Dimensão de vida pública e tomada de decisão.	97
Figura 16– IDM para municípios da RMVPLN – Dimensão de direitos humanos das mulheres e meninas.	97
Figura 17 – IDM para municípios da RMVPLN – Final.....	98
Figura 18 – IEG para municípios da RMVPLN – Dimensão de estruturas econômicas, participação em atividades produtivas e acesso a recursos.	99
Figura 19 – IEG para municípios da RMVPLN – Dimensão de educação.	99
Figura 20 – IEG para municípios da RMVPLN – Dimensão de vida pública e tomada de decisão.	100
Figura 21 – IEG para municípios da RMVPLN – Final.	101
Figura 22 – IDM – Dimensão econômica – áreas de ponderação de São José dos Campos.....	102
Figura 23 – IEG para a população de mulheres e homens de cor branca.	103
Figura 24 – IEG para a população de mulheres e homens de cor/raça preta, parda e indígena.	104

Figura 25– IEG comparativo para a população de mulheres e homens de cor/raça branca, preta, parda e indígena.	104
Figura 26 – IEG comparativo para a população de mulheres e homens de cor/raça branca, e homens e mulheres de cor preta.	105
Figura 27 – IEG de dimensão econômica comparativo para a população de mulheres e homens de cor/raça branca, preta, parda e indígena.	105
Figura 28– IEG comparativo para a população de mulheres e homens de cor/raça branca e preta.	106
Figura 29 – PIB dos estados brasileiros – 2018.	107
Figura 30 – PIB per capita dos estados brasileiros – 2018.	108
Figura 31 – PIB dos municípios da RMVPLN – 2010.	111
Figura 32 – PIB per capita dos municípios da RMVPLN – 2010.	112

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Períodos de ocupação do Estado de São Paulo.	37
Quadro 2 – Processo de agregação informacional aos indicadores sociais.	71
Quadro 3 – Processo de elaboração de sistema de indicadores sociais.	72
Quadro 4 – Processo de composição de um índice composto (ou sintético).	77

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Índices sintéticos.	78
Tabela 2 – Dimensão de estruturas econômicas, participação em atividade produtivas e acesso a recursos.	79
Tabela 3 – Dimensão de educação.	80
Tabela 4 – Dimensão de vida pública e tomada de decisão.	81
Tabela 5 – Dimensão de direitos humanos das mulheres e meninas.	81

LISTA DE ABREVEATURAS E SIGLAS

BNB	Banco do Nordeste do Brasil
CEPAL	Comissão Econômica para a América Latina
CMIG	Conjunto Mínimo de Indicadores de Gênero
CODEVASF	Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco
CONSADS	Consórcios de Segurança Alimentar e Desenvolvimento Local
CTA	Centro Técnico de Aeronáutica
DNOCS	Departamento Nacional de Obras Contra as Secas
FDA	Fundo de Desenvolvimento da Amazônia
FDNE	Fundo de Desenvolvimento do Nordeste
GTDN	Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDG	Índice de Desigualdade de Gênero
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IDM	Índice de Desenvolvimento da Mulher
IEG	Índice de Equidade de Gênero
ITA	Instituto Tecnológico da Aeronáutica
OMC	Organização Mundial do Comércio
ONU	Organização das Nações Unidas
PDEN	Política de Desenvolvimento Econômico do Nordeste
PIB	Produto Interno Bruto
PND	Plano Nacional de Desenvolvimento
PNDR	Política Nacional de Desenvolvimento Regional
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PPA	Plano Plurianual
RMVPLN	Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte
SUDAM	Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia
SUDENE	Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	15
1.1	Objetivo geral e específicos.....	18
2	DESIGUALDADES REGIONAIS E PERSPECTIVAS DO PLANEJAMENTO NO BRASIL.....	19
2.1	Fatores constituintes das desigualdades regionais no Brasil	19
2.2	Políticas de planejamento regional.....	23
2.2.1	O período desenvolvimentista	23
2.2.2	O período das políticas neoliberais.....	30
2.3	Particularidades históricas dos demais territórios de análise	36
2.3.1	O Estado de São Paulo	36
2.3.2	A Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte (RMVPLN)	38
2.3.2.1	São José dos Campos	42
3	DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, HUMANO E EQUIDADE DE GÊNERO	44
3.1	Algumas teorias do desenvolvimento	44
3.2	Desenvolvimento humano e equidade de gênero	53
3.2.1	Breve análise das origens da desigualdade de gênero	53
3.2.2	Desenvolvimento e desigualdade de gênero: algumas perspectivas históricas	55
3.2.2.1	O enfoque Mulher e Desenvolvimento e a perspectiva feminista liberal	55
3.2.2.2	O enfoque Gênero e Desenvolvimento e as políticas do pós-desenvolvimento	58
3.2.2.3	Interseccionalidade.....	60
3.2.2.4	Consustancialidade x interseccionalidade.....	62
3.2.3	Autonomia, renda e a condição de agente da mulher	64
4	METODOLOGIA.....	69
4.1	Indicadores sociais	70
4.2	O Conjunto Mínimo de Indicadores de Gênero (CMIG).....	72
4.3	Abordagem multiescalar	74
4.4	Abrangência territorial.....	76
4.5	Índices sintéticos	76
4.6	O cálculo do IDM	79
4.7	Índice ajustado para a população de homens e mulheres: Índice de Equidade de Gênero - IEG	83
4.7.1	Incorporando a questão da interseccionalidade ao IEG	84
4.8	IDM para a área de ponderação (município de São José dos Campos)	85

5	DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	86
5.1	O IDM para a escala estadual	86
5.2	IEG para a escala estadual	90
5.3	O IDM para a escala municipal (RMVPLN)	94
5.4	IEG para a escala municipal (RMVPLN).....	98
5.5	Uma tentativa de aproximação para a escala local: O IDM para as áreas de ponderação do município de São José dos Campos.....	101
5.6	O índice adaptado para recorte demográfico específico: cor/raça	102
5.7	O índice de desenvolvimento da mulher: possíveis inferências sobre relações entre desenvolvimento econômico, desigualdades regionais e equidade de gênero	106
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	114
	REFERÊNCIAS	117
	ANEXO A – IDM ESTADUAL	126
	ANEXO B – IDM PARA MUNICÍPIOS DA RMVPLN	128
	ANEXO C – IEG ESTADUAL	129
	ANEXO D – IEG PARA OS MUNICÍPIOS DA RMVPLN	131

1 INTRODUÇÃO

O presente estudo objetiva a análise das possíveis correlações entre desenvolvimento econômico territorial, desenvolvimento humano e equidade de gênero. Entende, para tal, que a análise das condições de vida da população feminina nos territórios abordados é indissociável da análise das desigualdades regionais que se constituíram no decorrer do tempo, incidindo na configuração socioespacial atual desses mesmos territórios. A questão da equidade de gênero, por sua vez, é correlacionada ao desenvolvimento econômico, pretendendo-se realizar um ensaio de análise que contraponha o desenvolvimento econômico territorial e a “distância” entre homens e mulheres, em diversos aspectos da vida. Esse estudo será guiado pela hipótese de que o maior desenvolvimento econômico, porquanto possa trazer melhorias relativas nas condições de vida de homens e mulheres, não necessariamente diminuirá a desigualdade entre eles, podendo, inclusive, aprofundá-la. Para tal, estabelece como “eixos” principais: o estudo das desigualdades regionais, da inequidade de gênero (estando essa inserida na perspectiva de desenvolvimento humano), e o processo de desenvolvimento econômico das escalas abordadas.

Santos e Silveiras (2001, p. 265), dividem a história de desenvolvimento territorial brasileiro em três períodos: “o primeiro, que dura até a Segunda Guerra Mundial, é anterior à unificação do território e mercado. O segundo, com o Brasil unificado, teria como fator dinâmico a indústria e como objetivo a construção nacional. O terceiro coincide com o processo de globalização e vige até nossos dias”.

O primeiro período pode ser caracterizado como um Brasil arquipélago, no qual apesar do poder encarnado pela Coroa portuguesa, e, mais tarde, pelo Império e pelo governo central, não era possível realizar um verdadeiro controle do território, com cada região produtiva se ligando ao centro litorâneo mais próximo.

No segundo período, porém, com a introdução de meios que permitiram a exploração mais dinâmica do território, e, ainda, em decorrência de outros processos, uma nova organização espacial emerge: “no Sudeste criam-se, de um lado, uma rede localizada de ferrovias e, de outro, um intercâmbio baseado numa divisão territorial do trabalho. É esse o embrião do que atualmente podemos chamar de área concentrada” (Idem, 2001, p. 266). Sendo assim, enquanto as relações dentro dessa área polarizada se multiplicam, o mesmo não ocorre com o resto do país, “pode-se, assim,

dizer que estão lançadas as sementes não apenas de uma disparidade regional, mas também de seu aprofundamento” (Ibidem, 2001, p. 266).

Para este estudo considera-se, ainda, que “as escalas geográficas de poder e gestão caracterizam um procedimento metodológico que contribui para a compreensão da dinâmica territorial do desenvolvimento” (RAMBO; RUCKERT, 2008, p. 100). Essa abordagem metodológica, portanto, permitiria observar como diversos processos locais/regionais se articulam entre si, no intuito de promoção do desenvolvimento de dado território. Nesse sentido, é proposta uma análise multiescalar em consonância com a hipótese apresentada, para fins de verificação se a mesma lógica observada numa escala macro, de correlação entre desenvolvimento econômico e desigualdade de gênero, pode ser observada na escala intrarregional ou mesmo local, adotando como territórios de análise, para além do nacional, o Estado de São Paulo, a Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte (RMVPLN), e, de forma parcial, o município de São José dos Campos.

“A escala acaba se caracterizando como um método eficiente que, ao estabelecer um subconjunto, torna sua compreensão possível” (Idem, 2008, p. 100), ao entendermos que os processos envolvidos no desenvolvimento não são necessariamente fluxos contínuos, mas que se entrecortam, afetados também pelas particularidades locais, sendo “preciso um planejamento em diversas escalas geográficas a fim de que emergjam as heterogeneidades” (BRITO; MATTEDI; SANTOS, 2017, p. 03).

A palavra “gênero” é utilizada neste trabalho como forma de se referir à organização social da relação entre homens e mulheres (SCOTT, 1995). Em contraposição ao conceito de “sexo”, que se limita às diferenças biológicas entre homens e mulheres, os papéis de gênero são aprendidos através da socialização e institucionalizados por meio de sistemas educacionais, políticos e econômicos, legislação, cultura e tradições. As questões concernentes a novas identidades de gênero para além de “mulher/feminino” e “homem/masculino”, embora constituam tema de relevância, não fazem parte do escopo deste trabalho. Entendendo, ainda, as limitações com relação às estatísticas públicas utilizadas no presente estudo, que não abordam questões relacionadas à autoidentificação da identidade de gênero em suas metodologias, porém, considerando que a inequidade entre homens e mulheres não advém do determinismo biológico, mas sim das relações sociais e papéis

apreendidos, optou-se por designar o estudo como no campo da “equidade de gênero”.

A inequidade de gênero se manifesta na relação hierárquica entre os gêneros, com desdobramentos nas relações familiares, nos costumes (MIKKOLA; MILES, 2007), e, ainda, na divisão sexual do trabalho (profissional e doméstico), e na “divisão sexual do poder e do saber na sociedade” (HIRATA, 2015, p. 18). Nesse sentido, se faz importante o reconhecimento do elemento cultural presente nessa inequidade que não pôde ser capturado pelo presente estudo, uma vez que seu objetivo principal foi a correlação da desigualdade de gênero com o desenvolvimento econômico.

O estudo se faz importante no contexto da análise da desigualdade de gênero em si mesma, porém, também na análise do papel das condições de vida das mulheres para o desenvolvimento humano. A condição de agente das mulheres, de fato, constitui um dos principais medidores da mudança econômica e social, com suas características estando estreitamente relacionadas ao processo de desenvolvimento. Como afirma Sen (2010, p. 262): “o ganho de poder das mulheres é um dos aspectos centrais no processo de desenvolvimento em muitos países do mundo atual”. Entre os fatores envolvidos no ganho de poder feminino – que o autor define como “independência econômica e emancipação social” (Idem, 2010, p. 249) – incluem-se a educação das mulheres, seu padrão de propriedade, suas oportunidades de emprego e o funcionamento do mercado de trabalho. A importância de todas essas variáveis demonstra, por sua vez, a necessidade de uma análise que considere as mesmas como um conjunto ao se avaliar o desenvolvimento da população feminina.

Dessa forma, esse estudo traz uma contribuição teórica e também metodológica, uma vez que propõe a criação de uma ferramenta estatística para análise da condição de vida das mulheres: um índice sintético, composto por estatísticas públicas, denominado Índice de Desenvolvimento da Mulher (IDM), e para mensuração da equidade de gênero, sua contraparte, o Índice de Equidade de Gênero (IEG). Para além das análises realizadas no presente trabalho, entende-se que o IDM (e IEG) consista numa importante contribuição pois constitui um mecanismo de medição e controle, sendo esses essenciais não apenas ao campo acadêmico, mas também das políticas públicas. Além disso, a utilização de estatísticas de domínio público – padronizadas para todo território nacional, torna possível sua adaptação e utilização para diferentes escalas territoriais em estudos futuros.

Essa dissertação se divide em quatro seções. Na primeira – Desigualdades regionais e perspectivas do planejamento no Brasil – são abordadas as origens das desigualdades regionais no território nacional, traçando um breve histórico desde sua colonização e povoamento, até a década de 1930. A partir de então, se analisa as principais políticas de planejamento regional instituídas, e, por fim, apresenta-se alguns aspectos históricos do desenvolvimento das demais escalas de análise. A segunda seção – Desenvolvimento econômico, humano e equidade de gênero – aborda algumas teorias de desenvolvimento, trazendo perspectivas históricas da abordagem de gênero dentro da questão do desenvolvimento, analisando ainda questões concernentes à interseccionalidade, consubstancialidade e autonomia. A seção metodológica descreve o processo de composição e cálculo do IDM e IEG, apresentando ainda as variáveis que os compõem. Por fim, na quinta seção – Discussão dos resultados – são apresentados os resultados do IDM e IEG na forma de mapeamentos, bem como dados relativos à produção econômica dos territórios abordados (PIB e PIB per capita), e, ainda, são realizadas algumas inferências na relação entre equidade de gênero e desenvolvimento econômico.

1.1 Objetivo geral e específicos

Analisar as condições de vida da população feminina e a equidade de gênero em sua dimensão nacional e das particularidades regionais, no que tange ao Estado de São Paulo, à RMVPLN, e, de forma parcial, ao município de São José dos Campos. Pretende-se, ainda, trazer uma discussão sobre as relações entre desenvolvimento econômico e desenvolvimento humano, com foco na população de mulheres e em suas condições de vida.

1. Construção do índice de desenvolvimento da mulher e índice de equidade de gênero, de modo a permitir a análise da disparidade de gênero nos recortes geográficos definidos pelo presente estudo.
2. Gerar uma abordagem multidisciplinar, e, em particular, para a área de planejamento urbano e regional e demografia, não só pelo referido índice, que em si representa um meio para análises e planejamentos, mas também pela elaboração teórica que combina diferentes aportes para discussões sobre desenvolvimento, equidade de gênero e cidadania.

2 DESIGUALDADES REGIONAIS E PERSPECTIVAS DO PLANEJAMENTO NO BRASIL

2.1 Fatores constituintes das desigualdades regionais no Brasil

Considerando-se que a inequidade de gênero, assim como demais inequidades sofridas por diversos grupos marginalizados, não se dá num vácuo, mas sim insere-se no contexto de particularidades regionais (sejam elas na escala nacional ou local), é necessário contextualizarmos, histórica e temporalmente, alguns fatores ou relações de desigualdades que se constituem no território brasileiro.

A configuração atual de desigualdade regional que se apresenta no Brasil (em que o Norte, e em particular o Nordeste apresentam indicadores socioeconômicos claramente inferiores ao resto do país, apesar dos ganhos observados na década de 2000 e início da década de 2010), não foi a mesma, por certo, desde o início da constituição do país. De fato, a região nordestina foi a primeira a ser colonizada, apenas posteriormente ocorrendo uma inversão que a colocou em patamar inferior de desenvolvimento socioeconômico com relação ao restante do país.

A extração de madeira foi a primeira atividade econômica em solo brasileiro que, à época, motivou o comércio interoceânico do Brasil com a Europa. Essa atividade espalhou-se pela costa do território, pelo menos de São Paulo ao Maranhão, onde havia disponibilidade de madeiras de alto valor econômico, em especial o Pau-Brasil. A região Nordeste, porém, era uma prioridade por sua maior proximidade relativa com a Europa em comparação ao restante do território (BARROS, 2019). Tratava-se, porém, de uma exploração que não deixou grandes traços na forma de povoamento, não tendo sido criados estabelecimentos fixos ou definitivos (PRADO JUNIOR, 2012).

No início do século XVI se iniciou o cultivo de cana de açúcar, especiaria bastante desejada na Europa, em grande parte por sua capacidade de preservação de alimentos, como frutas, quando não havia ainda refrigeração que permitisse tal procedimento. Por meio das capitânicas – grandes volumes de terras doadas pela coroa portuguesa – “o regime de posse da terra foi o da propriedade alodial e plena. Entre os poderes dos donatários estava o de disporem das terras, que se distribuía entre os colonos. As doações foram em regra muito grandes, medindo-se os lotes por muitas léguas” (PRADO JUNIOR, 2012, p. 27). Ademais, a produção de cana-de-

açúcar tornava necessário o empreendimento de muitos trabalhadores, e os processos de plantação, a colheita e transporte do produto aos engenhos para a produção da especiaria só eram rentosos se realizados em grandes volumes, sendo, então, “sobretudo essas circunstâncias que determinarão o tipo de exploração agrária adotada no Brasil: a grande propriedade” (idem, 2012, p 28).

Com relação à região amazônica, como com o Tratado de Tordesilhas ficou fora dos limites de Portugal, seus primeiros exploradores foram os espanhóis. No século XVI, a expedição de Francisco Orellana navegou pelo rio Amazonas da nascente para a foz. A ocupação da região Norte foi, ainda, consequência do povoamento do litoral setentrional do país, culminando na fundação da futura Belém do Pará em 1616 com a expulsão de holandeses e ingleses que haviam se estabelecido na região (CASADEI, 1976).

As temperaturas elevadas, chuvas abundantes e rico solo da região nordestina fizeram daquelas terras as mais propícias para o cultivo da cana-de-açúcar. “A produção de cana-de açúcar criou um mercado para a expansão das atividades locais na região circundante” (BARROS, 2019, p. 12), atividades estas que tinham o intuito de manter o funcionamento da economia de exportação, fornecendo os meios de subsistência à população empregada na produção canavieira (PADRO JUNIOR, 20112). Além disso, o próprio estabelecimento dessas atividades desencadeou o desenvolvimento de atividades urbanas como o comércio por atacado e varejo e serviços diversos. A administração pública, por sua vez, também tinha maior presença no Nordeste do que nas demais regiões, uma vez que com maior produção econômica ela possuía maior capacidade de gerar tributos à coroa portuguesa. “O pacto colonial estreitou laços utilitaristas entre as elites metropolitanas e as elites coloniais, através do lucrativo comércio agroexportador” (BANDEIRA, 2014, p. 28), isto é, as elites, tanto de base rural quanto colonizadora mantinham hegemonia em seus domínios rurais.

Porém, com o início do ciclo do ouro no século XVIII, o Nordeste perdeu relativamente sua relevância econômica, ainda que continuasse sendo uma região economicamente importante, pois a cana-de-açúcar permaneceu como um produto de exportação brasileiro rentável, e a região ainda era sua principal produtora. (BARROS, 2019).

Na região amazônica, por sua vez, as condições naturais eram em grande parte desfavoráveis à agricultura, com a mata espessa e semiaquática, terreno baixo e submetido a alagações sazonais. Desse modo, a organização da produção acabou

por não ter por base “a propriedade fundiária, como na agricultura e na mineração. A exploração se realiza indiferentemente na floresta aberta a todos, e faz-se esporádica, coincidindo com as épocas próprias da colheita” (PRADO JUNIOR, 2012, p. 67)

A partir de 1768 com a produção de metais preciosos já liderando as exportações brasileiras, o açúcar foi relegado a segundo plano. As zonas onde não se dão extração dos metais empobrecem e se despovoam, “tudo cede espaço ao novo astro que se levanta no horizonte; o próprio açúcar, que por século e meio representara o nervo econômico da colonização e sua própria razão de ser, é desprezado” (PRADO JUNIOR, 2012, p. 49). O Rio de Janeiro se torna o grande centro comercial do país, e cidades como Ouro Preto e Mariana, em Minas Gerais, também passam a ter papel importante no apoio urbano às atividades mineradoras (BARROS, 2019). Bandeira (2014, p. 28) aponta ainda que a transferência da capital da colônia para o centro-sul, ou seja, para a cidade do Rio de Janeiro, em 1763, e a transferência da corte para o Brasil, em 1808, “representaram dois importantes saltos de qualidade em nossa modernização interna, trazendo um surto de urbanização, de vida cidadina”.

Em 1830, com o esgotamento das minas de ouro e demais metais preciosos, o Nordeste voltou a ocupar papel de destaque no desenvolvimento econômico, dado o novo aumento da cana-de-açúcar nas exportações brasileiras, pois, muito embora também fosse produzida no Rio de Janeiro e em São Paulo, a região ainda era a principal produtora em âmbito nacional.

Em 1870, porém, retornou o atraso econômico na região Nordeste, com o café passando a liderar as exportações brasileiras, sendo produzido majoritariamente na região Sudeste, sendo a região Sul fortemente integrada àquela região (BARROS, 2019). Segundo Sodré (1963, p. 24), o café não constituía mero substituto ao açúcar e, secundariamente, ao algodão, pois a consolidação da economia cafeeira no Sudeste significou também o reposicionamento da riqueza do Nordeste para o Sudeste, inicialmente para o Vale do Paraíba e, depois, para o oeste Paulista: “Mas o café, destacando-se, coloca em posição privilegiada uma nova região, aquela que se especializou na produção de café: há, assim, um deslocamento de riqueza, de renda, de uma zona à outra”. Prado Junior (2012, p. 193), classifica esse momento como o de maior transformação da economia brasileira, “um incipiente capitalismo dava aqui seus primeiros e modestos passos.”

Barros (2019, p. 134) aponta que o século XIX “contempla parte do período mais radical de deterioração relativa do Nordeste, que se concentrou entre 1870 e 1914”. Esse período também apresentou relativo crescimento industrial no Brasil, pois o país recebe diversos imigrantes que trouxeram consigo tecnologias para iniciar produção secundária em sua nova pátria. Alguns teóricos, como Furtado (1959), chegam a associar o atraso do Nordeste com a menor industrialização nesse período na região.

A região Norte, por sua vez, atravessou o chamado primeiro ciclo da borracha, atingindo seu auge entre 1879 e 1912, com a extração de látex para posterior comercialização da borracha tornando-se extremamente lucrativa. Essa atividade proporcionou, ainda, a expansão da colonização e desenvolvimento de cidades como Belém, Manaus e Porto Velho (PRADO JUNIOR, 2012). Porém, como afirma Becker (2001, p. 135), a ocupação da região “se fez em surtos devassadores ligados à valorização momentânea de produtos no mercado internacional, seguidos de longos períodos de estagnação”.

Bresser-Pereira (2018, n. p.) aponta ainda que, após 1822, com a independência, a burocracia pública portuguesa foi substituída por uma burocracia pública brasileira “e surgiu uma burguesia comercial de mercadores de escravos, enquanto o sistema econômico latifundiário, monocultor e escravista em nada mudava”. O autor aponta ainda que as duas principais contribuições do período imperial para o Brasil foram a construção de um Estado e a garantia da unidade do território.

Para o autor (Idem, 2018, n. p.), a sociedade brasileira foi uma sociedade semicolonial até 1930, “quando, afinal, começa sua revolução nacional e industrial”, quando Vargas, apoiado por uma coalizão de classes desenvolvimentistas e nacionalistas, constituídas por empresários industriais, trabalhadores urbanos, burocracia pública e parte da antiga oligarquia proprietária de terras, busca viabilizar uma revolução clássica burguesa, modernizadora e nacional, da qual não fizeram parte setores envolvidos na exportação de café, cacau e algodão, uma vez que o novo regime usaria rendas dessas culturas para impulsionar o desenvolvimento industrial. A revolução de 1930 teria, portanto, diminuído o poder das oligarquias locais, fortalecendo o poder central e estruturando o Estado (Ibidem, 2018).

Oliveira (1972, p. 6) argumenta, no entanto, que a teoria do subdesenvolvimento, estabelecendo suas bases no desenvolvimentismo, com seus

estereótipos de “planejamento”, “integração nacional” e “interesse nacional”, particularmente no período pós 1950, teria “desviado a atenção teórica e a luta política do problema da luta de classes, justamente no período em que, com a transformação da economia de base agrária para industrial urbana, as condições objetivas daquela se agravavam”.

A expansão capitalista reverberou também na região centro-oeste, uma vez que, com o objetivo de atender o mercado consumidor da região sudeste, o desenvolvimento agrícola foi intensificado, estando, assim, “diretamente ligado ao desenvolvimento industrial” (BEZERRA; CLEPS, 2004, p. 31). Como era necessário maior oferta de bens agrícolas para a redução do custo da força de trabalho industrial, podemos dizer que a industrialização de região sudeste promoveu, também, uma reconfiguração do espaço agrário nacional (Idem, 2004).

A expansão capitalista só se intensifica no Brasil no século XX, pois antes não se encontravam presentes em território nacional as duas principais condições para que ocorresse: A formação de uma nação e o surgimento de um mercado interno. Ou seja, o país assumiu como projeto nacional a industrialização e como estratégia para alcançar esse objetivo o nacional-desenvolvimentismo (BRESSER-PEREIRA, 2018).

Podemos observar, portanto, que dois fatores estão na base da constituição das desigualdades regionais no território nacional: as relações de dominação advindas da colonização, que incidiu sobre a configuração do território de acordo com as demandas do Estado colonizador (Portugal), e, mais tarde, a formação do Estado nacional, que adotou um modelo de desenvolvimento pautado na industrialização, reforçando o deslocamento do dinamismo do nordeste, para o centro-sul do país.

O período pós 1930, marca, assim, o início da instituição de políticas de planejamento regional no território brasileiro pelo poder federal, que serão abordadas na próxima subseção.

2.2 Políticas de planejamento regional

2.2.1 O período desenvolvimentista

Oliveira (2008), classifica economicamente o Brasil pré 1930 como um arquipélago, constituído por “ilhas regionais”, com seus subespaços muito mais vinculados ao exterior do que com as demais regiões que formavam o país, como

afirma Bresser-Pereira (2018, n. p.), “uma sociedade agrário-exportadora dominada por uma oligarquia de senhores de terra e de políticos patrimonialistas”, oligarquia essa que se opunha ao projeto desenvolvimentista de industrialização de Vargas, bem como a uma classe média liberal alinhada a interesses estrangeiros (Idem, 2018).

No último quarto do século XIX, porém, a economia cafeeira – predominante no Rio de Janeiro e em São Paulo – tornou possível o desenvolvimento de atividades-satélite que, mais tarde, seriam responsáveis pela constituição de um núcleo interno de acumulação de capital que teria como centro a cidade de São Paulo (OLIVEIRA; WERNER, 2014), “a economia era de certo modo concorrencial, e por isso mesmo criavam-se mais empregos e o salário fabril servia, juntamente com o rural, para encorajar o nascimento de outras fábricas” (SANTOS; SILVEIRAS, 2001, p. 36).

O movimento de industrialização e o processo de concentração produtiva (acentuadamente em São Paulo, mas também na região Centro-Sul do país) foram favorecidos pela centralização política, incentivada pela ditadura instaurada em 1937, redefinindo as fronteiras comerciais, “a extinção das barreiras à circulação de mercadorias entre Estados da união marcou um avanço fundamental no processo de integração econômica do espaço nacional” (SANTOS; SILVEIRAS, 2001, p. 42). Por outro lado, no Nordeste, onde havia uma economia de estrutura rígida, consolidada através da economia açucareira, não se verificou uma diversificação significativa da estrutura produtiva. Como afirmam Oliveira e Werner (2014, p. 10): “Diferentes e particulares características das antigas ilhas regionais, especialmente a do Nordeste e a de São Paulo, concorreram para o que no final dos anos de 1950 seria conhecido como a Questão Regional brasileira”. Santos e Silveiras (2001) afirmam ainda que foi nesse momento, com a integração do Sul e Sudeste, que se criaram as condições para o que mais tarde viria a ser a região Concentrada do país.

“Para autores desenvolvimentistas, o processo de crescimento econômico ocorre espacialmente de maneira desigual e desequilibrada” (SENRA, 2011 p. 171), de modo que a concentração de riquezas ocorre não apenas com relação à renda da população, mas ainda com relação à geração de riqueza econômica, em diversas escalas. O que, por sua vez, geraria um ciclo vicioso com efeitos acumulativos, acentuando diferenças econômicas e sociais. Esse processo só pode ser revertido, segundo autores desenvolvimentistas, com a intervenção do Estado na economia e no processo de desenvolvimento tanto de amplitude nacional quanto regional.

Seguindo a mudança do padrão de desenvolvimento que se vivia no pós-guerra, em 1952 a proposta de criação do Banco do Nordeste do Brasil (BNB), já trazia novos parâmetros para o desenvolvimento regional. Senra (2011), no entanto, aponta que a ação governamental mais acentuada ocorreria no governo de Juscelino Kubtischek, sendo a medida que melhor caracteriza o início dessa fase o lançamento da Política de Desenvolvimento Econômico do Nordeste (PDEN), elaborada pelo Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN), sob coordenação do economista Celso Furtado, cuja principal inspiração teórica foi o método histórico-estrutural e o exame das “disparidades regionais” realizado pela Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL) (OLIVEIRA; WERNER, 2014).

O GTDN identificou que o perfil dos gastos públicos da região Nordeste possuía um caráter essencialmente assistencialista, pois não incidiam sobre a estrutura econômica da região, o que impossibilitava a superação das perdas ocasionadas pela evasão de excedentes para o Centro-Sul. De modo que as ações públicas executadas até então, ao contrário de mitigar as disparidades regionais, as aprofundavam, pois elas “estavam reiterando aquela estrutura econômica regional” (Idem, 2014 p. 14). Era preciso, pois, ocorrer mudanças nas ações estatais para que a região superasse o círculo vicioso em que encontrava sua economia.

Senra (2011) identifica como principais políticas regionais do período Nacional-Desenvolvimentista: A criação de várias instituições de desenvolvimento regional, sem uma coordenação centralizada; a formulação e tentativa de implantação da primeira política de desenvolvimento regional para a Região Nordeste; incentivos tributários e creditícios com o intuito de promover a industrialização da Região Nordeste; investimentos em infraestrutura e industrialização, especialmente na Região Sudeste; a construção de Brasília, que alavancou investimentos na Região Centro-Oeste do país.

A PDEN merece destaque, no entanto, pela formulação de diferentes propostas para as diferentes parcelas do território nordestino: A zona costeira receberia investimentos para promover a industrialização, no semiárido pretendia-se aumentar a produtividade agropecuária, nos vales do Maranhão e Goiás devia-se promover a colonização através do recebimento da população migrante do semiárido (Idem, 2011). Os investimentos em infraestrutura e de ordem econômica viriam da União, enquanto os investimentos na industrialização partiriam do capital privado, incentivado por meio de isenções tributárias e financiamentos públicos.

A PDEN, porém, alcançou resultados limitados. A SUDENE – órgão criado com o intuito de levar a cabo a implantação de Planos Diretores de Desenvolvimento Regional – enfrentou muitas dificuldades. A integração do mercado nacional e a própria subjugação da região ao poder econômico instalado no Centro-Sul não permitiu o desenvolvimento de um centro industrial. A fronteira agrícola nordestina foi ocupada não pelos sertanejos da região, “mas pelos capitalistas do Centro-Sul plantando soja ou melão, para exportação, e consolidando, ali também, a grande propriedade” (BACELAR, 1993, p. 89). Além disso, a SUDENE não conseguiu impor sua hegemonia a outros órgãos e estados, tornando necessário, ainda, considerar o contexto social e político que permeou sua atuação: após a renúncia de Jânio Quadros, o pacto regional de governadores que dava sustentação ao organismo se desestabilizou, dificultando a articulação de ações centralizadas na entidade (OLIVEIRA; WENER, 2014).

Dada as grandes dificuldades enfrentadas pela SUDENE, Senra (2011) considera que o desenvolvimento regional no período se deu principalmente devido aos desdobramentos do Plano de Metas do governo de Juscelino Kubitschek, que, embora não tenha tratado particularmente da questão regional, teve grande impacto na ocupação do território. Ademais, embora os investimentos em infraestrutura tenham se concentrado na região Centro-Sul, o sistema rodoviário implantado promoveu a integração da região e gerou vias de acesso na direção oeste, norte e nordeste. A propósito, Bacelar (1993) também credita este último fato à SUDENE, visto que seus dois primeiros planos diretores deram ênfase ao desenvolvimento da malha rodoviária do Nordeste.

A ação do estado, portanto, teve papel no desenvolvimento econômico do Nordeste, e foi por meio destes preceitos – nos quais o capital privado era induzido a realizar inversões produtivas – que se pautou a trajetória do planejamento regional brasileiro (OLIVEIRA; WERNER, 2014), razão pela qual o estudo dessas ações particulares nesse recorte territorial são de grande importância para entender a linha temporal do desenvolvimento regional no Brasil.

As ações desenvolvimentistas do governo J. K. seriam usadas como base pelos militares na fase seguinte das políticas de desenvolvimento regional, o Desenvolvimentismo-Militar.

No período militar o país permaneceu seguindo a ideologia Keynesiana, que prega uma forte participação do Estado na economia, o que, conseqüentemente,

reverberou no planejamento regional. Essa característica fica evidente ao se observar o grande volume de investimentos públicos no período (até os anos 80), bem como com a elaboração dos Planos Regionais de Desenvolvimento, inseridos nos Planos Nacionais de Desenvolvimento (PNDs), que constituíram o maior esforço no planejamento público desde o Plano de Metas de Juscelino Kubistchek (SENRA, 2011).

O regime militar, porém, alterou a forma de atuação do chamado “modelo SUDENE”. Enquanto o planejamento regional, de acordo com os preceitos da SUDENE, buscava uma reestruturação da sociedade, sua dinamização e modernização, o planejamento regional pela ótica do regime militar, muito embora não abandonasse a ideia da “integração nacional” – ao contrário, fazia dela seu grande lema – seguia o plano principal de tornar o Brasil uma potência mundial (OLIVEIRA; WERNER, 2014). A modernização do período, de caráter conservador, manteve inalterada a estrutura fundiária do Nordeste, e solidificou interesses dos grandes proprietários de terra (SENRA, 2011).

Assim, no Nordeste, foi abandonada a proposta industrializante, mas reformista, do GTDN, e adotado o modelo de industrialização situada, de acordo com a modernização conservadora promovida pelo regime militar. De modo que a indústria não mais se voltava para atender o mercado nordestino, como propusera Furtado, mas sim comprava maior parte dos insumos do Sudeste, assim como vendia para lá grande parte de sua produção. “A Zona da Mata, em vez da diversificação proposta pelos planos iniciais da SUDENE, conheceu o fortalecimento do monopólio da cana, estimulado pela possibilidade de produzir álcool” (BACELAR, 2012, p. 18).

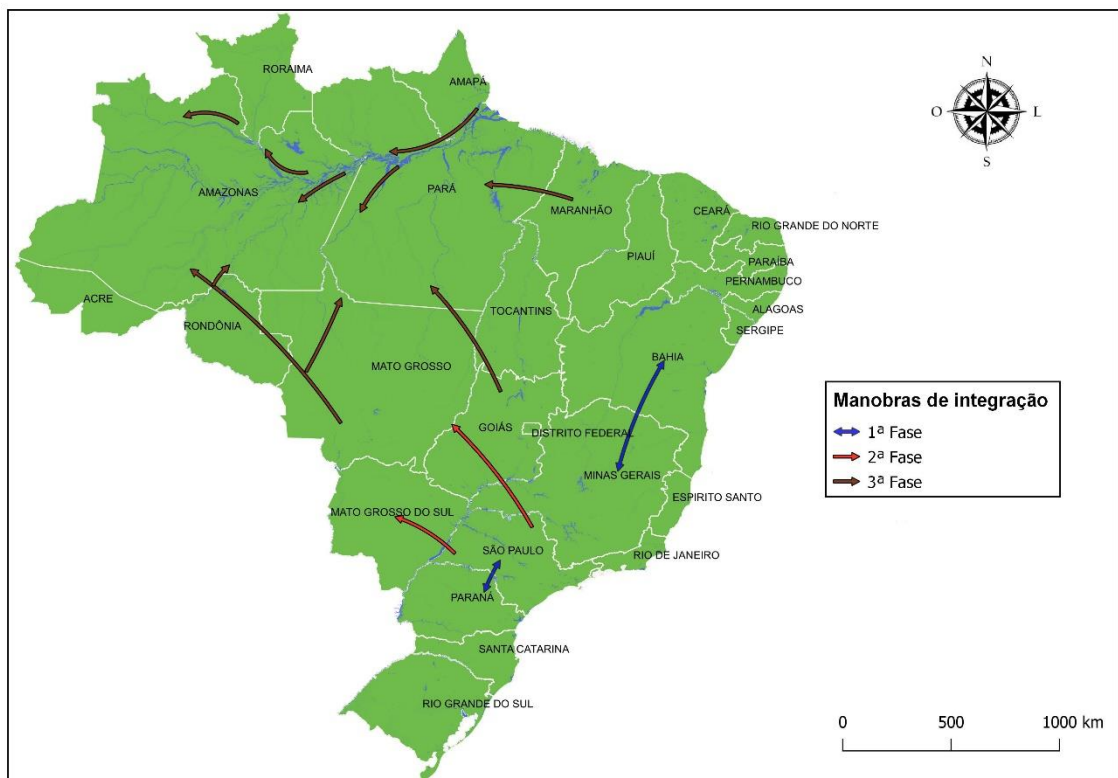
A teoria dos Polos de Crescimento, de François Perroux, teve grande influência na fase Desenvolvimentista-Militar. Segundo Senra (2011, p. 174) ela prega que “há indústrias motrizes que geram ondas de inovações, são capazes de mobilizar outras indústrias secundárias e outros setores da economia e podem promover a dinamização regional”. Ou seja, o Estado deve estimular a instalação de indústrias motrizes de modo a incentivar o desenvolvimento de uma região.

Porém, outra grande influência do planejamento desse período foi o pensamento da Escola Superior de Guerra, de modo que a estratégia de integração do território nacional tomou maior relevância do que as práticas de políticas regionais. Tal estratégia foi dividida em 3 fases: Na primeira planejava-se ligar o Nordeste e o Sul ao centro do país; na segunda, a colonização do Centro-Sul deveria avançar à

noroeste, promovendo o povoamento da Região Centro-Oeste; na terceira o objetivo era povoar a Amazônia a partir de uma base avançada no Centro-Oeste e com ação coordenada seguindo o eixo do Grande Rio (SILVA, 1981) (Figura 1).

“A região deixou de ser a escala merecedora de uma política específica. Em seu lugar, partiu-se para a identificação de potenciais micro localizados funcionais a algum programa estratégico de cunho nacional” (OLIVEIRA; WERNER, 2014, p. 19), dessa forma o desenvolvimento das regiões não era mais projetado pelos planejadores regionais, e passou a ser pautado pelos tomadores de decisão de cada um dos macro-setores considerados prioritários pelo regime, tais como o setor elétrico, o mineiro-metalúrgico e o petroquímico. Conforme afirmam Oliveira e Werner (2014, p. 19): “frente a cada setor, não mais se apresentavam as regiões, mas um espaço diferenciado de localização de investimentos e projetos”, que eram definidos de acordo com seu potencial frente à acumulação capitalista.

Figura 1 – Mapa de manobras de integração do território nacional no período militar



Fonte: Silva (1981). Elaborado pela autora.

Senra (2011) define como principais políticas que marcaram o período: criação de estrutura institucional centralizada dedicada ao desenvolvimento regional, com

destaque para a criação de superintendências de desenvolvimento regional para as cinco macrorregiões; valorização do planejamento estatal, definindo as macrorregiões como escala principal de atuação; grandes investimentos em infraestrutura econômica para ocupação do território nacional; criação de polos industriais e agrícolas. É importante ressaltar, ainda, que foi nesse período que o planejamento estatal se firma em âmbito nacional.

Os Planos Nacionais de Desenvolvimento foram o principal instrumento de planejamento estatal do período. Tendo o primeiro plano estabelecido proposta de polos regionais agrícola-industriais para o Sul e o Nordeste, e polos agrícola-minerais para o Norte e o Planalto Central. O segundo PND estabeleceu a ação do governo em Áreas Integradas, além de propor o estabelecimento de eixos naturais de penetração para regiões da Amazônia e Centro-Oeste. Além disso, na década de 70 foram lançados programas especiais a fim de promover “polos de desenvolvimento”, sendo os criados na Região Centro-Oeste os mais bem-sucedidos (Idem, 2011). “Por esse padrão de planejamento não era a região que acolhia o polo, mas o polo que gerava e geria as regiões” (OLIVEIRA; WERNER, 2014, p. 19).

De fato, esse modelo de planejamento centralizado seguia uma racionalidade técnica e instrumental levada a cabo por agências estatais, com a ajuda do grande capital. Nas palavras de Santos (1980, p. 148), trata-se de uma “adaptação ao modelo capitalista internacional”, que se torna mais requintada, junto à “respectiva ideologia de racionalidade e modernização a qualquer preço”, que ultrapassa o domínio industrial, inclusive, impondo-se ao setor público e a áreas ainda não alcançadas (ou apenas indiretamente), “como, por exemplo, a manipulação dos *mass-media*, a organização e o conteúdo do ensino (...) as relações de trabalho” e outras.

Foi ainda somente nessa fase que se deu o planejamento regional de forma efetiva na região norte, com o devassamento amazônico integrando o projeto geopolítico do estado nacional.

Nesse projeto, a ocupação da Amazônia assumiu prioridade por várias razões. Foi percebida como solução para as tensões sociais internas decorrentes da expulsão de pequenos produtores do Nordeste e do Sudeste pela modernização da agricultura. Sua ocupação também foi percebida como prioritária, em face da possibilidade de nela se desenvolverem focos revolucionários (BECKER, 2001, p. 137).

Como suporte a essas estratégias, foram modernizadas as instituições, com o antigo Banco de crédito da Borracha sendo transformado em Banco da Amazônia

(BASA), a SPVEA convertida na Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) e a criação da Zona Franca de Manaus.

Segundo Senra (2011, p. 179) “os resultados das políticas de desenvolvimento regional dessa fase são controversos. Um dos pontos mais relevantes é a formação de polos industriais na periferia do país, principalmente no Nordeste”, o que foi possível graças a benefícios tributários e creditícios, ou seja, houve de fato uma transferência de capitais para a periferia. Cano (1981), porém, afirma que o tipo de indústria que se instalou no Nordeste não tinha conexão com a população da região e não contribuiu para a diminuição do desemprego.

Na década de 80, o III PND planejava seguir as diretrizes de fortalecimento dos estados, municípios e órgãos regionais. O investimento público, porém, caiu da faixa de 12%, em 1980, para 6.7% em 1985 (Idem, 2011). O país já enfrentava a crise fiscal, e a redução dos gastos públicos marca o início do período de transição para a fase neoliberal.

2.2.2 O período das políticas neoliberais

As ideias neoliberais tiveram origem com Friedrich Hayek e sua obra *O Caminho da Servidão* (1944), na qual combatia a ideia do planejamento econômico realizado pelo Estado e a concepção de Estado de Bem-estar.

Para Dardot e Laval (2016), porém, pensamentos e ações bem sucedidas provenientes de vários tipos de liberalismos durante o século XIX, contribuíram para a ascensão do neoliberalismo – algo completamente distinto daquele – no século XX. Para os autores, o sucesso da implementação do neoliberalismo se deveu tanto a condições e materialidades históricas, como na forma geral da sociedade, com sua identificação com valores como concorrência e individualismo.

Foi com o chamado Consenso de Washington, no entanto, que o receituário neoliberal seria elaborado, preconizando a austeridade fiscal e nos gastos públicos, liberalização comercial, privatização e desregulamentação. Concomitantemente à disseminação das ideias neoliberais – que avançavam ainda devido a internacionalização do capital financeiro –, o processo de globalização se acentuava, baseado principalmente no progresso tecnológico de comunicação e transportes. Segundo Senra (2011, p. 182) “a assimetria do poder global assumiu significado

especial para o desenvolvimento regional na medida em que a revolução da tecnologia possibilitou uma conexão direta e imediata do global com o local”.

No Brasil, após o governo de Sarney (1985-1989) falhar em controlar a inflação e dívida externa, o governo Collor aceitou sem objeções as principais recomendações do Consenso de Washington.

Dessa forma, depois de 60 anos de política econômica autônoma, o Brasil curvou-se à nova ortodoxia ou “verdade indiscutível”, o neoliberalismo, que havia se tornado dominante no Norte e há 10 anos exercia forte influência nas elites financeiro-rentistas brasileiras (BRESSER-PERREIRA, 2018, n. p.).

Senra (2011) elenca como principais políticas de desenvolvimento regional no Brasil na fase neoliberal as que se seguem: Extinção ou desvalorização das instituições de desenvolvimento regional; a redução de incentivos fiscais como instrumento de desenvolvimento regional e o programa dos Eixos Nacionais de Integração e Desenvolvimento.

Em 1995, com a retirada do dispositivo que dava preferência às empresas nacionais nas compras do Estado da constituição de 1988, foram extintos os monopólios nacionais nos serviços públicos de infraestrutura (BRESSER-PERREIRA, 2018).

Como dito, na década de 90 ocorreu a desvalorização das instituições tradicionais de desenvolvimento regional, por meio de cortes de orçamento e salários de servidores. Somando-se a isso, houve ainda acirrada “guerra fiscal” entre governos estaduais, com o objetivo de atrair investimentos internacionais para seu território, o que constituía uma contradição às próprias diretrizes macroeconômicas neoliberais, uma vez que tais manobras provocaram uma série de renúncias fiscais (SENRA, 2011). Oliveira e Werner (2014, p. 19) afirmam que “a guerra fiscal foi (e ainda é) decorrência direta da incapacidade coordenadora do Estado Nacional quanto à promoção de políticas regionais, e do ponto de vista fiscal se traduz na perda global de receitas tributárias para o setor público”. Ou seja, as receitas potenciais do Estado são repassadas ao capital privado, sob a justificativa de vantagens oriundas da exploração de atividades econômicas, indo de encontro à debilitação financeira desse mesmo Estado que prega a austeridade dos gastos públicos com relação a políticas sociais.

Além disso, nos anos 1990 viu-se a priorização do aprofundamento da internacionalização da economia no país, com a desregulamentação financeira e a desnacionalização do sistema bancário. Na esfera produtiva, ao invés da preocupação da consolidação de um mercado interno, como nas décadas anteriores, prioriza-se a inserção no mercado mundial de empresas, buscando segmentos mais competitivos. Para a dinâmica regional, a consequência é que essas estratégias fizeram com que fossem mais valorizados esses mesmos segmentos, secundarizando as regiões menos competitivas, “as mais negativamente impactadas pela competição exacerbada, ou as que se encontram em reestruturação” (BACELAR, 2012, p. 326).

A principal política de desenvolvimento regional no contexto neoliberal foi o Plano Plurianual 1996/1999, que introduziu a proposta de sete Eixos Nacionais de Integração e Desenvolvimento, cujo principal objetivo foi conectar espaços produtivos nacionais aos mercados internacionais (SENRA, 2011).

Os eixos tinham como função agregar um conjunto de investimentos públicos e privados nas áreas de infraestrutura econômica, desenvolvimento social, informação, conhecimento e meio ambiente. O objetivo era que esses projetos desencadeassem um efeito multiplicador, gerando novos investimentos, aumento de emprego e elevação de renda nessas áreas (Idem, 2011). De acordo com Egler (2000, p. 17), os eixos representavam “uma ampliação espacial da noção de polos de desenvolvimento”, adotada pelo regime militar. Mais tarde, o Plano Avança Brasil 2000/2003 proporia doze Eixos Nacionais.

Os investimentos, porém, foram concentrados em alguns vetores de produção, e visavam integrar a economia brasileira ao mercado global – por meio da constituição de uma infraestrutura objetivando o escoamento de mercadorias (OLIVEIRA; WERNER, 2014) – enquanto outras áreas consideradas menos competitivas ficaram à margem do processo, ou seja, houve a reprodução da mesma lógica de desenvolvimento desigual (SENRA, 2011).

Em 1999 foi criado o Ministério da Integração Nacional, o que, segundo Senra (2011, p. 186) “sinalizou a determinação do governo em recolocar a função regional na agenda de prioridades do Estado”. As mesorregiões diferenciadas foram lançadas no ano seguinte, constituindo indicativo da transição para a fase Neodesenvolvimentista.

Após o fracasso das medidas neoliberais reemergiu na América Latina um modelo de desenvolvimento, com o ressurgimento das políticas sociais baseadas nas

relações entre Estado, desenvolvimento econômico e proteção social, e ênfase na capacidade de promover o crescimento econômico ao mesmo tempo que o desenvolvimento social. Para tal, busca-se um Estado e mercado forte (SENRA, 2011).

Para Bresser-Perreira (2018, n. p.), no entanto, “o regime de política econômica continuou liberal”, embora tenham sido introduzidas mudanças, como o comprometimento na redução da desigualdade, seja por meio do aumento do salário mínimo (já há muito defasado) em 63% – proporcionado pelo *boom* dos *commodities* – ou pela introdução de programas de distribuição de renda; a interrupção das privatizações e a adoção de uma política industrial como estratégia de crescimento. Porém, não houve mudanças em relação à abertura comercial, com as taxas de juros mantidas em patamar alto “sem nenhuma boa razão a não ser os interesses do capital financeiro-rentista que assim continuou a se apropriar do patrimônio público” (Idem, 2018, n. p.).

Nesse período permanece, ainda, a disputa territorial por investimentos, de modo que “a competição não ocorre somente entre firmas, mas também entre sistemas regionais de produção” (SENRA, 2011, p. 187). Sendo as regiões parte de sistemas globais de produção – o que, segundo Vainer (2007), estaria relacionado à tendência surgida nos anos 2000, de “paroquialismo mundializado” – a lógica produtiva e de estabelecimento de vantagens comparativas dos lugares já não mais eram conectadas a um projeto de nação, mas sim ao capital financeiro internacional, sendo que “nesse quadro, os países e regiões eram (são) percebidos e tratados como meros receptáculos (bases físicas) de uma operação mundializada” (OLIVEIRA e WERNER, 2014, p. 22). Assim, de acordo com Storper e Scott (2003), é essencial diferenciar quando o desenvolvimento de determinada região é de fato consequência de um planejamento territorial e quando ele deve ser creditado às políticas macroeconômicas.

Como principais marcas da fase neodesenvolvimentista, Senra (2011) destaca as seguintes: a política Nacional de Desenvolvimento Regional e as mesorregiões diferenciadas; o grande número de instituições públicas dedicadas ao desenvolvimento regional; a política dos Territórios da Cidadania e a elaboração de planos de desenvolvimento para diferentes escalas territoriais.

Em 2003 o Ministério da Integração Nacional lançou a Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), que tinha como princípio defender a volta da

participação estatal no desenvolvimento regional e, além disso, considerava as múltiplas escalas do território nacional e suas consequentes desigualdades, ou seja, tal abordagem constituiu um rompimento com a visão tradicional que tendia a considerar apenas o Nordeste e o Norte do país como âmbito das inequidades regionais. Ademais “a PNDR está pautada na retomada de uma estratégia de desenvolvimento regional orientada pelas potencialidades internas da economia brasileira, vinculando dessa forma a escala nacional às potencialidades endógenas de nível subnacional existentes no país” (OLIVEIRA; WERNER, 2014, p. 23).

As mesorregiões diferenciadas, criadas no PPA 2000/2004 também constituíram importante instrumento no período, delimitando áreas que deveriam se tornar prioritárias para investimentos públicos (SENRA, 2011). A PNDR propôs ainda a criação de um Fundo Nacional de Desenvolvimento Regional, que, estando vinculado à reforma tributária, não foi viabilizado.

Senra (2011) aponta que o quadro institucional do governo federal voltado ao desenvolvimento regional na época foi bastante amplo, havendo os órgãos tradicionais, como o Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS), a Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco (CODEVASF), e as superintendências SUDAM e SUDENE, que foram recriadas em 2007, após terem sido extintas em 2001. Além disso, havia os Fundos de Desenvolvimento da Amazônia (FDA) e do Nordeste (FDNE), criados em 2001, e os Fundos Constitucionais, FNE, FNO e FCO, que financiavam a iniciativa privada e eram geridos pelos bancos regionais do Nordeste e da Amazônia, e pelo Banco do Brasil.

Além disso, houve as políticas de desenvolvimento territorial, com o Ministério do Desenvolvimento Agrário e o Ministério do Desenvolvimento Social. Os Territórios da Cidadania, lançados em 2008, baseados na experiência dos Territórios Rurais Sustentáveis, procuravam articular recursos de diferentes iniciativas, federais, estaduais e municipais, sendo que sua gestão local decidia sobre o investimento de um volume limitado de recursos, para o apoio de atividades de produção rural (Idem, 2011).

Porém, houve uma sobreposição dos territórios devido ao número de políticas, como Senra (2011, p. 190) identificou, entrecruzando os territórios que compunham as mesorregiões diferenciadas, os Territórios Rurais Sustentáveis e os Consórcios de Segurança Alimentar e Desenvolvimento Local (Consads), “Foi observado, por

exemplo, que 45% dos municípios que participavam dos CONSADs também faziam parte dos Territórios Rurais.”

Houve ampla utilização de planos para a aplicação das políticas de desenvolvimento regional na fase neodesenvolvimentista, amparados de fato na própria Constituição de 1988 que já havia estabelecido diversos planos em diferentes escalas (municipal, estadual, regional e nacional), tais como os Planos Plurianuais, planos de orçamento territorial, planos setoriais, metropolitanos, de desenvolvimento integrado, etc. Porém, faltaram prioridades e projetos na escala mesorregional, que exigiriam maior volume de recursos e articulação institucional, além de cooperação federativa.

Os recursos de vários programas federais foram, no entanto, expandidos, tais como os realizados nos Territórios da Cidadania (que passaram de R\$ 9,3 bilhões para R\$ 23,5 bilhões entre 2008 e 2009), investimento para qualificação de infraestrutura (R\$ 4,1 bilhões) e a expansão do crédito rural, que fez com que o valor contratado pelo FNE passasse de 1 R\$ bilhão em 2003 para R\$ 4.2 bilhões em 2007. Além disso, a transferência de renda possibilitada pelo Bolsa Família favoreceu as regiões mais pobres (Idem, 2011).

O Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), criado em 2007, constituiu, também, outra importante medida do período, com o objetivo de aumentar o investimento público e privado em infraestrutura e contribuir para a diminuição das desigualdades regionais, redistribuindo investimentos para regiões menos desenvolvidas. Até dezembro de 2011, R\$ 204,4 bilhões haviam sido investidos pelo programa (CETRA; OLIVEIRA, 2014).

Com o PAC, o investimento público, que correspondia a 1,62% do PIB em 2006, subiu para 3,27% do PIB em 2010. A maior parte dos investimentos em todas as cinco grandes regiões do país foram no setor de logística e energético.

Em 2012, na Conferência Nacional de Desenvolvimento Regional (CNDR), foram definidas as diretrizes da PNDR II, estabelecendo-se os seguintes objetivos:

- i) sustentar uma trajetória de reversão das desigualdades inter e intrarregionais, valorizando os recursos endógenos e as especificidades culturais, sociais, econômicas e ambientais; e ii) criar condições de acesso mais justo e equilibrado aos bens e aos serviços públicos no território brasileiro, reduzindo as desigualdades de oportunidades vinculadas ao local de nascimento e de moradia (RESENDE *et al.*, 2015, p. 31).

A totalidade das áreas abrangidas pela Sudene, Sudam e Sudeco, assim como alguns espaços localizados no sul e sudeste – desde que classificados como de baixa e média renda – foram definidos como espaços de prioridade pela PNDR II.

Portanto, muito embora diversos percalços não puderam ser superados, inclusive com alguns estudos apontando que a diminuição das desigualdades regionais se deu muito mais em função das políticas sociais (como o bolsa família), e de investimento em infraestrutura (como o PAC), do que pelos instrumentos clássicos das políticas regionais (FCO, FNO e FNE) (BRANDÃO, 2020), foi visível a mudança de foco nesse período mais recente, quando houve um esforço no sentido de que o Estado voltasse a ocupar posição relevante no planejamento regional, apesar de o capital privado ainda continuar incidindo sobre certas dinâmicas do desenvolvimento.

Com o impeachment, ocorrido em 2016, houve o retorno das ideias dos anos 1990 concernentes ao papel do Estado no planejamento regional, ou seja, a tendência à predileção por projetos de logística e parcerias com a iniciativa privada, sendo que, com a instabilidade atual e ajuste macroeconômico, bem como inúmeras mudanças institucionais para as políticas públicas de modo geral, as ações do Estado em relação ao desenvolvimento regional acabam tomando segundo plano (PORTUGAL; SILVA, 2020).

2.3 Particularidades históricas dos demais territórios de análise

2.3.1 O Estado de São Paulo

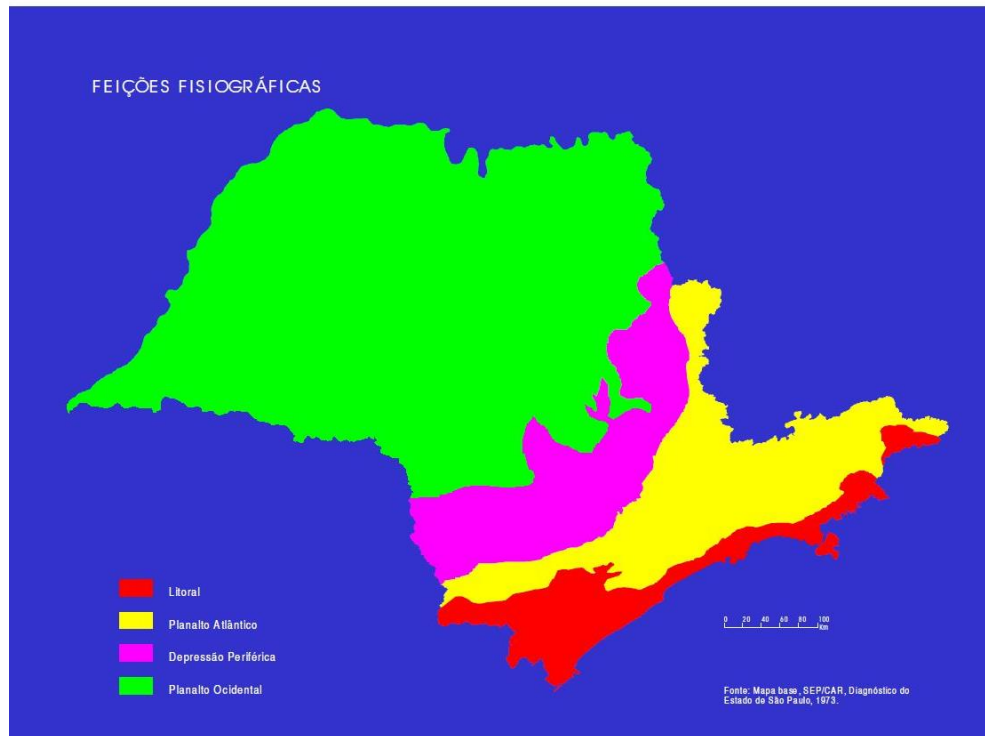
A ocupação do território paulista se deu pela ocupação do litoral e pela penetração no interior por meios de eixos, de acordo com a expansão das fronteiras agrícolas, e foi fortemente influenciada pela conformação fisiográfica e ciclos econômicos que se sucederam ao longo do tempo (Figura 2 e Quadro 1) (SILVA NETO, 2002).

No século XVI, com o intuito de promover o controle estratégico do Atlântico por meio da ocupação do litoral, quatro das cinco vilas fundadas se localizavam em território litorâneo: São Vicente, Santos, Itanhaém e Cananéia (REIS FILHO, 1968).

De fato, “a conformação da rede urbano-regional do Estado teve, na sua base, a estrutura natural do território” (SILVA NETO, 2002, p. 4), com áreas que apresentaram grande fertilidade do solo, como Campinas e Ribeirão Preto, sendo

bastante dinamizadas em relação a áreas de menor fertilidade, como Registro e Itapeva, não obstante sua proximidade à capital estadual (Idem, 2002).

Figura 2 – Feições fisiográficas do Estado de São Paulo.



Fonte: Silva Neto (2002, p. 04).

Quadro 1 – Períodos de ocupação do Estado de São Paulo.

Período	Ocupação
Século XVI	Ocupação do litoral, particularmente do litoral sul; com a fundação de São Paulo, início da ocupação do Planalto Atlântico.
Século XVII	A partir de São Paulo, avançou a ocupação do Planalto Atlântico a norte, a leste e a oeste.
Século XVIII	O Planalto Atlântico já estava ocupado por núcleos urbanos.
Século XIX	Com o início do ciclo cafeeiro, a “marcha para o oeste” avançou em direção à Depressão Periférica.
Século XX	Completo-se a ocupação do Planalto Ocidental.

Fonte: Mapa base SEP/CAR, diagnóstico do Estado de São Paulo (1973).

O ciclo do café – determinante para a formação da rede urbana do Estado – demonstra a relação intrínseca da estrutura natural e seu processo de urbanização, sendo inicialmente cultivado ao longo da calha do Rio Paraíba, que, mais tarde, teve seus solos esgotados por essa cultura, não se beneficiando do impulso de

desenvolvimento trazido pelo complexo cafeeiro na passagem do século XIX para o XX (SEADE, 1988), enquanto as regiões de Campinas e Ribeirão Preto apresentaram um fortalecimento de sua rede urbana no período (SILVA NETO, 2002).

Em São Paulo, o processo de urbanização foi comandado pela expansão das fazendas de café. E a cafeicultura obedeceu a uma lógica técnico-econômica clara. De um lado, a importância econômica do café como principal produto de exportação. Por outro, fatores técnicos: ampliação das culturas, busca de áreas férteis, aprimoramento das técnicas de plantio e emprego de mão-de-obra assalariada (Idem, 2002).

Desse modo, os eixos consolidados desde o período imperial, cuja configuração teve relação forte com a expansão das culturas de café, abrigam hoje uma das maiores aglomerações urbanas do mundo, a Macro-metrópole paulista, formada pelas Regiões Metropolitanas de São Paulo, Santos, Campinas, do Vale do Paraíba e Litoral Norte, Sorocaba e pela aglomeração urbana de Jundiaí (Ibidem, 2002).

No século XX a convergência de novos fatores, tais como a constituição do meio técnico-científico-informacional (SANTOS, 2008), trouxe novas dinâmicas para o processo de regionalização do estado, e “as relações de proximidade e de contiguidade, que explicavam genericamente a criação e a hierarquia dos municípios, tornaram-se dados secundários diante da crescente complexidade espacial da atualidade” (SILVA NETO, 2002, p. 10). As unidades regionais constituíram, então, territorialidades contíguas, “horizontalidades de máxima interação técnico-econômica, que imporão novas solidariedades reconstruídas sobre as do passado” (Idem, 2002, p. 22).

2.3.2 A Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte (RMVPLN)¹

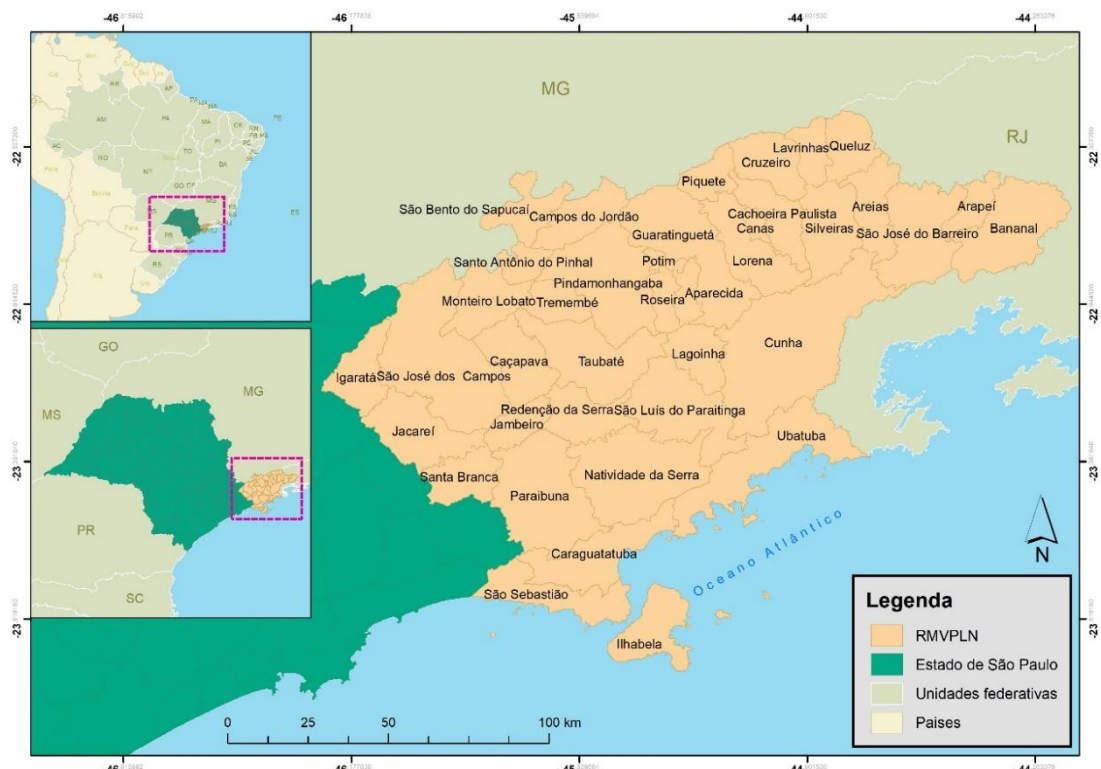
Instituída pela Lei Complementar 1.166/2012, a Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte abrange 39 municípios localizados a leste do estado, na bacia hidrográfica do Rio Paraíba do Sul. Seu povoamento e urbanização – este último intimamente ligado ao processo de industrialização – datam de mais de três séculos,

¹ Subseção presente no artigo “Desenvolvimento regional pela ótica de gênero – um breve olhar sobre a população de mulheres do Vale do Paraíba e Litoral Norte”, apresentado no V Simpósio Nacional de Planejamento e Desenvolvimento em 17 de setembro de 2020.

constituindo uma das áreas mais antigas de ocupação do estado de São Paulo (Figura 3). Seu processo de povoamento pode ser dividido em quatro ciclos: O devassamento (século XVII), o “ciclo do ouro” (século XVIII), o ciclo do café (século XIX) e a industrialização (século XX) (MULLER, 1969).

O devassamento caracteriza-se pela chegada do homem branco na região, que se estabeleceu nos primeiros povoados com um regime de subsistência semelhante ao dos indígenas. O desencadeamento desse povoamento se deu por conta de três fatores principais: a política de promover a ocupação territorial por meio de doação de terras; procura por jazidas minerais e o interesse em estabelecer ligações com o litoral norte da província. No século XVIII, com a descoberta de minérios preciosos em Minas Gerais, a região, ao mesmo tempo em que se tornou principal via de escoamento dos mineiros vindos daquela, tornou-se sua maior abastecedora, suprindo-a com uma grande variedade de produtos. Embora a área urbana ainda fosse pouco povoada, a população do campo aumentou e novos povoados surgiram, servindo como ponto de descanso para os tropeiros ao longo do percurso. Tratou-se de um período de prosperidade econômica para o Vale do Paraíba, em que as lavouras aumentaram – para além de mera agricultura de subsistência – devido à nova demanda, e as vilas lucraram com o comércio.

Figura 3 – Mapa de localização da RMVPLN.



Fonte: IBGE. Elaborado por Daniel José de Andrade.

A partir da segunda metade do século XVIII, porém, a região perde gradativamente seu papel de abastecedora de Minas, por conta da eclosão de centros urbanos, da organização agropecuária de Minas Gerais e a abertura de caminho direto entre a cidade do Rio de Janeiro e aquela, tornando desnecessário o papel de intermediador do Vale.

No século XIX, o Vale do Paraíba passaria por outro período de prosperidade econômica, com o cultivo do café, que fez com que a região passasse a ser densamente ocupada, por conta da população que para ali se dirigia, criando um novo ritmo de urbanização. Devido a diversos fatores, porém, como o esgotamento das terras, erosão das áreas mais antigas e concorrência de novas áreas para plantio, no fim do século XIX a cafeicultura marchou para o oeste do estado. O café ainda persistiu sendo cultivado em alguns municípios da região, sendo definitivamente abandonado em meados do século XX (Idem, 1969).

Após um período de estagnação com o fim do plantio de café, a industrialização teve um início lento, o qual foi possível, assim como em todo o estado, pelo capital proveniente de seu cultivo. Esse período inicial, que pode ser datado entre 1881 e 1914, foi seguido por um período em que a industrialização consistia primordialmente na transformação de produtos de origem agropecuária, não minerais e têxteis, e abrangeu os anos entre 1915 e 1943. O período mais intenso de industrialização do Vale, portanto, coincide com o que se convencionou chamar de urbanização moderna, como afirma Muller (p. 79, 1969): “É fato bastante conhecido o fenômeno da industrialização na região sendo ele tacitamente considerado, por comum acordo, como sendo o grande responsável pela urbanização moderna do Vale do Paraíba”. Outro dado relevante no processo de urbanização e industrialização da região constitui, ainda, no seu potencial de interconexão geográfica, uma vez que se encontra entre as duas grandes cidades do país – São Paulo e Rio de Janeiro (GOMES; RESCHILIAN; UEHARA, 2018). De fato, ao observarmos a própria dinâmica de desenvolvimento engendrado na região, tal fato permanece de extrema importância.

Após a implantação da Rodovia Presidente Eurico Gaspar Dutra, no início dos anos de 1950, a região passou por intensas transformações, com crescimento e diversificação da estrutura industrial, migrações e êxodo rural, e a implantação de atividades técnico-científicas voltadas ao ramo da aeronáutica e defesa e, por fim, a implantação do complexo aeroespacial. O desenvolvimento regional dava-se,

portanto, pela lógica de integração nacional, quase que exclusivamente econômica, seguindo a ótica desenvolvimentista do regime militar, na qual equipamentos de integração territorial, tais como rodovias, portos, energia, comunicações, possuíam papel central na ampliação do sistema produtivo e do mercado interno.

Por meio do estudo dos condicionantes e fatores que incidem na configuração atual do espaço urbano e regional da RMVPLN, Andrade (2019, p. 217) identificou a Rodovia Presidente Dutra como “importante elemento estruturador do espaço urbano-regional em respectivos estágios da economia capitalista com influências diretas no território usado dos municípios do eixo”.

A modernização do país – que, como dito, mais tarde se provaria uma modernização conservadora e excludente – dava-se com base, portanto, na remodelação das bases produtivas (GOMES; RESCHILIAN; UEHARA, 2018). De modo que se chegou de fato a uma integração territorial, mas ela não logrou êxito na medida em que se deu por meio de uma organização espacial injusta, com afirma Milton Santos (2000, p. 43), resultando em “cidades criadas para servir a economia e não a sociedade”, e o mesmo processo pode ser observado no Vale.

Os planos de desenvolvimento aplicados na região – tais como o Plano Macro-Eixo Rio-São Paulo e o Plano Regional do Macro-Eixo Paulista – seguiam, como não poderia deixar de ser, a mesma dinâmica, na qual as decisões de localizações de investimentos eram tomadas objetivando o crescimento econômico e a urbanização regional. Logo, “A racionalidade econômica da maximização do lucro e as vantagens locacionais comparativas, não se estranha, orientavam ideologicamente o fluxo de capital para áreas com maior potencial de rentabilidade” (GOMES; RESCHILIAN; UEHARA, 2018, p. 14).

Nas décadas de 80 e 90, como a política nacional passou a seguir os pressupostos do neoliberalismo, a ação do estado no desenvolvimento regional do Vale se tornou menos visível, e o modelo global de desenvolvimento passa a estar associado ao alto grau de competitividade de lugares mais aptos a receber investimento do capital internacional, e, paralelamente, integrar-se ao mercado global, e ao planejamento estratégico, tanto em escala regional como nacional (Idem, 2018).

Na fase neodesenvolvimentista, a partir dos anos 2000, essa lógica persiste e “a competição não ocorre somente entre firmas, mas também entre sistemas regionais de produção, uma vez que as regiões integram sistemas globais de produção” (SENRA, 2011, p. 187).

Tem-se, por fim, que a RMVPLN, inserida no contexto da formação socioespacial brasileira, sofreu a mesma urbanização desigual de todo o território nacional. Grande parcela de sua população acometida dos mesmos problemas estruturais que se podem observar em todo o país, tais como moradia inadequada e falta de acesso a serviços públicos (apesar da alta produção econômica de alguns de seus municípios).

Portanto, os processos de ocupação e desenvolvimento da região, por certo, não podem ser entendidos com a observação isolada da escala regional, estando ligados às contingências de ordem nacional, como a descoberta e localização das minas, ou externas, como o crescimento do mercado de café (RIBEIRO-MOREIRA *et al.*, 2012). Por suas particularidades geomorfológicas “permitiu um modelo quase geométrico. Assim se estabeleceu uma linha de cidades acerca de 100 km da costa, com qual estabeleceu ligações a cada 50 km, segmentos em que se estabeleceram novos centros urbanos a meio caminho, ou seja, 50 km” (Idem, 2012, p. 08). O que até hoje constitui a base da rede urbana da região.

2.3.2.1 São José dos Campos

Localizado no Médio Vale do Paraíba, o município de São José dos Campos possuía uma população estimada de 729.737 habitantes para o ano de 2020 e uma área de 1.099,409 km² (IBGE, 2020).

O período de 1920 a 1940 correspondeu para o município ao que se convencionou chamar de fase sanatorial, com a constatação da existência de um clima propício à cura da tuberculose, o que propulsionou a criação de um complexo sanatorial (SOUZA, 2008). Na década de 50, porém, com a instalação de infraestruturas militares como o Instituto Tecnológico da Aeronáutica (ITA) e o Instituto do Centro Técnico de Aeronáutica (CTA), bem como pela implantação de políticas públicas do projeto nacional desenvolvimentista (sendo a implantação da Rodovia Presidente Dutra um de seus proeminentes frutos) e a expansão industrial para o interior do Estado de São Paulo ocasionada pela nova fase da descentralização industrial (afetando também nesse processo os municípios de Campinas e Sorocaba), o município passaria por mudanças em sua configuração econômica e expansão do perímetro urbano (ANDRADE *et al.*, 2018).

Como parte da estratégia de desenvolvimento empregada pelo governo militar “a região do Vale do Paraíba será lugar de investimentos públicos, com vistas na formação de um centro da indústria bélica nacional” (SOUZA, 2008, p. 35), a região – localizada entre as duas metrópoles nacionais – se tornou o lugar adequado para o desenvolvimento científico e tecnológico em setores estratégicos para o governo: aeronáutico e de armamentos. Esse processo tomou particular força com os planos de desenvolvimento I e II (ANDRADE, 2018), de modo que “a constituição da cidade da tecnologia contribui para a implantação de infraestrutura urbano-regional” (Idem, 2018, p. 42).

As reverberações dessas dinâmicas instituídas nas últimas décadas fazem-se presente no período atual, em que o município é considerado uma cidade inserida na rede global de cidades altamente inovadoras, com diversificação da atividade econômica, presença de serviços de alto valor e sendo uma referência no eixo da rede de cidades da megalópole São Paulo – Rio de Janeiro (IPPLAN, 2016). Porém, São José dos Campos também enfrenta desafios típicos de centros urbanos brasileiros, como o agravamento da questão da mobilidade e da desigualdade socioespacial, além de desafios específicos, como a queda da participação da indústria no PIB, o próprio crescimento econômico a taxas inferiores ao Estado de São Paulo, e a questão da regularização fundiária.

Além disso, com relação a atração de investimentos, a cidade vem sofrendo, nas últimas décadas, forte competição das cidades do interior do Rio de Janeiro, em função dos incentivos fiscais oferecidos por aquele estado. Porém, fazendo parte do eixo logístico São Carlos-Campinas-São José dos Campos-Porto de São Sebastião, a cidade assume o papel de “nodo de entroncamento deste eixo na nova configuração espacial da indústria” (Idem 2016, p. 24), podendo atrair investimentos para toda RMVPLN, mas, em particular, aos municípios às margens da Rodovia Presidente Dutra.

3 DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, HUMANO E EQUIDADE DE GÊNERO

3.1 Algumas teorias do desenvolvimento

A relevância política e social das teorias de desenvolvimento foi alavancada no período pós Segunda Guerra Mundial, quando, devido ao estabelecimento de organismos multilaterais, como a Organização das Nações Unidas (ONU), visando uma governança global, e acordos internacionais com o intuito de estimular o crescimento do comércio internacional, em particular no âmbito da Organização Mundial do Comércio (OMC) bem como a fundação do Banco Mundial, compuseram um cenário propício a um “compromisso global em nome da estabilidade econômica” (NIEDERLE; RADOMSKY, 2016, p. 7).

No contexto da Guerra Fria, “para países como os Estados Unidos, que tomaram a dianteira dessas negociações, era fundamental buscar aliados para o capitalismo” (Idem, 2016, p. 07), em contrapartida à expansão territorial da União Soviética, e, mesmo, ao avanço das ideias socialistas. Na América Latina, muitos países viam a oportunidade de superar seu baixo dinamismo econômico, ou o chamado “subdesenvolvimento”, por meio dessas novas relações políticas e sociais que se estabeleciam (Ibidem, 2016), além da própria indução proporcionada pela internacionalização do capital, e pelas ideologias de consumo inseridas no período pós-guerra.

No contexto do desenvolvimento humano – em que se insere a desigualdade entre os gêneros – é relevante resgatarmos algumas dessas teorias que permearam, e permeiam, o conceito de desenvolvimento, a fim de contextualizarmos, historicamente, como tais teorias contribuíram para a noção de desenvolvimento abordada nesse estudo.

Para Rostow (1960) o desenvolvimento é vinculado ao crescimento econômico, e estaria necessariamente ligado à modernização. Tal qual outros autores clássicos, como Ragnar Nurse e Gunnar Myrdal, suas teorias sobre o subdesenvolvimento são vistas de uma perspectiva dos países capitalistas centrais (CONCEIÇÃO; OLIVEIRA; SOUZA, 2016).

Rostow (1960) definiu que o desenvolvimento se daria em cinco etapas: 1 – Sociedade tradicional (traditional Society); 2 – As condições para o arranque ou decolagem (transitional stage); - 3 – O arranque (*take-off*); 4 – A marcha para a

maturidade (*drive to maturity*) – 5 – A era do consumo em massa (*high mass consumption*).

A primeira etapa consistiria numa sociedade na qual a produção é rudimentar e tradicional, focada na subsistência, onde, portanto, não há capacidade de produção de excedentes, e, por consequência, acumulação de capital. Na segunda etapa, com a especialização do trabalho e a modernização tecnológica busca-se romper com a produtividade limitada. O desenvolvimento, já sem limitações tecnológicas, políticas ou institucionais, sofreria um “arranque” na terceira fase, por meio do fomento da migração de mão-de-obra rural para o setor industrial, com o incentivo da industrialização; essa fase caracteriza-se pela revolução industrial. A quarta etapa, por sua vez, se caracteriza pelo aumento da tecnologia moderna, maior incentivo à produção e à diversificação de produtos, constituindo, portanto, a “marcha para a maturidade”. Por fim, na quinta etapa, com o aumento da renda per capita, dá-se a consolidação de uma sociedade industrial de consumo massificado, tanto de alimentos e vestuário quanto de bens duráveis (Idem, 1960).

A teoria de Rostow sofreu diversas críticas, especialmente por ter definido as etapas de desenvolvimento de acordo com os países do norte global, sugerindo que os países do Hemisfério Sul alcançariam o desenvolvimento seguindo a mesma trajetória, ou seja, perseguindo o crescimento econômico e progresso industrial (CONCEIÇÃO; OLIVEIRA; SOUZA, 2016). Ribeiro (2008) aponta que a teoria rostowiana revela-se muito mais ideológica que científica, e, ao invés de revelar um processo universal, serviu para sustentar a ideologia do progresso, usada como base por muitos países para decisões políticas em busca desse progresso, o que – apesar dos resultados positivos concernentes ao crescimento econômico – levou ao endividamento externo e agravamento das disparidades sociais.

Para Schumpeter (1988), o aspecto fundamental do desenvolvimento consiste no processo de inovação e seus impactos nos processos produtivos, de modo que enquanto novos produtos e processos forem gerados, haverá crescimento, conseqüentemente impactando a cadeia de produção, o emprego, a renda e os salários.

Schumpeter (1988, p. 74) ainda diferenciava o processo de desenvolvimento do mero crescimento econômico, na forma de aumento da população e de riquezas, pois “isso não suscita nenhum fenômeno qualitativamente novo, mas apenas processo de adaptação da mesma espécie que as mudanças nos dados naturais”, ou

seja, enquanto o crescimento econômico é resultado de incrementos cumulativos e quantitativos, o desenvolvimento envolve uma mudança qualitativa, de certo modo radical, “gerada em decorrência de uma inovação suficientemente original para romper com seu movimento regular e ordenado” (PIVOTO; CARUSO; NIERDELE, 2016, p. 19). Desse modo, a “economia estacionária” segundo o modelo schumpeteriano, seria um fluxo circular, um sistema de equilíbrio geral, onde, devido ao ritmo de crescimento demográfico e mudanças políticas, as variáveis produtivas estão em condições de crescimento equilibrado, ocasionando, portanto, uma estabilização entre oferta e demanda, bem como entre poupança e investimento, “de modo que o crescimento da economia acompanha o ritmo de acumulação do capital mas sem criar diferenças expressivas nos níveis de distribuição” (PIVOTO; CARUSO; NIERDELE, 2016, p. 19). Assim, a existência de desenvolvimento exigiria uma mudança que gera perturbação desse estado de equilíbrio.

Entenderemos por “desenvolvimento”, portanto, apenas as mudanças da vida econômica que não lhe forem impostas de fora, mas que surjam de dentro, por sua própria iniciativa. Se se concluir que não há tais mudanças emergindo na própria esfera econômica, e que o fenômeno que chamamos de desenvolvimento econômico é na prática baseado no fato de que os dados mudam e que a economia se adapta continuamente a eles, então diríamos que não há nenhum desenvolvimento econômico (SCHUMPETER, 1988, p. 74).

Segundo Pivoto, Caruso e Nierdele (2016) enquanto na economia neoclássica o agente econômico busca o equilíbrio, no modelo schumpeteriano o agente econômico busca romper com o equilíbrio, gerando inovações que causam concentração oligopolista, criando imperfeições no mercado.

Tem-se, portanto, que a teoria de Schumpeter seria mais adequada para países com grande potencial inovador, no setor privado ou público. Além disso, faz-se necessário um contexto sociopolítico favorável às mudanças, o que nem sempre pode ser alcançado tanto em países desenvolvidos ou nos ditos “subdesenvolvidos”.

Podemos dizer, por fim, que mesmo sua diferenciação entre desenvolvimento e crescimento estão contidos principalmente em questões de ordem produtiva, ou seja, sua teoria ainda é direcionada ao desenvolvimento econômico.

Como observamos na seção anterior, a teoria furtadiana do desenvolvimento teve influência instrumental para a fase nacional-desenvolvimentista do Brasil, estendendo seu alcance ainda entre empresários e, no decorrer do tempo, no meio acadêmico (COLISETTE, 2001, p. 21). Nesta seção, porém, serão expostos os

principais preceitos em que se baseiam essa teoria, que alguns definem como “a economia política do desenvolvimento latino-americano”.

A partir da década de 1940, o então diretor da CEPAL, Raúl Prebisch, elaboraria um constructo econômico-político com o intuito de contribuir para a formação de uma teoria original para explicar o subdesenvolvimento latino-americano (CASSOL; NIERDELE, 2016). Para tal, ele argumentava contra a liberalização comercial, a qual desconsiderava a deterioração dos termos de intercâmbio, que seria o alicerce entre as relações desiguais entre países centrais e periféricos, uma vez que essas desigualdades provinham da natureza dos bens que compunham as pautas de importações e exportações, causando um desequilíbrio estrutural na balança de pagamentos (PREBISCH, 1982). Assim, os países latino-americanos, com suas economias pouco diversificadas, pouco integradas a um setor primário-exportador dinâmico, não conseguiam difundir progresso técnico para o resto da cadeia econômica (COLISETTE, 2001). Portanto, a industrialização surgiria como sinônimo de desenvolvimento na formulação teórica original da CEPAL. Furtado (1961), adicionou ainda para essa análise a dimensão de “poder”, com fins de explicar a reprodução estrutural do subdesenvolvimento.

Ao contrário de Rostow (1960), que via o subdesenvolvimento como uma mera etapa num processo, Furtado “caracteriza o subdesenvolvimento como uma variante do processo de desenvolvimento decorrente da trajetória desigual entre os países”, tratando-o, portanto, como “um processo histórico peculiar em que a difusão do progresso técnico – a inovação – não conduz à homogeneização social, mas à concentração de renda e ao aumento da desigualdade social” (CASSOL; NIERDELE, 2016, p. 33).

Assim, o descompasso entre os padrões de consumo e os métodos produtivos nos países periféricos faria com que o processo de modernização não pudesse ser completado naqueles, sendo esse descompasso responsável pela manutenção da heterogeneidade social, uma vez que a dinamização da demanda “esteve em contradição com o relativo imobilismo social gerado pelo lento desenvolvimento das forças produtivas que resultou no subdesenvolvimento” (Idem, 2016, p. 34). Uma vez que a incorporação do progresso técnico seria significativamente maior nas economias do centro do que nas periféricas, focadas em produtos primários, “o que por si só levaria a uma diferenciação secular da renda favorável às primeiras” (COLISETTE, 2001, p. 23).

A teoria de Celso Furtado tem como ponto de partida a negação de um único modelo explicativo capaz de abarcar a diversidade das situações históricas (CASSOL; NIERDELE, 2016). Para o autor, era necessária uma nova formulação que reconhecesse que os processos de desenvolvimento não se davam fora da história, tomando como foco o contexto de desenvolvimento dos países da América Latina (FURTADO, 1992). Assim, juntamente aos intelectuais vinculados a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) passou a apontar a necessidade de construção de um corpo teórico distinto para a interpretação e a análise dos processos econômicos dos países não centrais (periféricos), que também considerasse as particularidades históricas de formação social dessas economias. Para esse fim, esses autores se apropriaram de distintas matrizes teóricas, como apontam Cassol e Nierdele (2016, p. 29):

Marxismo, keynesianismo, estruturalismo – para constituir um método – estruturalismo histórico – e um conjunto de conceitos e categorias analíticas – relações centro-periferia, subdesenvolvimento, heterogeneidade estrutural, padrões de desenvolvimento desigual – que sirvam de base a uma consistente construção analítica.

As formulações teóricas da CEPAL – e de Furtado – sobre o subdesenvolvimento “são indissociáveis de uma preocupação com a própria superação do fenômeno” (Idem, 2016. p. 31), assim, a industrialização surge como paradigma de desenvolvimento (de certo modo abarcando uma transposição de modelo dos países centrais), como afirma Colisete (2001, p. 24): “todo o edifício da teoria cepalina estava fundado na hipótese de que a indústria seria capaz de se tornar o núcleo gerador e difusor de progresso técnico e produtividade”, e a ação estatal seria o modo mais eficiente de levar adiante esse processo, agindo nos problemas estruturais de produção, emprego e distribuição de renda tendo em vista as condições específicas das economias periféricas, com os trabalhos da CEPAL sendo “fortemente policy-oriented” (BIELSCHOWSKY, 2000, p. 35).

As ideias keynesianas – em ascensão à época no mundo anglo-saxão – tiveram grande influência sobre as propostas cepalinas, pois, porquanto não estipulavam estatização conforme a matriz soviética, pregavam uma participação ativa do Estado tanto no aumento da demanda, como no investimento direto em segmentos essenciais ao desenvolvimento, como bens intermediários, que em grande parte não interessariam à iniciativa privada. Sendo assim, o capital privado se ocuparia em

atividades ligadas ao progresso técnico, em especial na produção de bens de consumo duráveis (CASSOL; NIERDELE, 2016).

Além disso, como o progresso técnico dificilmente seria alcançado por setores tradicionais, a industrialização deveria incorporar bens de produção mais complexos, capazes de causar um “efeito cascata”, isto é, difundir o progresso por toda a estrutura industrial (COLISETTE, 2001).

No Brasil, esse processo se deu por meio da “substituição de importações” e do apoio à produção nacional, iniciando-se pelas indústrias mais simples e partindo para as indústrias intermediárias. Porém, quanto mais complexo em termos de tecnologia e capital eram os bens produzidos, mais difícil era sustentá-los, “obter os recursos necessários para manter o ritmo de industrialização foi possível mediante o endividamento externo e o aumento da pressão inflacionária, problemas que explodiram na recessão econômica dos anos 80” (CASSOL; NIERDELE, 2016, p. 32).

Além disso, Cassol e Nierdele (2016) apontam que a industrialização recriou uma estrutura produtiva pouco diversificada, acentuando o subdesenvolvimento e a dependência, confirmando a concentração de renda e o subemprego, como o próprio Furtado (1992, p. 10) afirmou: “A industrialização nas condições de subdesenvolvimento, mesmo ali onde ela permitiu um forte e prolongado aumento de produtividade, nada ou quase nada contribui para reduzir a heterogeneidade social”. Daí, surge a proposta de Furtado de que as análises cepalinas sejam aprimoradas por meio de uma “teoria do subdesenvolvimento”.

Furtado (1961) sustenta ainda que o próprio processo capitalista cria o subdesenvolvimento, uma vez que ele não necessita integrar todos os indivíduos na divisão social do trabalho, concluindo, portanto, que “o fenômeno do subdesenvolvimento é estruturalmente funcional para o próprio desenvolvimento” (CASSOL; NIERDELE, 2016, p.34). Ademais, Furtado (1996), introduz também a dimensão cultural na análise do subdesenvolvimento, argumentando que, enquanto nos países desenvolvidos o capital excedente era, em grande parte, utilizado para financiar o investimento produtivo, nos países subdesenvolvidos ele serviu para manter “um nível de consumo supérfluo e um estilo de vida de uma pequena elite econômica similares aos encontrados nos países desenvolvidos” (CASSOL; NIERDELE, 2016, p. 34), condicionando o excedente para consumo improdutivo. Dessa forma, para além do crescimento econômico, seria necessária uma mudança no âmbito dos valores e da cultura para gerar o desenvolvimento.

Além disso, à medida que a industrialização avançava, a dependência se tornava mais complexa, com implicações de natureza tecnológica e financeira, não podendo mais ser explicada exclusivamente com base na deterioração dos termos de troca. Daí surgem então diversas vertentes da chamada “teoria da dependência”, que, de modo geral, “caminharam para um entendimento sobre a necessidade de se integrarem os fatores econômicos, sociais e políticos, reconhecendo a debilidade das formulações excessivamente centradas nas estruturas produtivas, na dimensão econômica e nos processos tecnológicos (a inovação)” (Idem, 2016, p. 35).

Conforme vimos, a década de 1980 marcaria o declínio da política de desenvolvimento latino-americano, com a perda da força do Estado como propulsor desenvolvimentista e o abandono das ideias keynesianas, assim como nos anos 1990, quando “a palavra de ordem passou a ser desenvolvimento via “ajuste com crescimento”, mediante o qual se visava a enfrentar basicamente os problemas do endividamento externo e da crise inflacionária, heranças do modelo de substituição de importações” (CASSOL; NIERDELE, 2016, p. 36).

Como afirmado anteriormente, as mudanças globais pós Segunda Guerra Mundial viram um aumento na importância das teorias de desenvolvimento. Paralelamente, outras faces do desenvolvimento – além de medidas convencionais relacionadas ao crescimento econômico, na forma de indicadores de renda e Produto Interno Bruto (PIB) – passaram a ser valorizadas, o que fez com que surgissem outras abordagens, buscando compreender de forma ampliada e integrada as transformações sociais e econômicas (FREITAS *et al.*, 2016).

Sobretudo nas décadas de 1980 e 1990, percebeu-se que os modelos focados exclusivamente em critérios econômicos convencionais não eram suficientes para abarcar as mudanças sociais como um todo, “como também se passou a advogar a necessidade de dar maior atenção aos sujeitos sociais e às suas capacidades de alterar os padrões institucionalizados” (Idem, 2016, p. 50).

No início dos anos 1990 surgiram ainda as primeiras formulações teóricas de desenvolvimento regional tendo como base o cenário da globalização. Denominado “desenvolvimento regional endógeno”, sua ideia central consiste na “busca de projetos políticos, públicos e/ou coletivos, concebidos, desenvolvidos e implantados regionalmente, através de recursos econômicos, naturais e humanos encontrados nas próprias regiões” (SILVA NETO, 2003, p. 09), sugerindo a formulação de um conjunto

de medidas de gestão de desenvolvimento regional, em diferenciação às medidas clássicas de planejamento regional das décadas de 1960 e 1970 (Idem, 2003).

Conforme dito, os ganhos da industrialização não foram igualmente repartidos entre sociedade e indivíduos; paralelamente ao crescimento econômico, a desigualdade aumentava. Era preciso, portanto, novas abordagens que analisassem as privações, bem-estar, qualidade de vida e capacidades para entender os diferentes processos (Ibidem, 2016). É nesse contexto que surgem os estudos do economista indiano Amartya Sen, questionando as concepções de desenvolvimento baseadas no crescimento do PIB e no aumento das rendas pessoais. Para o autor, ao se pensar a equidade social é preciso também considerar a diversidade humana.

Com sua abordagem das capacidades, Sen sustenta que que o desenvolvimento só pode ser alcançado quando os indivíduos dispõem de “meios” para alcançar os “fins” que almejam, ultrapassando obstáculos que restrinjam sua capacidade de escolha. “O desenvolvimento consiste na eliminação de privações de liberdade que limitam as escolhas e oportunidades das pessoas de exercer ponderadamente sua condição enquanto agentes de sua própria mudança” (SEN, 2000, p. 10). As capacidades humanas seriam, portanto, o conjunto de coisas que as pessoas podem ser ou fazer da vida, e o propósito do crescimento deve ser ampliá-las.

Os saldos do desenvolvimento melhoram não somente a qualidade de vida, como também as habilidades produtivas das pessoas e o crescimento econômico de base compartilhada. Assim, desvia-se o foco das ações voltado para os fins ou resultados, materializados em variáveis como renda, posse de bens ou capitais, para privilegiar o aprimoramento dos meios e modos de que os indivíduos dispõem para lidar com as adversidades dos contextos em que vivem, com os riscos sociais e as incertezas (FREITAS *et al.*, 2016, p. 54).

Alinhado ao conceito de capacidades, Sen também introduziu outro elemento, o de funcionalidades, que refletem o conjunto de coisas que uma pessoa pode considerar indispensável fazer ou ter, desde coisas mais simples e elementares, como ter uma boa alimentação e abrigo, até mais complexas, como participar de vida comunitária e obtenção de respeito próprio (SEN, 2010).

Outro elemento de importância para Sen consiste nas liberdades instrumentais, que ele categoriza em cinco tipos: Liberdades políticas: ligadas às decisões de escolha de representantes políticos, bem como aos direitos democráticos; facilidades econômicas: oportunidades de uso dos recursos econômicos para consumo,

produção ou troca; oportunidades sociais: oportunidades que a sociedade oferece aos indivíduos para que possam viver melhor; garantia de transparência: Atrelada à confiança entre as pessoas; segurança protetora: Relacionada à segurança social (SEN, 1999). Portanto, o desenvolvimento humano na perspectiva de Sen é concebido como expansão das capacidades, com foco na liberdade que permitiria aos indivíduos a escolha pessoal entre vários modos de viver, “a liberdade, que era acima de tudo, na obra de Sen, um critério de avaliação, passa ser posteriormente uma definição, e o desenvolvimento é compreendido como liberdade, mais precisamente, liberdade de escolha” (FREITAS *et al.*, 2016, p. 56).

Nesse sentido, a igualdade é vista como a equidade de liberdade que as pessoas possuem, ou seja, o desenvolvimento está estritamente relacionado às liberdades sociais, civis e políticas que os indivíduos usufruem, em consonância com os direitos humanos e políticos. “Ao mesmo tempo, a existência de inequidades requer que se trate de maneira distinta os desiguais” (Idem, 2016, p. 58).

Para Sen (2010), portanto, a pobreza deve ser compreendida para além do baixo nível de renda, mas sim como privação de capacidades básicas. Pois, segundo o autor: 1 – enquanto a baixa renda é instrumentalmente importante na análise das privações, as capacidades seriam intrinsecamente importantes; 2 – Existem outras influências, que não a baixa renda, sobre a privação de capacidades; 3 – A relação entre baixa renda e baixas capacidades seria variável entre comunidades e, mesmo, entre indivíduos, uma vez que fatores como idade, papéis sexuais e sociais, localização geográfica e condições epidemiológicas poderiam influir de forma determinante nessa relação. Porém, a pobreza relativa seria apenas complementar à privação absoluta, relacionada com padrões mínimos de existência humana, como as necessidades básicas (FREITAS *et al.*, 2016).

A mais significativa contribuição de Sen para a compreensão do desenvolvimento, da desigualdade e da pobreza, foi, no entanto, o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), elaborado em parceria com o paquistanês Mahbub Ul Haq, e institucionalizado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). Porém, sua análise das capacidades tem tido crescente adesão em campos acadêmicos e políticos-institucionais no mundo, “não obstante suas dificuldades de operacionalização e as críticas que possa ser alvo” (FREITAS *et al.*, 2016). De fato, muitos autores acreditam que a abordagem de Sen seria melhor aplicável a estratos da sociedade acima da linha da pobreza, uma vez que, abaixo

dela encontram-se as necessidades básicas, que determinam essas capacidades (Ibidem, 2016).

3.2 Desenvolvimento humano e equidade de gênero

3.2.1 Breve análise das origens da desigualdade de gênero

Muitos pesquisadores se debruçaram sobre o estudo da origem das desigualdades sexuais. Pelo determinismo biológico, defendido no século XIX, a diferenciação entre os sexos se dá na constituição física biológica. Já as teorias evolucionistas argumentaram que a diferenciação se deu pelos papéis desempenhados por ambos os sexos, sendo assim, a existência social teria se originado nas atividades cooperativas dos homens primitivos que eram caçadores (ROSALDO; LAMPHÈRE, 1979). Ou, como argumenta Reed (2008, p. 70):

Diz-se que os homens eram caçadores ou guerreiros, enquanto as mulheres permaneciam no acampamento ou em casa para cuidar dos filhos e fazer a comida. Tal descrição dá a impressão de que a família desta época era idêntica à família moderna. Enquanto os homens se ocupavam de todas as necessidades sociais, as mulheres tratavam somente da cozinha e dos filhos. Este conceito é realmente uma grande distorção dos fatos.

Na verdade, muitas civilizações foram fundadas no matriarcado, isto é, eram as mulheres quem dirigiam e organizavam a vida social dessas comunidades. Não somente as mulheres eram valorizadas pela maternidade, considerada um grande dom da natureza, como ainda muitos autores acreditam que elas originaram a atividade da agricultura, visto que eram as responsáveis pelo provimento de vegetais. E, muito embora os homens se ocupassem majoritariamente da caça, foi sob a direção das mulheres que se iniciaram as primeiras técnicas de domesticação e criação de animais, pois era comum que animais menores fossem capturados e levados vivos aos acampamentos (Idem, 2008).

A autora aponta ainda que foi após a revolução agrícola – que possibilitou maior oferta de alimentos a uma população crescente – que a antiga divisão do trabalho foi substituída por uma divisão social do trabalho. A idade do metal foi a idade da aurora do homem, e o momento em que ele se apropriou dos meios de produção em detrimento das mulheres. “No momento em que o homem se apropriou dos meios de

produção, a mulher foi relegada exclusivamente a suas funções biológicas de mãe, e lhe foi negada toda forma de participação na vida social produtiva.” (Ibidem, 2008, p. 101).

Para Engels (1981, p. 77), a família monogâmica “fundada não mais sobre condições naturais, mas sociais” constitui a base pela qual se deu a divisão sexual dos papéis, e o abandono da mulher, de membro da comunidade à esposa subordinada, bem como a institucionalização da propriedade privada.

“Não há uma interpretação única das origens das desigualdades sexuais, o fato, entretanto, é que sempre houve uma forte tendência para a domesticação do papel feminino” (MAIA; LOPES, 2001, p. 05) que seria desprovido de valor, enquanto o papel masculino estaria ligado às atividades públicas.

A filósofa Hannah Arendt em sua obra “A condição humana” (1995, p. 59) afirma:

Para nós, a aparência – aquilo que é visto e ouvido pelos outros e por nós mesmos – constitui a realidade. Em comparação com a realidade que decorre do fato de que algo é visto e escutado, até mesmo as maiores forças da vida íntima – as paixões do coração, os pensamentos da mente, os deleites dos sentidos – vivem uma espécie de existência incerta e obscura, a não ser que, e até que, sejam transformadas, desprivatizadas e desindividualizadas, por assim dizer, de modo a se tornarem adequadas à aparição pública”.

Uma vez que nossa percepção da realidade depende da aparência, e, por consequência de uma esfera pública em que as coisas possam emergir “da treva da existência resguardada” (Idem, 1995, p. 61).

Já com relação à esfera privada (que, em oposição à importância da esfera pública ganha o significado de sua aceitação original: “privação”), a filósofa diz:

“Para o indivíduo, viver uma vida inteiramente privada significa, acima de tudo, ser destituído de coisas essenciais à vida verdadeiramente humana: ser privado da realidade advém do fato de ser visto e ouvido por outros, privado de uma relação objetiva com eles decorrente do fato de ligar-se e separar-se deles mediante um mundo comum de coisas, e privado da possibilidade de realizar algo mais permanente que a própria vida” (Ibidem, 1995, p. 68).

A assimetria nas relações entre homens e mulheres pode, ainda, ser entendida de acordo com a concepção de poder definida por Foucault. Uma vez que para o filósofo, “o poder excede a esfera do Estado, e passa a designar uma relação de força capaz de produzir efeitos desejados”, sendo assim, o poder não seria necessariamente exercido de cima para baixo, mas sim “relacional, disperso, difuso”

(MAIA; LOPES, 2001, p. 06). Desse modo, o poder, assim como a autoridade, estaria comumente associado ao espaço público, ou seja, um atributo masculino (ROSALDO; LAMPHERE, 1979).

É importante ressaltar, porém, que as mulheres não foram totalmente excluídas do exercício de poder, pois, dentro da perspectiva de Foucault, “não existe de um lado, os despossuídos e, do outro, os possuidores de poder – mesmo porque, para Foucault o poder não é algo que se detém – mas que as relações de poder são generalizadas e fluídas” (MAIA; LOPES, 2001, p. 07). De modo que as mulheres criaram mecanismos para intervir não apenas na esfera doméstica, mas também no espaço público e político, em que pese, obviamente, a permanência da assimetria nessas relações, “esses mecanismos surgem de acordo com a cultura, o cotidiano, a capacidade de percepção e análise da realidade, os recursos de falar e da leitura, ou de atividades predominantemente femininas” (Idem, 2001, p. 07).

Embora não possam ser apontadas de forma determinante as origens exatas da inequidade entre mulheres e homens, acredita-se que ela se relaciona com as questões aqui levantadas, ou seja, a divisão sexual do trabalho, a oposição entre o doméstico e o público, e a ausência do exercício de poder (de fato) pelas mulheres (Ibidem, 2001).

3.2.2 Desenvolvimento e desigualdade de gênero: algumas perspectivas históricas²

3.2.2.1 O enfoque Mulher e Desenvolvimento e a perspectiva feminista liberal

Podemos afirmar que a adoção de uma perspectiva das desigualdades entre homens e mulheres nas questões de desenvolvimento é um processo ainda em elaboração. Processo esse que “tem sido exaustivamente sistematizado, avaliado de diferentes modos e perspectivas, interpretado por vieses diversos, problematizado” (CAMURÇA, 2002, p. 164).

As condições de vida e acesso a recursos por parte da população de mulheres tomou maior proeminência no tema de desenvolvimento concomitantemente à

² Subseção presente no artigo intitulado “Interseccionalidade, desenvolvimento e território: Análise do índice de equidade de gênero no estado de São Paulo”, submetido à Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais.

aplicação de políticas de bem-estar social. Desse modo, medidas como controle de natalidade e programas de nutrição para crianças e mulheres gestantes e lactantes podem ser considerados um dos primeiros resultados práticos dessa aproximação (RAI, 2011). Essa abordagem essencialmente liberal dominante na chamada primeira fase das práticas de desenvolvimento, porém, segundo Rai (2011, p. 28) “não desafiou a questão das relações de gênero na sociedade, muitas vezes se mostrando condizente com a divisão sexual do trabalho”.

Em 1962, a assembleia geral da ONU solicitou a elaboração de um relatório sobre o papel da mulher no desenvolvimento, de modo que, em 1970, foi publicado o estudo *Women's role in economic development*, no qual Boserup (1970) alegava que a marginalização das mulheres em consequência de seu menor ganho financeiro, em relação a população masculina, afetava em contrapartida seu status social uma vez que este possui direta correlação com a capacidade produtiva no sistema capitalista. Eastin e Prakash (2013) afirmam que Boserup foi uma das primeiras teóricas a articular a possibilidade de uma relação não linear entre o crescimento econômico e a equidade de gênero, considerando de fato que certos estágios de industrialização forçariam a migração masculina, o que obrigaria as mulheres a permanecer em papéis de gênero tradicionais, como o cuidado da casa, das crianças e dos idosos, em detrimento da busca por oportunidades de trabalho formal. Porém, em direta correlação à visão liberal de desenvolvimento, ela ainda afirmou que, com a queda na taxa de natalidade, o aumento do nível educacional da população feminina e a maior participação em atividades remuneradas, as mulheres teriam maior influência na estrutura familiar tradicional, pois “com o tempo, esse processo deveria encorajar a adoção de normas sociais que desencorajassem a discriminação de gênero” (Idem, 2013, p. 163).

Seguindo o trabalho de Boserup, outras teóricas analisaram como as mulheres eram negativamente impactadas por medidas de desenvolvimento econômico, tais como a mecanização da agricultura, que resultou na privação de trabalho remunerado para a mulher agricultora e fragilidade de seu papel social, e enfatizavam a importância da população feminina para o próprio processo de desenvolvimento em si, num “apelo tanto à eficiência, quanto a melhorias para a população feminina” (RAI, 2011, p. 29). Tal análise feminista liberal, portanto, consistiu a base da agenda Mulher no Desenvolvimento (*Women in development*), com o intuito de que os benefícios da

modernização recaíssem tanto às mulheres quando aos homens nos países do chamado terceiro mundo (RAI, 2011).

Porém, o enfoque Mulher no Desenvolvimento deixava de considerar as estruturas sociais e políticas em que a população feminina se insere. Considerando a modernização na forma de industrialização não apenas inerentemente benéfica como inevitável, ela ignorava o processo de acumulação de capital em curso nos países do sul global desde o período colonial, e suas implicações para a população de mulheres de diferentes classes. Tal enfoque, de fato, foi continuamente questionado tanto por críticos internos da visão liberal quanto pelos modelos de desenvolvimento dos estados socialistas (Idem, 2011).

Ademais, muitos pesquisadores sugeriram que o desenvolvimento em si não aumentaria a participação das mulheres na força de trabalho, com estudos demonstrando que a diminuição da força de trabalho feminina gerava aumento na renda da população masculina, forçando, uma vez mais, as mulheres a voltarem ao serviço doméstico não remunerado. No âmbito macro e micro social, instituições limitariam a capacidade da população feminina de obter status igualitário. Tais instituições seriam fortalecidas pelo modelo de desenvolvimento capitalista, portanto, “para modificar o status das mulheres é necessário haver uma intervenção direta – ou engenharia social – ao invés de se depender exclusivamente do desenvolvimento econômico para cumprir esse objetivo” (EASTIN; PRAKASH, 2013, p. 163).

Além disso, o componente cultural da inequidade de gênero não pode ser ignorado. Eastin e Prakash (2013, p. 164) desenvolveram uma hipótese que considera que a relação desenvolvimento versus equidade de gênero exibiria ao longo do tempo uma “curva em S”: “primeiro o crescimento econômico conferiria uma melhora na economia, direitos sociais e políticos; em seguida essa melhora estabilizaria ou diminuiria a medida em que instituições discriminatórias limitariam a geração de oportunidades para mulheres”. Essa limitação poderia vir na forma de falta de leis que lidem com a violência de gênero, leis de propriedade restritivas, restrição nos direitos reprodutivos entre outras. Tais práticas estariam em direta oposição à maior participação feminina na força de trabalho, o que, por sua vez, diminuiria o poder de barganha das mulheres na esfera doméstica (Idem, 2013). Essas ações discriminatórias podem não ser exclusivamente decorrentes de fatores culturais, mas também da divisão sexual do trabalho, “por exemplo, economias dependentes da exportação de produtos agrícolas podem ser mais receptivas a práticas patriarcais

que favoreça os homens em detrimento das mulheres” (Ibidem, 2013, p. 162). O elemento cultural, porém, permanece constituindo variável de grande importância na inequidade de gênero.

A abordagem Mulher no Desenvolvimento, no entanto, merece ser reconhecida por se tratar de primeira iniciativa que considerou a situação feminina nas abordagens de desenvolvimento, a colocando, inclusive, na agenda das agências envolvidas com a questão.

3.2.2.2 O enfoque Gênero e Desenvolvimento e as políticas do pós-desenvolvimento

Nos anos 80 teóricas feministas contrapunham a abordagem da inclusão das mulheres no desenvolvimento de enfoque neoliberal com a análise da transformação das relações de gênero, destacando a divisão sexual do trabalho tanto na esfera doméstica quanto no mercado de trabalho. Além disso, propunham a distinção entre necessidades mais práticas e imediatas e necessidades estratégicas, de longo prazo, nos diversos contextos políticos e sociais que vários segmentos da população feminina estavam inseridos, pois “não se tratava de adaptar a forma de vida das mulheres ao modelo de desenvolvimento existente. A ideia era desenvolver um novo paradigma que contemplasse a realidade de um sistema desigual que não permitia a geração espontânea de autonomia para as mulheres” (STADUTO; KRETER, 2017, p. 12).

Rai (2011, p. 32) aponta, no entanto, que o enfoque gênero e desenvolvimento não foi capaz de influenciar as medidas de desenvolvimento, “o planejamento com enfoque em gênero, com seu objetivo principal sendo a emancipação, é por definição um apelo mais agressivo (que o enfoque mulher no desenvolvimento)”. Segundo a autora, tal enfoque tem sido despolitizado e a contestação da institucionalização dos papéis de gênero permanecem um desafio tanto de natureza prática como política para as teóricas feministas. Scott e Quadros (2018, p. 03) apontam ainda que as relações de poder enredadas no próprio processo de concessões que incluem a aplicação de tais políticas estão intrinsecamente ligadas às instituições envolvidas nesse procedimento, de modo que a baixa influência do enfoque gênero e desenvolvimento no planejamento “se dá em função das questões de relações de poder arraigadas estruturalmente que as políticas de desenvolvimento implicitamente

visam reforçar”. Nesse sentido, as próprias metas de combate à desigualdade de gênero instituídas por agências internacionais, como a ONU, permanecem subordinadas à ideia maior de desenvolvimento, “exigindo uma postura de aliança, competição e negociação para poderem ser contempladas com práticas favoráveis à igualdade de gênero” (Idem, 2018, p. 04).

A própria questão do empoderamento, muito em voga nos dias de hoje, toma proporções publicitárias na medida em que o investimento em mulheres passa a ser visto como “bom negócio”, constituindo, na visão de Cornwall (2010), nada mais do que a adesão a metas basicamente neoliberais, metas essas que divergem drasticamente da compreensão feminista de empoderamento, ligada à promoção de transformações estruturais que se orienta por noções de justiça. A lógica mercadológica se apropria das ideias de agência e escolha feministas, distorcendo-as e as colocando a serviço de interesses consumistas e empreendedores; exaltando qualidades consideradas “tradicionalmente” femininas, como abnegação, dedicação e trabalho em função da família e mesmo da comunidade; transformando as mulheres em “recursos para atingir resultados para desenvolvimento que possam ser positivamente avaliados mais pela sua contribuição ao crescimento econômico de que à igualdade de gênero em si” (SCOTT; QUADROS, 2018, p. 08).

Muitos teóricos pós-estruturalistas, de fato, levaram suas críticas às estratégias governamentais de desenvolvimento a um patamar de rompimento com o próprio “projeto de desenvolvimento” em si, afirmando que ele “tem sido o principal mecanismo pelo qual o terceiro mundo tem buscado superar suas adversidades, assim marginalizando ou impedindo outros meios de ver e pensar” (ESCOBAR, 1995, p. 22). A crítica pós-estruturalista, porquanto não tivesse um enfoque específico de gênero, foi essencial por contrapor o sistema capitalista ao conceito de desenvolvimento, afirmando serem, de fato, incompatíveis (RAI, 2011). Feministas marxistas e socialistas somaram suas contribuições à crítica pós-estruturalista afirmando que, sendo a acumulação primitiva essencial ao crescimento capitalista, tanto o capital nacional e internacional (assim como o Estado) exploravam não apenas os países do sul global como também a população feminina, pois “a exploração capitalista da força de trabalho é baseada no monopólio masculino da violência numa forma modificada” (RAI, 2011, p. 34).

A crítica feminista ao modelo de desenvolvimento, não por coincidência, se deu no mesmo momento em que o feminismo até então hegemônico, majoritariamente

branco e de classe média foi desafiado por mulheres que não enxergavam suas experiências nas articulações das teóricas feministas de então. As feministas do pós-desenvolvimento trouxeram foco à relação hierárquica existente entre as metas de desenvolvimento de amplitude mundial, as organizações não governamentais e os países do sul global, contextualizando a subordinação feminina nesse processo (Idem, 2011). A crítica pós estruturalista, por sua vez, ressaltou a importância do local “como espaço político e conceitual – não a ser reconfigurado pelo Estado-Nação, mas para ser o lugar de múltiplas iniciativas para melhoria de vida” (Ibidem, 2011, p. 33). Isto é, mais do que o cumprimento de metas de amplitude mundial, simplesmente por sua presumida importância, as relações complexas pertinentes aos países do sul global deveriam ser levadas em consideração.

3.2.2.3 Interseccionalidade

Embora o conceito de interseccionalidade tenha tomado maior visibilidade nas últimas décadas, sua origem está ligada ao movimento feminista negro americano do fim dos anos 70, por meio da crítica ao feminismo então vigente, majoritariamente branco, de classe média e heteronormativo (HIRATA, 2014). Hornhardt (2019) assinala que a ideia de imbricação de categorias já havia sido apontada em 1984, num texto de Audre Lorde (Sister Outside), ressaltando ainda que muitas teóricas negras à época se confrontavam, de um lado, com o caráter hegemonicamente branco e ocidental da produção de conhecimento dentro da academia e, de outro, com as lutas sociais de seu tempo.

A partir dessa perspectiva, no início dos anos 90, a interseccionalidade passou a ser tratada por diversas teóricas através de um prisma multidisciplinar. Crenshaw (1994, p. 08) desenvolveu essa problemática com particular enfoque nas categorias de gênero e raça, argumentando que as experiências das mulheres negras não poderiam ser submetidas às tradicionais amarras discriminatórias de raça e gênero, portanto, “a intersecção de racismo e sexismo influi na vida das mulheres negras de maneiras que não podem ser capturadas completamente olhando as dimensões de gênero e raça separadamente”.

Collins (2017, p. 11), ao discorrer sobre a importância do trabalho de Crenshaw, responsável por cunhar o termo interseccionalidade, atenta para o fato de que o “ponto de origem dessa história não só costuma negligenciar os escritos e atividades de

muitas outras pessoas que vieram antes de Crenshaw, como faz interpretações equivocadas dos argumentos da autora”, apontando, então, que o trabalho de Crenshaw objetiva:

(1) estabelecer relações entre identidade individual e identidade coletiva; (2) manter o foco nas estruturas sociais; (3) teorizar a partir da base (em de um modelo top-down) casos de violência contra mulheres de cor como um conjunto de experiências com conexões estruturais, políticas e representativas; (4) lembrar leitoras que o propósito dos estudos interseccionais é contribuir com iniciativas de justiça social (Idem, p. 12).

Define, portanto, interseccionalidade como “uma forma de investigação crítica e de práxis, precisamente, porque tem sido forjada por ideias de políticas emancipatórias de fora das instituições sociais poderosas, assim como essas ideias têm sido retomadas por tais instituições” (Ibidem, p. 07).

Bilge (2009, p. 70), por sua vez, define a interseccionalidade como:

Uma teoria transdisciplinar que visa apreender a complexidade das identidades e das desigualdades sociais por intermédio de um enfoque integrado. Ela refuta o enclausuramento e a hierarquização dos grandes eixos da diferenciação social que são as categorias de sexo/gênero, classe, raça, etnicidade, idade, deficiência e orientação sexual”.

A interseccionalidade procura, portanto, evidenciar como certas desigualdades se reproduzem em determinada estrutura social, bem como as opressões institucionais que dela derivam, permitindo “refletir sobre como e porque algumas diferenças se transformam em desigualdades, criando e recriando hierarquias em determinado contexto e formação histórica” (HORNHARDT, 2019, p. 03), sem, porém, propor uma nova teoria globalizante de identidade (CRENSHAW, 1994). Sendo um conceito controverso e, por isso, envolto em discussões, há diversas articulações que podem ser abordadas em sua intersecção. A maioria das autoras, no entanto, “ênfatiza questões de raça e gênero, inserindo também questões referentes a casta, religiosidade, etnia, nação, classe e capacitismo” (HORNHARDT, 2019, p. 04).

Hirata (2014, p. 64) aponta, por exemplo, a relevância teórica e epistemológica de se articular sexo e raça, para além da mera oposição “homens versus mulheres”, destacando as diferenças salariais e de níveis de desempregos que se evidenciam no Brasil ao se cruzar dados comparativos para a população de homens brancos e negros e para a população de mulheres brancas e negras: “no caso do Brasil, as mulheres brancas e negras têm trajetórias duradouras nas ocupações de menor

prestígio e de más condições de trabalho, como o emprego doméstico, atividade em que as mulheres negras são mais numerosas. Ambas estão também sobrerrepresentadas no item desemprego”.

Ademais, há o interesse jurídico na articulação dessas interseções, como ficou evidenciado no trabalho de Crenshaw (2010), no qual ela analisa o caso de uma fábrica da General Motors nos Estados Unidos, em que a acusação de discriminação racial lançada por mulheres negras não foi aceita, pois o tribunal alegou que a empresa recrutava trabalhadores negros e também recrutava mulheres. Nesse caso, a interseção particular de gênero e raça não foi considerada, como afirmou Crenshaw (2010, p. 91): “os afro-americanos recrutados pela GM não eram mulheres, e as mulheres que a GM recrutava não eram negras. Assim, embora a GM recrutasse negros e mulheres, ela não recrutava mulheres negras”.

O cerne da questão da interseccionalidade é, portanto, a interseção de identidades que, sendo elas quais forem, longe de se inter-relacionarem numa estrutura hierárquica, acabam constituindo uma nova condição passível de opressões por estruturas micro e macro sociais e institucionais.

3.2.2.4 Consustancialidade x interseccionalidade

No final dos anos 70, na França, Daniele Kergoat (1978) propôs a articulação de relações sociais de sexo e classe, no que ficou categorizado como consustancialidade, uma teoria considerada ao mesmo tempo feminista e materialista, uma vez que elenca o marxismo como principal interlocutor teórico (HORNHARDT, 2019).

Dessa forma, a consustancialidade trata primordialmente da imbricação entre gênero e trabalho, considerando a divisão sexual do trabalho como base material na qual as desigualdades entre homens e mulheres se solidificam (Idem, 2019), buscando “compreender de maneira não mecânica as práticas sociais de homens e mulheres diante da divisão social do trabalho em sua tripla dimensão: de classe, de gênero e de origem (Norte/Sul)” (KERGOAT, 2010, p. 93).

O conceito da consustancialidade parte da análise crítica ao essencialismo presente em produções anteriores, afirmando que o sexo não é natural, “mas sim atravessado por relações sociais, tanto no nível macro da materialidade das relações historicamente constituídas (rapport), quanto no nível micro, das interação cotidiana

dos agentes (relation)” (HORNHARDT, 2019, p. 04) e, dessa forma, não apenas o trabalho produtivo é considerado em sua análise, mas também o trabalho de reprodução do viver (Idem, 2019). A consubstancialidade envolve necessariamente, portanto, a análise das relações de poder, dominação, opressão e exploração, pois “estas relações são consubstanciais, ou seja, estão enoveladas de forma a não poderem ser separadas; e são coextensivas, uma vez que se reproduzem mutuamente num entrecruzamento dinâmico de sexo, raça e classe, cada uma imprimindo sua marca nas outras e se constituindo de maneira recíproca” (Ibidem, 2019, p. 05). A mesma visão é defendida por Saffioti (2000, p. 73):

A sociedade não comporta uma única contradição. Há três fundamentais, que devem ser consideradas: a de gênero, a de raça/etnia e a de classe. Com efeito, ao longo da história do patriarcado, este foi se fundindo com o racismo e, posteriormente, com o capitalismo, regime no qual desabrocharam, na sua plenitude, as classes sociais.

A autora argumenta ainda que gênero, raça e classe são três relações que estruturam o capitalismo contemporâneo, sendo assim subestruturas que atuam numa espécie de “nó”, potencializando as contradições sociais existentes (SAFFIOTI, 2015). O sexo seria, de fato, “a matéria prima sob a qual ocorre a transição da família, de formas sociais e de formas de trabalho ao longo da história” (HORNHARDT, 2019, p. 07), sendo a divisão sexual a primeira divisão de trabalho. Porém, a emergência das classes sociais trouxe mudanças na divisão do trabalho por gênero. Seria preciso, portanto, levar a análise materialista histórica para além do trabalho assalariado, englobando também o trabalho reprodutivo ou de produção da vida, como o trabalho de cozinhar, lavar e cuidar (Idem, 2019).

Kergoat (2010) teceu uma crítica ao que ela chamou de “noção geométrica de interseção” presente no conceito de interseccionalidade, argumentando que sua multiplicidade de categorias mascararia as relações sociais (Idem, 2010). Hirata (2014, p. 65), porém, aponta outra crítica que aparece implicitamente no trabalho da autora: “a de que a análise interseccional coloca em jogo, em geral, mais o par gênero-raça, deixando a dimensão classe social em um plano menos visível”, de modo que, enquanto para Kergoat existem três relações sociais fundamentais, o gênero, a classe e a raça, relações sociais macro; pela perspectiva interseccional, trabalha-se com “categorias” que podem incluir essas três relações, mas também outras, como a de sexualidade, idade, religião, etc. (Idem, 2014).

Tanto a interseccionalidade como a consubstancialidade surgiram em desafio a modelos teóricos universalistas, “criados em um ambiente científico hegemonicamente branco e masculino” (HORNHARDT, 2019, p. 02), que excluíam as experiências de mulheres marginalizadas. Ambos os conceitos partilham, portanto, o objetivo de pensar a multiplicidade de relações de dominação e opressão envolvidas nas relações sociais e suas interdependências.

3.2.3 Autonomia, renda e a condição de agente da mulher

Ao analisar a questão da autonomia das mulheres em sua pesquisa a respeito da aplicação do programa Bolsa Família no Brasil, Walkiria Leão e Alessandro Pinzani (2014) recorrem na utilização de reflexões de John Stuart Mill, contidas no ensaio *The Subjection of Women* (1911), no qual afirma que a subjugação das mulheres pelos homens se dá não apenas no campo da política, mas sim das instituições sociais e culturais que a reproduzem, operando não apenas por meio de ações imediatas, como também sobre suas emoções e sentimentos. Nesse sentido, segundo Mill, as mulheres seriam não apenas condicionadas a servir os homens, mas a “desejarem servi-los”.

Conforme observado anteriormente, a própria educação destinada às mulheres sempre se pautou mais para a vida privada do que para a vida pública. O mundo doméstico das mulheres, independentemente de proveniência de classe social, é culturalmente voltado para a valoração suprema das virtudes e dos valores ligados à vida privada e destituído de conteúdos vinculados aos princípios de autonomia moral e do autogoverno – com isso formando pessoas avessas a deveres e direitos públicos (LEÃO; PINZANI, 2014, p. 59).

Historicamente, isso resultou em sujeitos modelados para a dominação, no caso masculino, e sujeitos modelados para a submissão, no caso feminino. Como a vida democrática supõe, entre outras tantas coisas, relações de igualdade entre os sexos, esses “reflexos no mundo público não tem como não ser negativo” (Idem, 2014, p. 60).

Ademais, Leão e Pinzani (2014, p. 64) apontam o paradoxo no próprio modelo de modernidade que tem por base a busca de liberdade política, jurídica e social:

O sistema econômico que caracteriza a modernidade e que pretende ser o principal fator criador de autonomia individual, a saber, o

capitalismo, assim como a organização política, jurídica e social das sociedades baseadas em tal sistemas, produz o seu contrário, isto é, resulta em perda de autonomia para uma parcela mais ou menos ampla da população.

Ou seja, conforme já abordado, as promessas da modernidade não foram cumpridas, uma vez que certas condições são inerentes ao próprio desenvolvimento da modernidade, especialmente no modo de produção capitalista.

Nesse sentido, autores como Sen (2010), que evidenciam a importância de bases materiais para o alcance da autonomia individual estariam simplesmente apontando a falha da sociedade capitalista em prometer autonomia para todos, porém, não oferecendo condições reais para que possam desenvolvê-la (LEÃO; PINZANI, 2014).

Uma acepção mais básica e limitante de autonomia pode ser definida quando um sujeito é capaz de agir conforme um projeto pessoal de vida que considera satisfatório. Porém, essa definição refere-se apenas a um grau mínimo de autonomia, uma vez que está limitada a sua vida individual, enquanto, numa acepção mais ampla de autonomia, o indivíduo atribuiria a si (e a outros), mais direitos e deveres “com base em princípios universais, e não locais ou sociais”, sendo que na maior parte das vezes são próprias instituições as responsáveis por não permitir esse tipo de autonomia (Idem, 2014, p. 65).

Nesse sentido Leão e Pinzani (2014) utilizam a abordagem de capacidades de Sen (2008). Porém, conforme vimos, as capacidades não devem ser observadas isoladamente, mas sim em conjunto com outras, e, ainda, em relação às funcionalidades, ou seja, às opções reais que o indivíduo possui de dispor de suas capacidades. Como exemplo, Leão e Pinzani (2014, p. 69) argumentam: “dizer que alguém tem a capability de mudar-se livremente para outra cidade não se refere a sua capacidade de mudar-se fisicamente, mas as opções reais que possui para fazê-lo” assim, as capacidades referem-se não apenas a condições individuais concretas, mas a estados subjetivos bem como condições externas.

Entretanto, considerando que para a obtenção de um grau mais básico de autonomia, é necessário que as necessidades básicas dos indivíduos estejam satisfeitas, ou seja, as capacidades básicas, elas possuem uma base econômica, que deve ser garantida institucionalmente.

Medidas como a concessão de ajudas econômicas, a introdução de uma renda básica mínima ou a aplicação de programas

governamentais como o Bolsa Família deveriam ser vistas como tentativas de ajudar os indivíduos a desenvolver suas capacitações quando não dispõem da possibilidade de fazê-lo anonimamente (Idem, 2014, p. 73).

Essa autonomia mais básica, obtido com auxílio financeiro, no entanto, pode também ter implicações em outros aspectos, como o escape de situações humilhantes, ou mesmo a obtenção de respeito próprio, de modo que a pessoa “também tem mais voz ativa, pois depende menos dos outros” (SEN, 2010, p. 253). Ou seja, o processo pelo qual os indivíduos desenvolvem sua autonomia é complexo e contínuo (LEÃO; PINZANI, 2014).

Portanto, programas que oferecem uma renda básica a cidadãos vulneráveis teriam como efeito primário não apenas a garantia de subsistência a essas populações, mas oferecer uma base econômica para que possam ir ao encontro de uma maior autonomia, “a experiência nova de receber uma renda regular não coincidiu imediatamente com a aquisição de uma maior autonomia, mas marcou o começo de uma transformação não somente exterior (melhorias na moradia, inovações na dieta alimentar etc.), mas interior”, argumentam os autores a respeito das beneficiárias do programa Bolsa Família. Sobre isso, Sen (2010, p. 261) também afirma que “a participação econômica das mulheres é tanto uma recompensa em si (com redução associada do viés contra o sexo feminino na tomada de decisões familiares) como uma grande influência para a mudança social em geral”.

Conforme já abordado, podemos considerar as medidas de bem-estar como algumas das primeiras políticas voltadas aos direitos femininos. “O feminismo, num primeiro momento, demandou tratamento igualitário para as mulheres e homens frente aos direitos, à lei, para logo a seguir, avançar no debate quanto ao caráter igualitário ou injusto das próprias regras institucionalizadas e das práticas sociais” (CAMURÇA, 2002, p. 166), ou, como afirma Sen (2010), essas reivindicações passaram a enfatizar o papel ativo da condição de agente da mulher, muito embora inevitavelmente o aspecto do bem-estar e da condição de agente apresentem suas intersecções.

De fato, o enfoque na condição de agente da mulher leva à remoção de inequidades que afetem o bem-estar feminino, uma vez que variáveis como “o potencial das mulheres para auferir renda independente, encontrar emprego fora de casa, ter direitos de propriedade, ser alfabetizadas e participar como pessoas

instruídas nas decisões dentro e fora da família” (Idem, 2010, p. 249), embora estejam conectadas ao aspecto da autonomia, não deixam de ter repercussões óbvias no seu bem-estar geral.

Sen (2010) aponta ainda que o aumento no papel de agente na vida da mulher não traz repercussões somente para a população de mulheres, mas de todas as pessoas – homens e crianças. Como exemplo, o autor cita estudos relacionados ao aumento de poder das mulheres na família com a redução de mortalidade infantil. O estudo, realizado em ocasião do censo da Índia de 1981, identificou uma relação direta na alfabetização de mulheres e a redução da mortalidade entre crianças com menos de 5 anos de idade. Além disso, a educação ampliaria os horizontes em um nível mais material, ajudando a influenciar a discussão pública de diversos temas sociais relevantes bem como difundir conhecimentos sobre planejamento familiar.

Na evolução dos sistemas de valores e das convenções da divisão intrafamiliar, a educação, o emprego, e os direitos de propriedade das mulheres podem exercer um papel importante, e essas características “sociais” podem ser cruciais para os destinos econômicos (bem como para o bem-estar e a liberdade) dos diversos membros da família (Idem, 2010, p. 252).

Nesse sentido, algumas variáveis relacionadas a condição de agente das mulheres frequentemente apresentariam um papel mais importante na promoção de bem-estar social (em especial quando relacionados à sobrevivência infantil), do que aquelas relacionadas ao nível geral de riqueza da sociedade.

É importante apontar, no entanto, que essa visão da mulher como agente de mudanças sociais muitas vezes pode tomar o aspecto do que algumas autoras (FARAH, 2004) chamam de “funcionalização” da mulher, isto é, a população feminina passa a ser vista como um “instrumento” de desenvolvimento pelo papel que desempenha dentro da família, em oposição a uma visão mais ampla, de ênfase em direitos e na constituição da mulher como sujeito.

Os fatores envolvidos na condição de agente das mulheres – sejam eles relacionados à educação, seu padrão de propriedade, oportunidades de emprego e funcionamento do mercado de trabalho – estão, portanto, intrinsecamente ligadas ao aspecto do desenvolvimento humano, constituindo um dos principais indicadores de mudanças sociais. Tratando-se, ainda, de uma área pouco explorada nos estudos sobre desenvolvimento.

Pode-se dizer que nada atualmente é tão importante na economia política do desenvolvimento quanto um reconhecimento adequado da participação e da liderança política, econômica e social das mulheres. Esse é, de fato, um aspecto crucial do “desenvolvimento como liberdade” (SEN, 2010, p. 263).

4 METODOLOGIA

Esse trabalho de pesquisa será guiado pelo método hipotético dedutivo, método esse ligado aos traços fundamentais das teorias científicas (BRUYNE; HERMAN; SCHOUTHEETE, 1995), uma vez que uma teoria é um processo hipotético-dedutivo, formado por termos e proposições rigorosamente definidos, por meio da observação da realidade constituída.

Segundo Bruyne, Herman e Schoutheete (1995, p. 89) “a abordagem hipotético-dedutiva se desenvolve na pesquisa à maneira de um ciclo, seu processo teórico-empírico é irreversível”, de modo que a hipótese considerada é colocada na presença de determinados fenômenos, esperando-se reencontrá-los na forma de certas consequências (nível da hipótese). Porém, outras consequências possíveis podem ser derivadas dessa mesma hipótese, sendo assim confrontadas com os fatos disponíveis.

Esse trabalho irá se guiar pela hipótese de que o desenvolvimento econômico territorial não vem acompanhado, necessariamente, de condições de vida mais igualitárias entre homens e mulheres, uma vez que as principais forças motrizes deste desenvolvimento são a acumulação de capital e o progresso tecnológico; este que, se em certa medida pode contribuir para a igualdade, não é suficiente para garantir a plena emancipação da mulher. Sendo necessário, de fato, a instituição de políticas que possibilitem mudanças estruturais para que essa igualdade seja alcançada.

Pretende-se, desse modo, que essa hipótese seja guiada pelos princípios teóricos aqui expostos e confrontada com dados empíricos coletados e, ainda, seguir possíveis ramificações resultantes desse confronto.

Bruyne, Herman e Schoutheete (1995, p. 80) define processos discursivos como “modos de raciocínio que permitem guiar a pesquisa e expor rigorosamente seus resultados”. Sendo assim, este trabalho tomará por princípio o processo discursivo da quantificação, que consiste no elo entre a operacionalização das hipóteses e a coleta de informações, “ela impõe uma ordem ao universo semântico do discurso e o reduz a um universo simbólico de números” (Idem, 1995, p. 80), derivando disso a possibilidade de comparabilidade numérica.

A quantificação, portanto, permite-se que estabeleça uma ordem classificatória aos resultados obtidos, gerando uma correspondência entre as dimensões de

conceitos abordados e números dispostos segundo determinadas regras (Ibidem, 1995).

4.1 Indicadores sociais

O termo indicador social surgiu na década de 60, quando houve a necessidade de elaboração de indicadores que demonstrassem melhor a realidade social do que aqueles utilizados no pós-guerra, chamados de indicadores de primeira geração, como o PIB per capita, que começaram a ser questionados por sua natureza restrita e simplória (GUIMARÃES; JANNUZZI, 2005), e mostravam-se cada vez menos representativos como medida de bem estar e mudança social em seus múltiplos aspectos, sendo ainda ineficientes como ferramenta para formulação de políticas públicas (JANNUZZI, 2006).

Um indicador social é uma medida em geral quantitativa dotada de significado social substantivo, usado para substituir, quantificar ou operacionalizar um conceito social abstrato, de interesse teórico (para pesquisa acadêmica) ou programático (para formulação de políticas). É um recurso metodológico, empiricamente referido, que informa algo sobre um aspecto da realidade social ou sobre mudanças que estão se processando na mesma (Idem, 2006, p. 15).

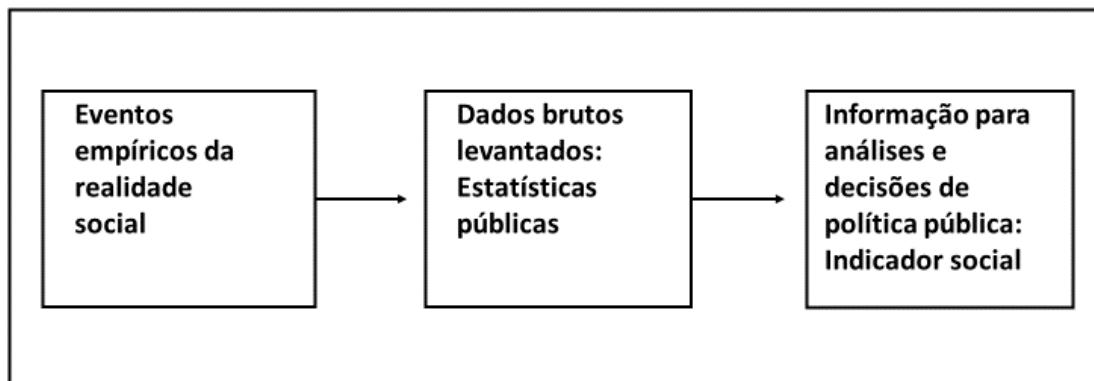
Os indicadores sociais seriam então, na pesquisa acadêmica, o elo entre modelos explicativos da teoria social e a evidência empírica dos fenômenos estudados. O indicador social é uma ferramenta operacional para monitoramento da realidade social, eles traduzem em cifras tangíveis, conceitos abstratos representativos de condições de vida de determinado segmento da população (Ibidem, 2006). Como afirma Parahos *et al.* (2013, p. 148) “uma primeira função dos indicadores sociais é descrever a realidade a partir de dados objetivos e comparáveis e/ou critérios considerados socialmente relevantes”.

Uma distinção de importância para a exposição metodológica deste trabalho consiste na diferenciação entre indicadores sociais e estatísticas públicas. Enquanto as estatísticas públicas correspondem ao dado social em sua forma bruta, não necessariamente dentro de contextos de teoria social ou finalidade programática, sendo, portanto, apenas parcialmente capazes de ser utilizadas para a apreensão empírica da realidade estudada, os indicadores sociais inserem-se num contexto que permite não apenas o estudo de determinados recortes demográficos e temporais,

como ainda uma análise comparativa. Sendo assim, dados brutos como número de óbitos ou nascimentos, número de pessoas frequentando escolas etc., servem como matéria prima para a criação de indicadores sociais, que, inseridos no contexto da realidade estudada, resultam em taxas de natalidade, mortalidade, frequência escolar etc. “O que diferencia a estatística pública do indicador social é o conteúdo informacional presente, isto é, o “valor contextual” da informação disponível neste último” (JANUZZI, 2006, p. 16).

O quadro 2 exemplifica o processo de agregação informacional aos indicadores sociais.

Quadro 2 – Processo de agregação informacional aos indicadores sociais.



Fonte: Januzzi (2006).

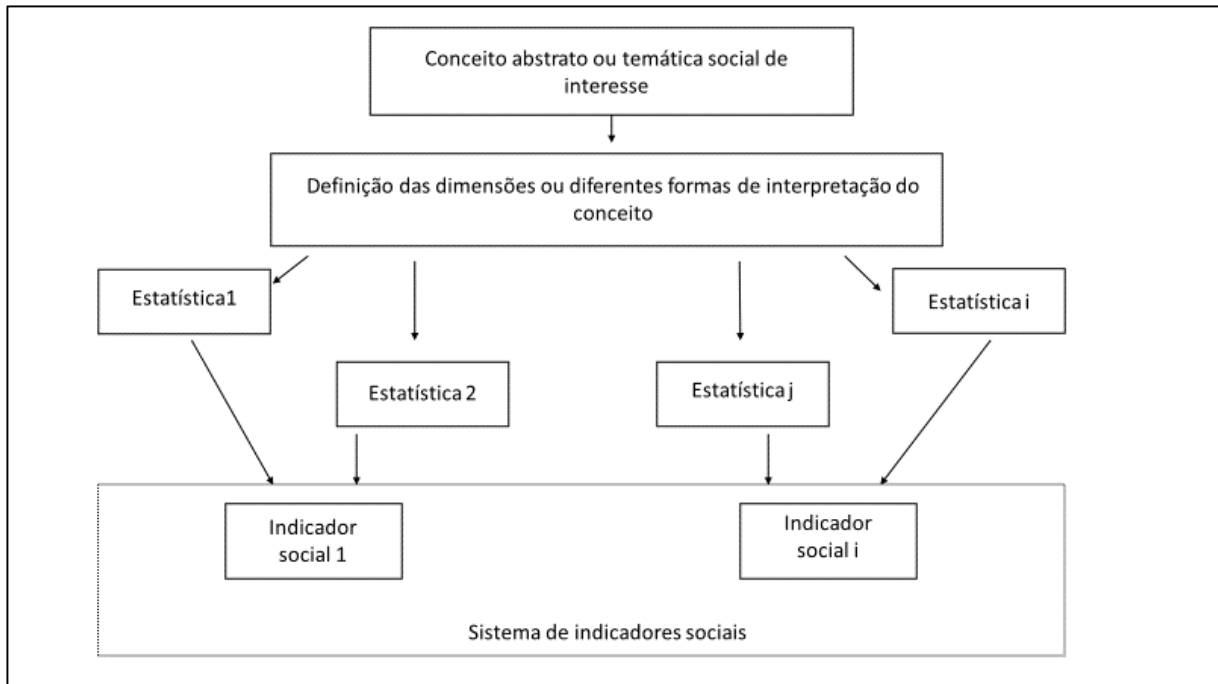
O conjunto de indicadores sociais relacionados a um determinado aspecto da realidade social, denomina-se sistema de indicadores sociais. Januzzi (2006), estabelece as seguintes etapas para a elaboração de um sistema de indicadores sociais – etapas essas que foram seguidas para a seleção de variáveis do índice de desenvolvimento da mulher (IDM).

- a. Na primeira etapa é realizada a definição do conceito abstrato ou temática a que se refere o sistema de indicadores que se pretende instituir. No caso do IDM, a temática será as condições de vida da população feminina e a desigualdade de gênero;
- b. A segunda etapa consiste na definição das dimensões que irão compor o sistema de indicadores, ou mesmo as diferentes formas de interpretação e abordagem das mesmas;
- c. Na terceira etapa é realizada a obtenção das estatísticas públicas que irão compor os indicadores selecionados;

d. Por fim, na quarta etapa, computam-se os indicadores (JANUZZI, 2006, p. 17).

O quadro 3 demonstra o processo de elaboração de um sistema de indicadores sociais.

Quadro 3 – Processo de elaboração de sistema de indicadores sociais.



Fonte: Januzzi (2006).

Ainda segundo Jannuzzi (2005), os indicadores sociais podem ser classificados de várias formas, sendo a mais frequentemente utilizada a organização temática, que será a utilizada na construção do IDM.

4.2 O Conjunto Mínimo de Indicadores de Gênero (CMIG)

Inserindo-se no contexto de recorte temporal e demográfico dos indicadores sociais, temos as estatísticas de gênero. “Estatísticas de gênero são definidas como estatísticas que refletem adequadamente diferenças e desigualdades entre homens e mulheres em todas as áreas da vida”³ (ONU, 2016, p. 11, tradução da autora). Uma vez que a equidade de gênero ocupa importância cada vez maior no desenvolvimento

³ Gender statistics are defined as statistics that adequately reflect differences and inequalities in the situation of women and men in all areas of life.

econômico e social, a demanda para que as estatísticas oficiais integrem uma perspectiva de gênero, desde sua concepção metodológica até a disposição final dos dados, também tem aumentado. Tratam-se, afinal, de estatísticas que nortearão a aplicação de políticas públicas no sentido de combater a disparidade entre os gêneros.

A definição das estatísticas públicas, e, por conseguinte, dos indicadores sociais que compõe o IDM tomou como parâmetro estrutural o Conjunto Mínimo de Indicadores de Gênero – CMIG (Minimum Set of Gender Indicators – MSGI), elaborado em 2013 pela Comissão de Estatística das Nações Unidas a fim de facilitar a produção e harmonização de estatísticas de gênero pelos países.

Os indicadores foram organizados em cinco dimensões:

1. Estruturas econômicas, participação em atividades produtivas e acesso a recursos;
2. Educação;
3. Saúde e serviços relacionados;
4. Vida pública e tomada de decisão;
5. Direitos humanos das mulheres e meninas.

O CMIG contém 52 indicadores quantitativos e 11 indicadores qualitativos, sendo todos eles relacionados a uma ou mais áreas de concentração da Plataforma de Ação de Pequim de 1995, plano para avanço dos direitos das mulheres, resultante da Quarta Conferência Mundial Sobre Mulheres realizada pela ONU. “O CMIG encontra um papel fundamental na formulação de metodologias propostas pelos organismos multilaterais, capazes de promover harmonização e comparabilidade adequada entre países em nível global e regional.” (IBGE, 2018, p. 02).

Em 2018 o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) apresentou os resultados de parte desses indicadores para o Brasil. Utilizando dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD, da Projeção da População por Sexo e Idade, das Estatísticas do Registro Civil, da Pesquisa Nacional de Saúde – PNS, da Pesquisa de Informações Básicas Estaduais – ESTADIC e da Pesquisa Nacional de Demografia e Saúde – PNDS no âmbito do IBGE; além de dados oriundos de fontes externas como o Ministério da Saúde e do Tribunal Superior Eleitoral, foi possível realizar a construção de 38 indicadores em consonância com a metodologia utilizada pela ONU (não sendo possível a construção de alguns indicadores devido ao nível de desagregação necessária, ou da indisponibilidade dos dados na forma de registros

administrativos gerados pelo órgão competente), dispostos nos cinco domínios já apresentados. (Idem, 2018).

“Homens e mulheres não são grupos homogêneos e, para melhor entender suas dinâmicas, a interação com outras dimensões, grupos e categorias é de suma importância.” (Ibidem, 2018, p. 12). De modo que, sempre que possível – ou seja, quando houve dados disponíveis para tal – os índices presentes no CMIG organizados pelo IBGE foram desagregados a fim de refletir “a realidade brasileira na qual as desigualdades se estruturam em torno de desvantagens historicamente acumuladas” (IBGE, 2018, p. 12). Idade, escolaridade, raça/etnia, religião e deficiência foram, assim, intersecções levadas em consideração na desagregação desses dados.

O IDM adotou como modelo estruturante as dimensões definidas pelo CMIG, considerando a disponibilidade de dados foram adotadas quatro de suas dimensões. Os indicadores que compõem o índice, portanto, foram selecionados com base na disponibilidade das estatísticas públicas, bem como tendo em vista o objetivo da mensuração das condições de vida da população feminina e da desigualdade de gênero. Tendo em vista a padronização necessária dos dados para as diferentes escalas, e, ainda, a necessidade da disponibilidade de dados não apenas para os recortes geográficos abordados, mas também para o recorte demográfico – isto é, por sexo – optou-se por retirar a dimensão de saúde.

Além disso, assim como o CMIG, para recorte geográfico específico – o Estado de São Paulo, tendo como base os municípios mesoregiões – o Índice de Equidade de Gênero também foi desfragmentado por cor/raça.

4.3 Abordagem multiescalar

Para a cartografia, a escala é um recurso matemático fundamental, constituído por uma fração que indica a relação entre medidas reais, e aquelas representadas graficamente. Castro (2000, p. 117), aponta, porém, que “a conceitualização de escala, como esta relação apenas, é cada vez mais insatisfatória, tendo em vista as possibilidades de reflexão que o termo pode adquirir, desde que liberto de uma perspectiva puramente matemática”, e desse modo, porquanto a escala espacial possa ser considerada como um recurso analítico – e seja mesmo indispensável para a geografia política –, um “recorte” do real, tal recorte deve ser analisado na relação com seu entorno e demais escalas (SILVA; ETGES, 2019).

Brandão (2015) define as escalas espaciais, no campo das Ciências Sociais, como uma categoria de análise, recurso epistemológico e heurístico e campo de observação; como categoria da prática, a escala constituiria no campo e instrumento onde se dá a disputa por projetos e estratégias de desenvolvimento. Ou seja, a escala iria além de mera representação métrica e estática, “são extremamente dinâmicas e são instâncias onde a vida social é organizada e reproduzida” (SILVA; ETGES, 2019 p. 4).

Para Ramírez (2018), o enfoque exacerbadamente localista nas abordagens territoriais, seguido de uma necessidade de vinculação automática desta com a escala global, minimizaria a importância dos contextos e dos atores sociopolíticos nos fenômenos analisados, o que, por sua vez, prejudicaria a compreensão integral da produção do espaço, limitando o entendimento relacional dos processos. “Para identificar a reestruturação das relações sociais, a identificação da localização espaço/escala/atores é fundamental” (SILVA; ETGES, 2019, p. 05), sendo necessário, portanto, ao reconhecer-se que o espaço é multiescalar, observar os atores e processos em escalas específicas, a fim de inferir relações entre eles (Idem, 2019).

Quanto às hierarquias escalares, as instituições do Estado possuem um papel determinante – embora não exclusivo – em as demarcar, modificar, destruir e criar (BRENNER, 2001). Dessa forma, não há uma escala ideal para o desenvolvimento, uma vez que sua conquista está relacionada às ações dos atores no território e isso ocorre em múltiplas escalas, uma vez que as hierarquias escalares constituem não “pirâmides”, um fluxo de direção única, mas sim um mosaico de diversas formas, onde os variados interesses dos atores sociais se cruzam (Idem, 2001). Entende-se, portanto, “as escalas como representações sócio espaciais dos processos de desenvolvimento” (SILVA; ETGES, 2019, p. 06).

Nessa perspectiva, com o objetivo de analisar a dinâmica do desenvolvimento correlacionada à inequidade de gênero, adota-se a abordagem multiescalar não no intuito de esmiuçar as numerosas particularidades das relações sociais e institucionais estabelecidas nos territórios abordados, mas sim como elemento metodológico que visa análise e a verificação da hipótese instituída com os processos que tomam parte nesses territórios.

4.4 Abrangência territorial

O IDM foi calculado para três escalas territoriais: Os estados brasileiros e o distrito federal, os municípios da Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte (RMVPLN) e as áreas de ponderação (definidas pelo IBGE) do município de São José dos Campos (em sua dimensão econômica). A análise em diferentes escalas permitirá a investigação das disparidades regionais constituídas dentro de um mesmo estado (neste caso, o estado de São Paulo), e, ainda, possibilitará a investigação das disparidades locais no tocante ao município abordado.

Como modo de análise para a escala estadual, foi adotada a divisão regional sugerida por Santos e Silveira (2001), em que o país é dividido em quatro regiões, sendo elas: Amazônia – composta pelos estados do Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia e Roraima; Nordeste – composta pelos estados do Alagoas, Bahia, Ceará, Maranhão, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte e Sergipe; Centro-Oeste – composta pelos estados de Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Tocantins e o Distrito Federal; E a região concentrada – composta pelos estados do Espírito Santo, Minas Gerais, Paraná, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e São Paulo. Pois, muito embora as macro políticas de desenvolvimento tenham se dado com base na divisão político-administrativa, pelo exposto no presente estudo com relação ao contexto histórico do desenvolvimento do país, entende-se que essa divisão reflete o efeito dessas mesmas políticas, ou seja, a constituição das desigualdades regionais a nível nacional.

Considerando-se a necessidade de comparabilidade do índice entre as diferentes escalas, optou-se pela padronização de seus indicadores, em que pese a maior disponibilidade de estatísticas públicas para o nível estadual.

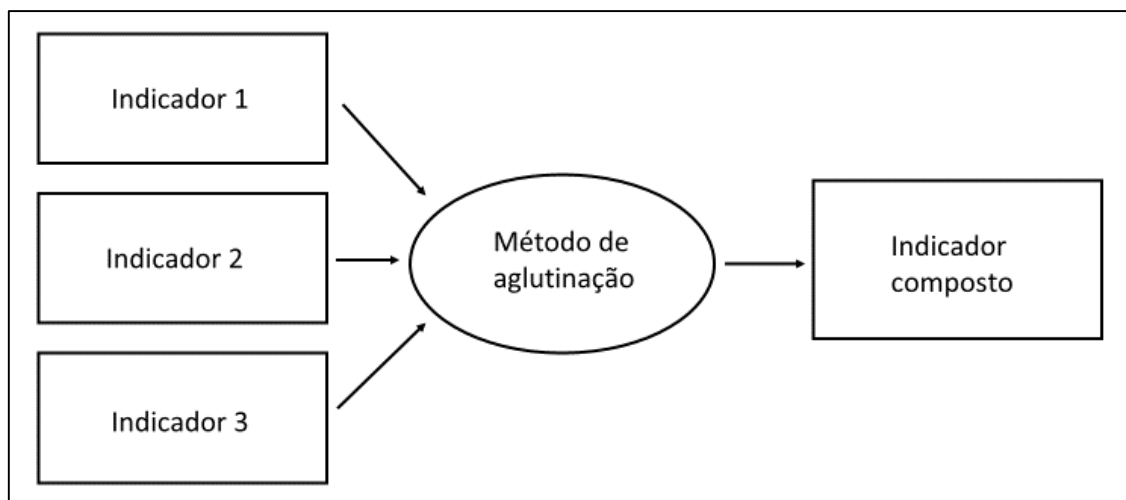
4.5 Índices sintéticos

O IDM é um índice composto – também chamados de índices sintéticos. Tratam-se de índices elaborados mediante a aglutinação de dois ou mais indicadores, tendo em vista a representação empírica de determinada realidade social por meio de um único número (JANUZZI, 2006). O quadro 4 exemplifica de forma simples a elaboração de um índice composto.

Como os indicadores que compõem um índice sintético são em geral medidos em diferentes intervalos de variação, “eles são transformados em medidas adimensionais com magnitude entre 0 e 1, a partir de valores extremos normativos (piso e teto)” (JANUZZI, 2006, p. 121).

O surgimento do IDH na década de 90 alavancou os estudos e a produção dos índices sintéticos, ou seja, indicadores predominantemente compostos que convertem diversas dimensões de dados em um número (GUIMARÃES; JANNUZZI, 2005). Constituindo inegavelmente o mais proeminente desse tipo de indicador, ele possui três critérios de avaliação (ou dimensões): Renda (composto pelo PIB per capita); Educação (composto pela taxa de alfabetização de adultos e pela taxa de escolarização) e longevidade (composto pela esperança de vida ao nascer). E é utilizado pelas Nações Unidas desde o ano de 1993 para medir o desenvolvimento humano em 177 países (ANAND; SEN, 1994).

Quadro 4 – Processo de composição de um índice composto (ou sintético).



Fonte: Januzzi (2006).

Em se tratando de índices sintéticos voltados às condições de vida das mulheres (tabela 1), existe o Índice de Desenvolvimento ajustado ao Gênero (IDG), desenvolvido pelas Nações Unidas a fim de medir, especificamente, a desigualdade de gênero e constituído dos mesmos índices e dimensões que o IDH, porém distribuído equitativamente, ou seja, inicialmente os índices femininos e masculinos são calculados separadamente e, em seguida, são combinados de forma a “penalizar” as diferenças de progresso identificadas entre homens e mulheres, uma vez que

resultados inferiores na população feminina fazem com o índice final também seja reduzido (Idem, 1996).

Há ainda o Índice de Desigualdade de Gênero (IDG), desenvolvido pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), no qual três são as dimensões em análise: saúde reprodutiva (na qual são contabilizadas a mortalidade materna e o número de adolescentes que tiveram filhos); Empoderamento (na qual são contabilizados o percentual de homens e mulheres no parlamento e de homens e mulheres de 25 anos ou mais com ao menos o segundo grau completo) e atividade econômica (na qual é mensurada a participação de ambos os sexos no mercado de trabalho) (PNUD, 2018).

Tabela 1 – Índices sintéticos.

Índice	Variáveis
Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)	Esperança de vida ao nascer Taxa de alfabetização escolarização PIB per capita
Índice de Desenvolvimento Ajustado ao Gênero	Esperança de vida ao nascer Taxa de alfabetização Taxa de escolarização PIB per capita
Índice de Desigualdade de Gênero	Mortalidade materna Taxa de natalidade adolescente Percentual de homens e mulheres no parlamento Percentual de homens e mulheres com ao menos o segundo grau completo Taxa de participação no mercado de trabalho

Fonte: PNUD (2018).

O índice proposto pelo presente estudo, então, pretende contribuir para os estudos de desigualdade de gênero na medida em que idealiza sua composição com indicadores que não foram considerados pelos índices já construídos, além de considerar outras dimensões relacionadas às condições de vida das mulheres. Ademais, constitui um passo adiante com relação ao CMIG, uma vez que objetiva traduzir suas diversas informações de forma clara e precisa na constituição de um número que permitirá análises relativas ao desenvolvimento da população feminina.

4.6 O cálculo do IDM

A seguir serão apresentados os indicadores que compõem cada dimensão do IDM para as escalas estadual, municipal (para a RMVPLN) e local, bem como o processo de cálculo do índice. É importante ressaltar que, apesar da maior disponibilidade de estatísticas públicas para o recorte geográfico dos estados brasileiros, considerando-se a proposta de análise do desenvolvimento por um abordagem multiescalar, optou-se por compor os índices com os mesmos indicadores, diferindo-se a principal fonte de informações para as escalas estadual e municipal (a PNAD Contínua e o Censo Demográfico, respectivamente), bem como o ano de coleta das informações (respectivamente 2018 e 2010), o que, por certo, deve ser considerado quando da apreciação dos resultados gerados por esses cálculos. .

As tabelas 2 a 4, demonstram a composição de todas as dimensões do IDM, contendo a denominação do indicador, sua descrição – isto é, qual estatística foi utilizada para sua composição – a fonte do indicador e o ano de referência.

Tabela 2 – Dimensão de estruturas econômicas, participação em atividade produtivas e acesso a recursos.

(Continua)

1. Estruturas econômicas, participação em atividades produtivas e acesso a recursos					
Indicador	Escala	Nome	Descrição	Fonte	Ano
1.1	Estadual	Taxa de ocupação	Distribuição percentual da população de 14 anos ou mais de idade, ocupada na semana de referência, por sexo	PNAD Contínua	2018
	Municipal		Distribuição percentual da população de 10 anos ou mais de idade, ocupada na semana de referência, por sexo	Censo Demográfico	2010
1.2	Estadual	Trabalho informal	Percentual de pessoas de 14 anos ou mais de idade ocupadas na semana de referência em trabalhos informais (trabalhadores sem carteira, conta própria sem CNPJ e trabalhador familiar auxiliar), em relação ao total de pessoas ocupadas em atividades não agrícolas, por sexo	PNAD Contínua	2018
	Municipal			Censo Demográfico	2010

Tabela 2 – Dimensão de estruturas econômicas, participação em atividade produtivas e acesso a recursos.

(Conclusão)

1. Estruturas econômicas, participação em atividades produtivas e acesso a recursos					
Indicador	Escala	Nome	Descrição	Fonte	Ano
			Percentual de pessoas de 10 anos ou mais de idade ocupadas na semana de referência em trabalhos informais (empregados sem carteira assinada e conta própria), por sexo		
1.3	Estadual Municipal	Rendimento	Rendimento médio mensal de pessoas de 14 anos ou mais ocupadas no mês de referência, por sexo	PNAD Contínua	2018
			Rendimento médio mensal da população de 10 anos ou mais ocupadas, por sexo.	Censo Demográfico	2010

Fonte: Elaborado pela autora.

Tabela 3 – Dimensão de educação.

2. Educação					
Indicador	Escala	Nome	Descrição	Fonte	Ano
2.1	Estadual Municipal	Alfabetização	Taxa de alfabetização de pessoas de 14 anos ou mais de idade, por sexo	PNAD Contínua	2018
			Taxa de alfabetização de pessoas de 15 anos ou mais, por sexo	Censo Demográfico	2010
2.2	Estadual Municipal	Frequência escolar	Proporção de pessoas de seis anos de idade que frequentam a escola, por sexo	PNAD Contínua	2018
				Censo Demográfico	2010
2.3	Estadual Municipal	Nível de instrução	Número médio de anos de estudo de pessoas de 15 anos ou mais, por sexo	PNAD Contínua	2018
			Percentual de pessoas de 15 a 24 anos com fundamental completo, ensino médio incompleto e completo, ou superior completo	Censo Demográfico	2010

Fonte: Elaborado pela autora.

Tabela 4 – Dimensão de vida pública e tomada de decisão.

3. Vida pública e tomada de decisão					
Indicador	Escala	Nome	Descrição	Fonte	Ano
3.1	Estadual	Cadeiras na Câmara dos deputados	Proporção de cadeiras ocupadas por mulheres em exercício na Câmara dos Deputados	TSE – Tribunal Superior Eleitoral	2018
	Municipal	Cadeiras nas Câmaras legislativas municipais	Proporção de cadeiras ocupadas por mulheres em exercício nas câmaras legislativas dos municípios		2012
3.2	Estadual	Cadeiras nas Assembleias Legislativas	Proporção de cadeiras ocupadas por mulheres nas câmaras legislativas dos estados	TSE – Tribunal Superior Eleitoral	2018
3.3	Estadual	Cargos Gerenciais	Participação das mulheres nos cargos gerenciais e de diretoria	PNAD Contínua	2018
	Municipal			Censo Demográfico	2010

Fonte: Elaborado pela autora.

Tabela 5 – Dimensão de direitos humanos das mulheres e meninas.

4. Direitos humanos das mulheres e meninas					
Indicador	Nome	Descrição	Fonte	Ano	
4.1	Taxa de fecundidade adolescente	Taxa específica de fecundidade de mulheres de 15 a 19 anos	Projeção da população		2018
			Censo Demográfico		2010
4.2	Feminicídios por estado	Taxa de feminicídios por 100 mil habitantes	Anuário Brasileiro de Segurança Pública		2017
	Feminicídios por municípios		Mapa da violência		2015

Fonte: Elaborado pela autora.

Todos os indicadores que compõem todas as dimensões do IDM foram transformados em um índice de amplitude de 0 a 1 utilizando a seguinte fórmula:

$$i_x = \frac{(v_x - v_{min})}{(v_{max} - v_{min})} \quad (1)$$

Onde,

i_x é o índice de dimensão em questão;

v_x é o valor efetivo do indicador em questão para a Unidade da Federação e Distrito Federal;

v_{min} é o menor valor de amplitude (piso) considerado para o cálculo do índice em questão;

v_{max} é o maior valor de amplitude (teto) considerado para o índice em questão.

Para os indicadores 1.1 (taxa de ocupação), 2.1 (taxa de alfabetização), 2.2 (frequência escolar), foram considerados o percentual de 100 por cento, por entender-se ser o valor “desejado”, ou seja, uma espécie de parâmetro que se desejaria idealmente alcançar, para melhores condições de vida.

Para o indicador 3.1 (Cadeiras na Câmara dos deputados e Cadeiras nas Câmaras legislativas municipais), o valor de amplitude máxima (teto) considerado foi de 50 por cento, novamente, por se tratar de valor que idealmente se desejaria alcançar para condições mais igualitárias entre homens e mulheres (o mesmo ocorrendo com o indicador 3.2).

Para o indicador 4.2 (taxa de feminicídios), o valor de amplitude mínima (piso) considerado foi zero, ainda, por tratar-se de valor idealmente desejado no caso de homicídios de mulheres.

Para os demais indicadores calculados, foram considerados os valores de amplitude máxima e mínima como aqueles de fato levantados entre as Unidades da Federação e municípios. Isto é, os limites (teto e piso) foram impostos pelos próprios dados coletados.

Considerando que, para o cálculo do IDM (tanto das dimensões, como do índice final) ocorre uma espécie de planificação, em que todas as variáveis utilizadas no índice possuem o mesmo peso (uma vez que tanto o cálculo das dimensões como o cálculo final se valem da fórmula de média simples). Foi realizada uma tentativa com o intuito de ponderar, ou seja, atribuir pesos a algumas variáveis para o IDM. O critério utilizado foi de atribuição de maior peso a variáveis ligadas ao acesso a recursos básicos, trazendo em si o próprio conceito de capacidades básicas já abordado no presente estudo.

Dessa forma, as seguintes variáveis receberam peso 2 no cálculo do índice:

- 1.1 Taxa de ocupação;
- 1.3 Rendimento;
- 2.3 Nível de instrução;
- 4.1 Taxa de feminicídios.

Após o cálculo dos índices individuais que compõem as dimensões do IDM. Foi calculado o índice para todas as quatro dimensões, consistindo na aglutinação dos índices que as compõem, por meio do cálculo de média simples, exposto na seguinte fórmula:

$$i_x = \frac{(id_1 + id_2 + \dots + id_n)}{n} \quad (2)$$

Onde,

i_x é o índice de dimensão (econômica; educação; saúde; vida pública ou direitos humanos);

id_1, id_2, id_3, id_n é o valor de cada índice que compõem as dimensões;

n é o número total de índices que compõem a dimensão em questão.

Por fim, para cálculo do IDM final, isto é, que por sua vez aglutina os índices das quatro dimensões, foi calculado a média simples entre os índices das dimensões já citadas.

$$IDM = \frac{(D_1 + D_2 + D_3 + D_4)}{4} \quad (3)$$

Onde,

IDM é o índice de desenvolvimento da mulher final, para cada Unidade da Federação e município;

D_1, D_2, D_3, D_4, D_5 são os índices calculados para as dimensões econômica, educação, vida pública e direitos humanos.

4.7 Índice ajustado para a população de homens e mulheres: Índice de Equidade de Gênero - IEG

Com o intuito de mensurar a desigualdade de gênero nas escalas de análise, foi calculado o índice de equidade de gênero (IEG). O IEG também toma por base o sistema de indicadores do CMIG, porém, foi adaptado de modo a incluir a população masculina em seu cálculo. Dessa forma, os indicadores que compõem a dimensão de

direitos humanos do IDM, por envolverem características exclusivas da população de sexo feminino foram excluídos de seu cálculo.

Assim, o IEG é composto pelas três primeiras dimensões do IDM (estruturas econômicas, participação em atividades produtivas e acesso a recursos; educação e vida pública e tomada de decisão).

O cálculo do IEG se deu pela mesma fórmula utilizada no IDM, apenas, os limites máximos e mínimos (para variáveis sem limites máximo e mínimos já pré-estabelecidos) incorporaram também a população masculina.

4.7.1 Incorporando a questão da interseccionalidade ao IEG

Seguindo os preceitos conceituais da interseccionalidade e consubstancialidade já expostos, no intuito da análise das interseções das categorias de gênero e raça e classe por meio de uma abordagem estatística, o IEG para o recorte geográfico do Estado de São Paulo foi ainda desfragmentado para as categorias de raça e gênero. De acordo com a disponibilidade de estatísticas públicas para esse recorte demográfico específico, o IEG para essa análise em particular é composto por duas dimensões: Estruturas econômicas e educação. O objetivo é investigar as possíveis implicações do desenvolvimento humano para populações com características demográficas específicas, fundamentado nas abordagens da interseccionalidade e consubstancialidade, e expressar espacialmente as questões das multiplicidades de relações de poder e opressão envolvidas nas relações sociais no território abordado.

Para a dimensão de estruturas econômicas foram selecionados os seguintes indicadores:

- Taxa de ocupação;
- Rendimento nominal médio mensal;

Já para a dimensão de educação foram selecionados os indicadores a seguir:

- Taxa de alfabetização;
- Frequência escolar;
- Nível de instrução.

A divisão regional de análise será a das mesorregiões (como forma, ainda, de situar a própria RMVPLN na análise), estipuladas pelo IBGE (1990, p. 08), que as define como áreas das Unidades da Federação que apresentam “formas de

organização do espaço geográfico definidas pelas seguintes dimensões: o processo social como determinante, quadro natural como condicionante e a rede de comunicação e de lugares como elemento de articulação espacial”. Dessa forma, o espaço mesorregional possuiria uma identidade regional, identidade esta construída ao longo do tempo pela sociedade formada neste território (Idem, 1990).

O cálculo do IEG desfragmentado para cor/raça se deu pela mesma fórmula que o IEG que considerou a população total.

4.8 IDM para a área de ponderação (município de São José dos Campos)

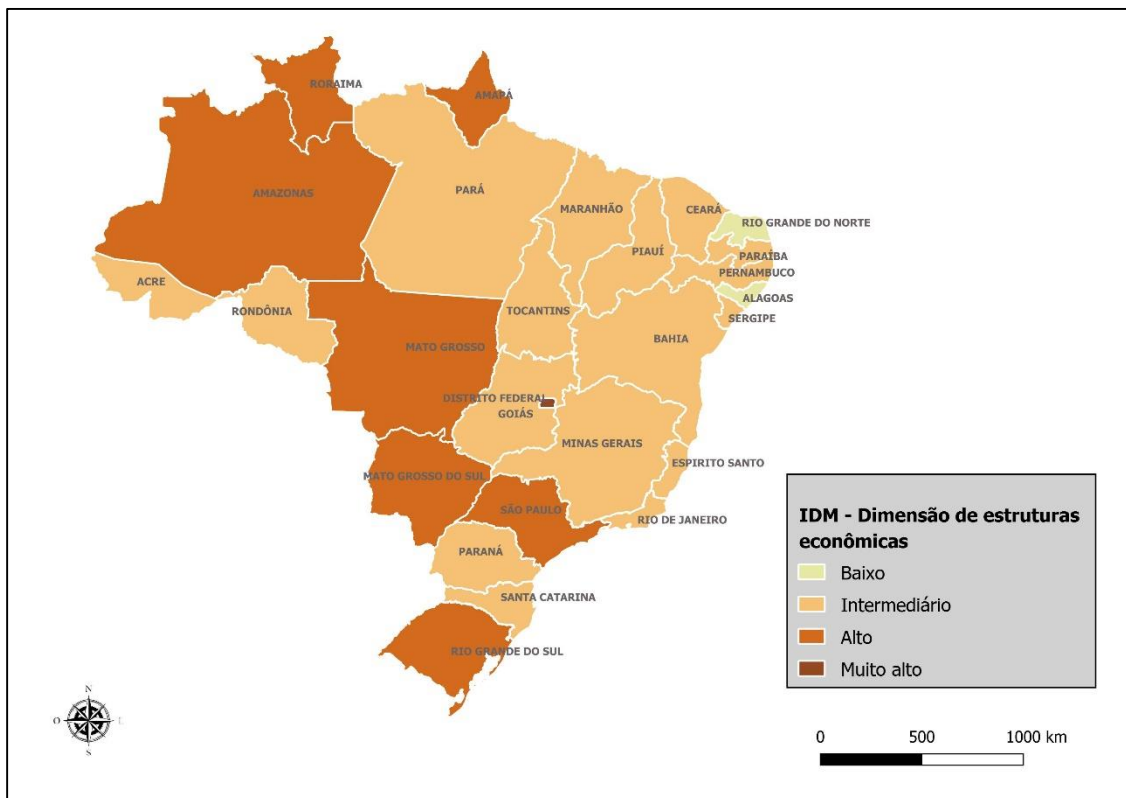
Por fim, foi realizado o cálculo da dimensão de Estruturas econômicas, participação em atividades produtivas e acesso a recursos para as áreas de ponderação do município de São José dos Campos, a fim de analisar se a mesma lógica de desenvolvimento econômico e equidade de gênero, pode ser observada na escala local, ou, se há diferentes processos em escalas específicas que podem influir para essa diferenciação.

5 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

5.1 O IDM para a escala estadual

Para a apreciação dos resultados do IDM – em suas diversas escalas – foram estabelecidos níveis de acordo com a faixa em que cada índice se apresenta. Cumpre esclarecer que os níveis não são os mesmos para todas as dimensões, uma vez que, pela própria natureza distinta de cada subconjunto de indicadores, a amplitude dos índices das quatro dimensões necessariamente apresentou variações.

Figura 4 – IDM Estadual – Dimensão de estruturas econômicas, participação em atividade produtivas e acesso a recursos.

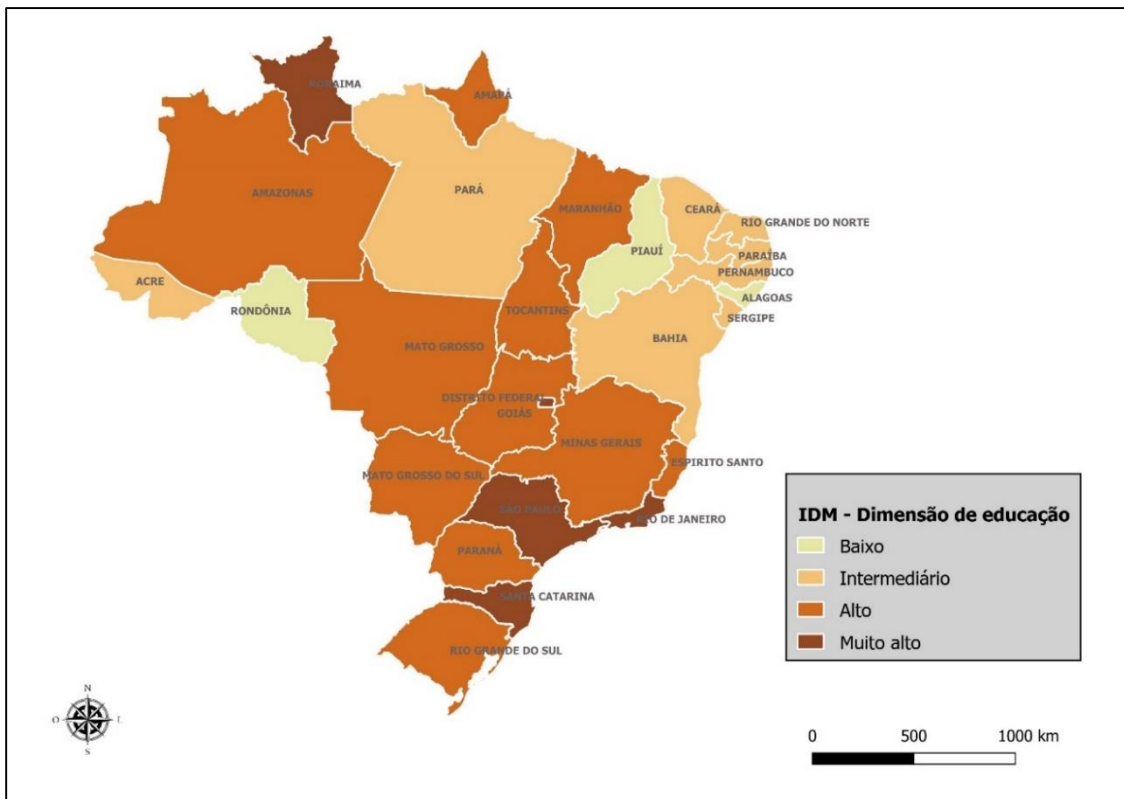


Fonte: Elaborado pela autora.

A configuração da dimensão de estruturas econômicas (Figura 4) chama atenção não apenas pela posição – em certa medida, esperada – dos estados da região Nordeste no nível mais baixo, mas também pela presença de alguns estados da Amazônia no nível mais alto, impulsionada em grande parte pela taxa de ocupação. O Nordeste, por sua vez, teve seu resultado negativo nessa dimensão grandemente

influenciado não apenas pela variável de rendimento, na qual de modo geral ocupou as últimas posições, mas pela variável de trabalho informal, onde, ao contrário, apresentou níveis elevados.

Figura 5– IDM Estadual – Dimensão de educação.



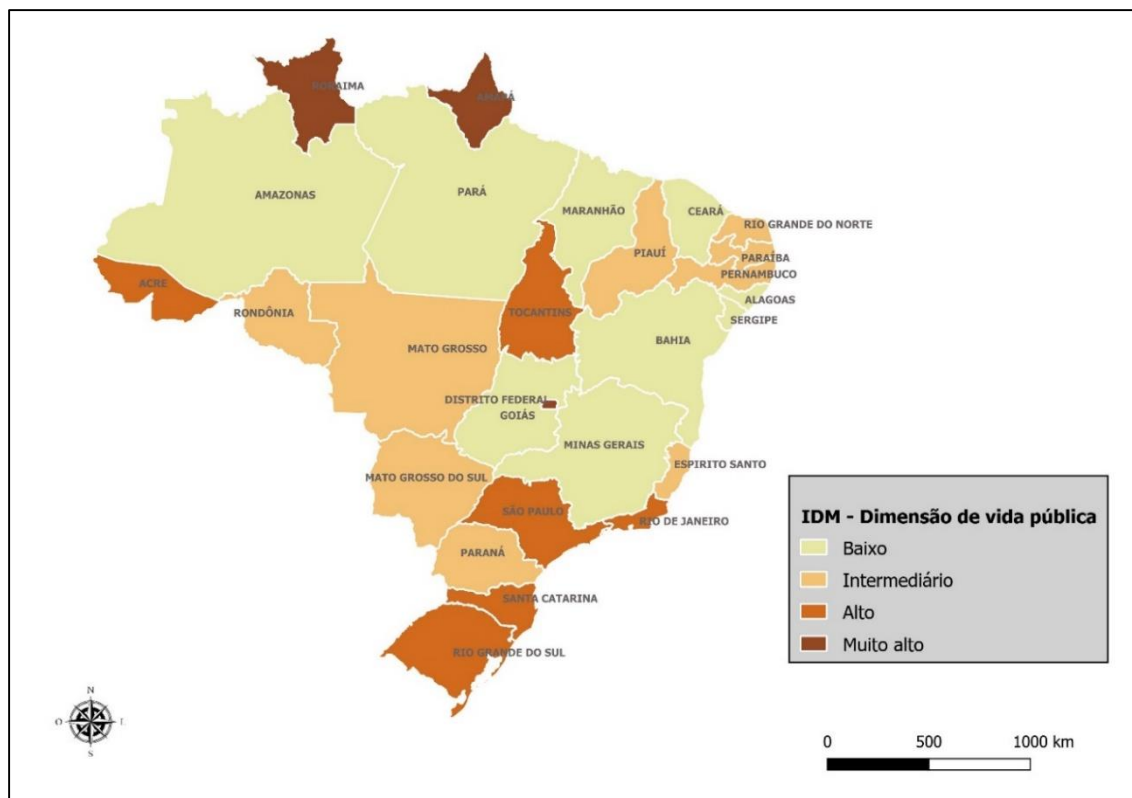
Fonte: Elaborado pela autora.

Para a dimensão de educação, os resultados negativos da região Nordeste persistem, pois, apesar de seus bons resultados no indicador de frequência escolar, com relação aos indicadores de taxa de alfabetização e nível de instrução, permanece com números abaixo das outras regiões. Com relação às demais regiões, não é possível encontrar um padrão claro, exceto, talvez, àquele que coloca a região Concentrada e Centro-Oeste com todos seus estados nos níveis mais elevados para essa dimensão.

A dimensão de vida pública e tomada de decisão (Figura 6), por sua vez, demonstra uma situação interessante em que apenas três Unidades Federativas se encontram no nível mais alto do índice: Distrito Federal, Roraima e Amapá. Para os estados da Amazônia, isso se deveu principalmente pelo resultado positivo – em oposição aos demais estados – nos indicadores de proporção de participação política

da mulher (câmara de deputados e câmaras legislativas). É preciso ressaltar, no entanto, que tal resultado não demonstra uma verdadeira igualdade nessas relações mesmo para esses estados, mas apenas demonstra que, em comparação às demais Unidades Federativas, esses dois estados apresentam uma participação ligeiramente mais próxima do ideal, mas ela tampouco chegou ao piso mínimo de 50 por cento estabelecido para ambos os indicadores.

Figura 6 – IDM Estadual – Dimensão de vida pública e tomada de decisão.



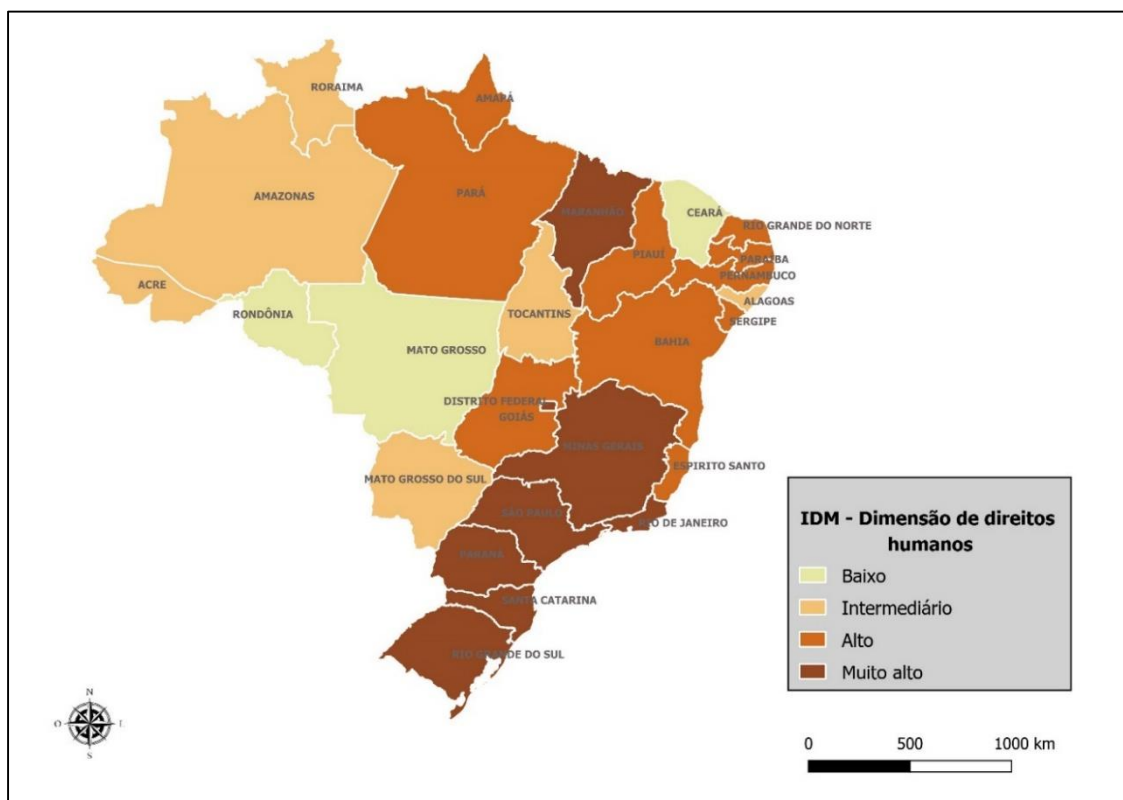
Fonte: Elaborado pela autora.

Para dimensão de direitos humanos (Figura 7) fica evidente o melhor desempenho na região Concentrada (excetuando-se o estado do Maranhão). A taxa de feminicídio não teve tanta influência nesse resultado, uma vez que se mostrou de certa forma similar para a maioria dos estados, porém, a taxa de fertilidade adolescente se mostrou determinante para a configuração observada, em particular para alguns estados da região Nordeste e da Amazônia.

O resultado final do IDM (Figura 8) para os estados brasileiros apresenta um recorte bem específico e de imediata visualização quando de sua espacialização: Para as regiões Nordeste e Concentrada. Enquanto podemos observar que todos os

estados da região nordestina – exceto o Maranhão – se encontram nos níveis baixos e intermediários do IDM; na região Concentrada o oposto ocorre, com todos os estados nos níveis alto e muito alto. Para as demais regiões não há um recorte tão claro, porém, é interessante que esse destaque se dê justamente na oposição entre os dois extremos quando consideramos o desenvolvimento econômico histórico dessas regiões.

Figura 7 – IDM Estadual – Dimensão de direitos humanos das mulheres e meninas.



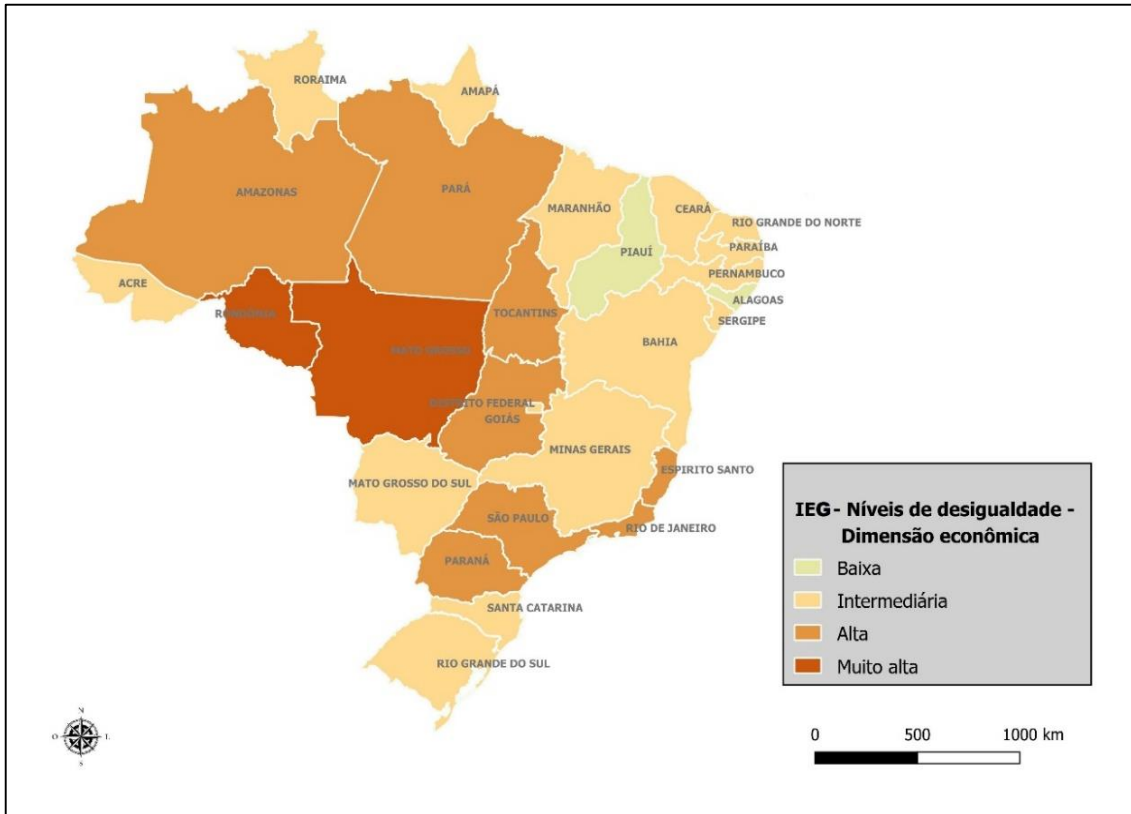
Fonte: Elaborado pela autora.

enquanto observa-se maiores índices de pessoas ocupadas em trabalhos informais na região, percebe-se, também, que, diferente do que ocorre na região Concentrada, a taxa de ocupação nessas atividades entre homens e mulheres apresenta uma diferença menos acentuada com relação ao resto do país.

A dimensão de educação (Figura 10) por sua vez, nos demonstra uma situação interessante em que todos os estados, com exceção de São Paulo e Rondônia, não apresentam nível de desigualdade para a população feminina, isto é, de fato em quase todo o território nacional, de acordo com as variáveis utilizadas, as mulheres encontram-se em situação mais favorável nos aspectos relacionados à educação com relação aos homens.

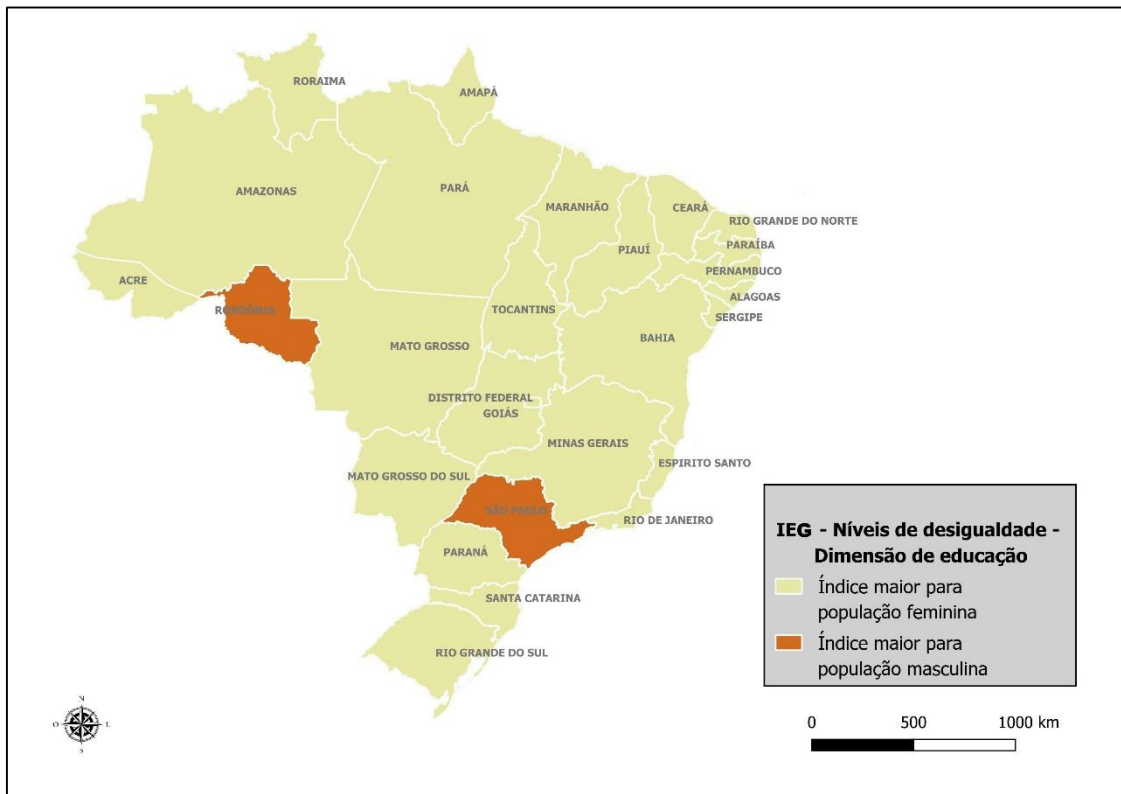
Tal qual pôde ser observado no IDM de dimensão de vida pública, para esse IEG de mesma dimensão (Figura 11), constatamos as Unidades Federativas de Roraima, Amapá, Distrito Federal (e, somando-se a elas, o Acre) onde há maior igualdade de participação da vida pública por parte das mulheres. Vale destacar, ainda, como grande parte do restante dos estados se encontram nos níveis superiores de desigualdade, o que foi alavancado não só pelos indicadores de participação política, mas pela maior participação masculina em cargos gerencias e de chefia, variável essa também constante nessa dimensão.

Figura 9 – IEG Estadual – Dimensão de estruturas econômicas, participação em atividade produtivas e acesso a recursos.



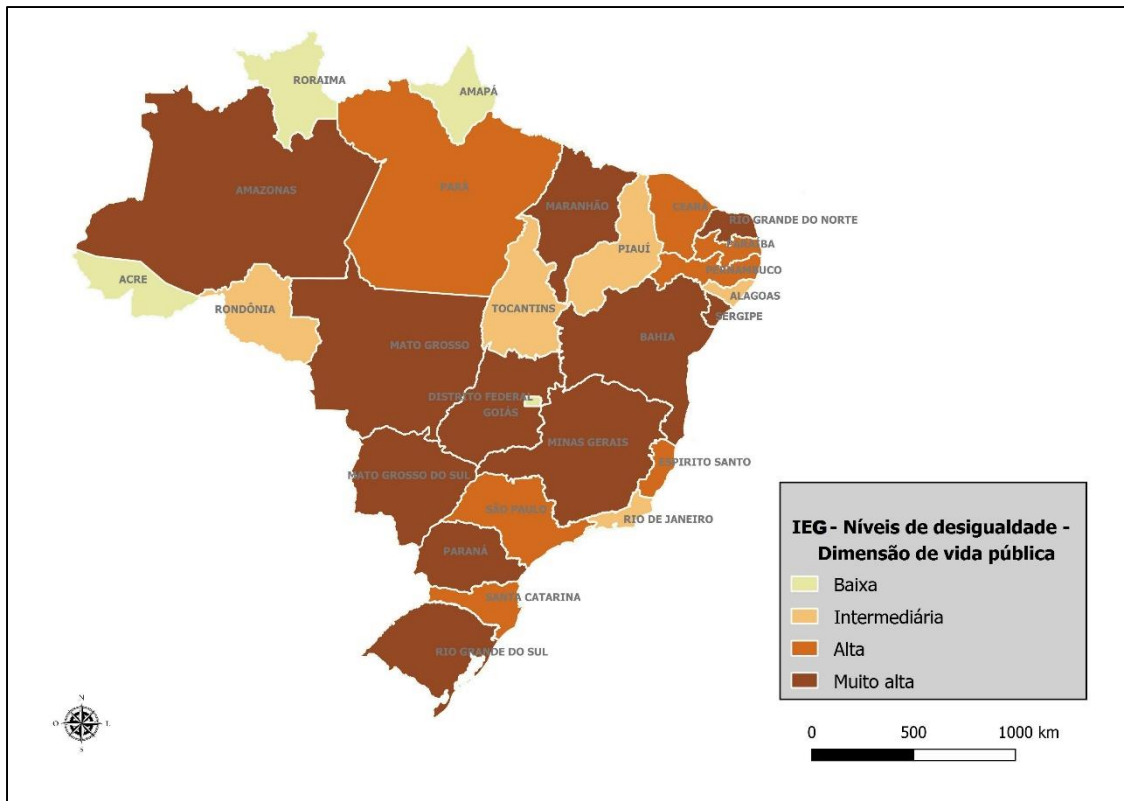
Fonte: Elaborado pela autora.

Figura 10 – IEG Estadual – Dimensão de educação.



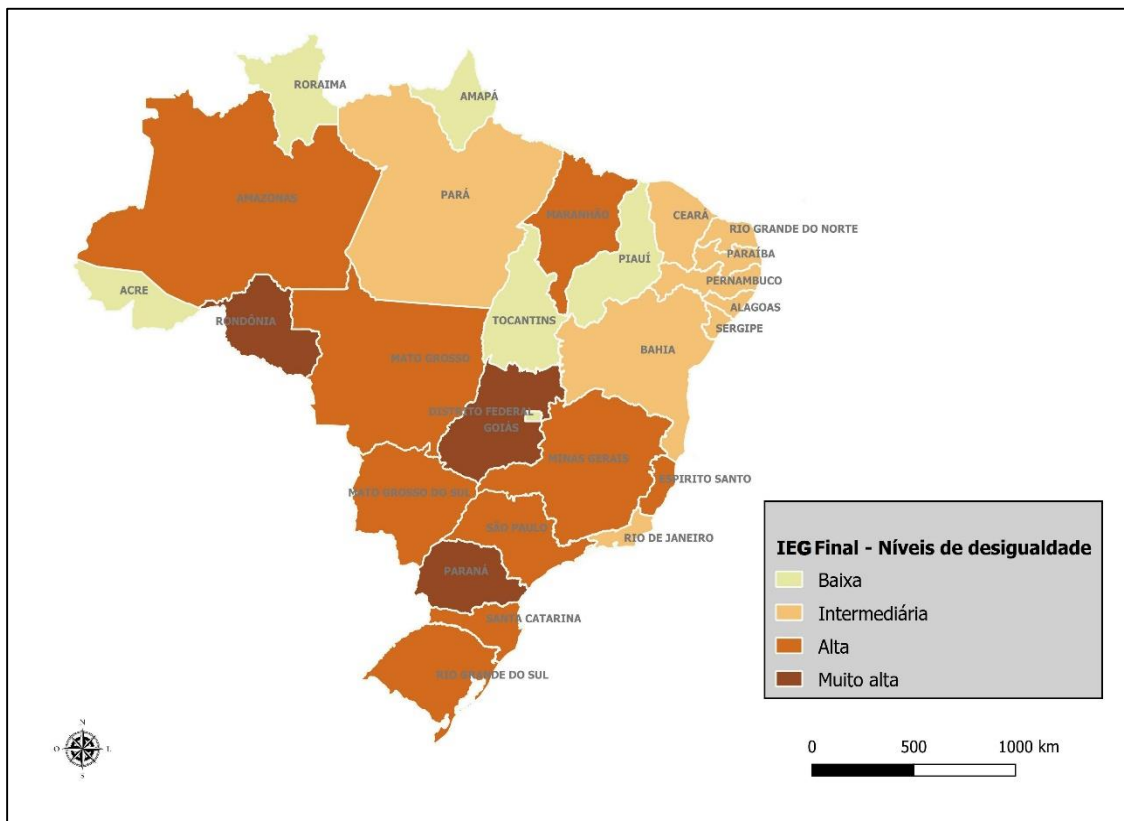
Fonte: Elaborado pela autora.

Figura 11 – IEG Estadual – Dimensão de vida pública e tomada de decisão.



Fonte: Elaborado pela autora.

Figura 12 – IEG Estadual Final.



Fonte: Elaborado pela autora.

O IEG final (Figura 12) demonstra um resultado intrigante em que mais uma vez as regiões do Nordeste e Concentrada têm um destaque claro e, partilhado quase que totalmente pelos estados que a compõem. Acontece, porém, que, enquanto para o IDM a região nordestina apresentava os menores índices – ou seja, os resultados mais negativos – e a região Concentrada apresentava os resultados mais favoráveis, para o IEG a situação se inverte. Excetuando-se – no caso do Nordeste – o estado do Maranhão todos os demais estados do Nordeste encontram-se no nível baixo ou intermediário de desigualdade, enquanto os estados da região Concentrada – excetuando-se o Rio de Janeiro – encontram-se todos no nível alto ou muito alto de desigualdade.

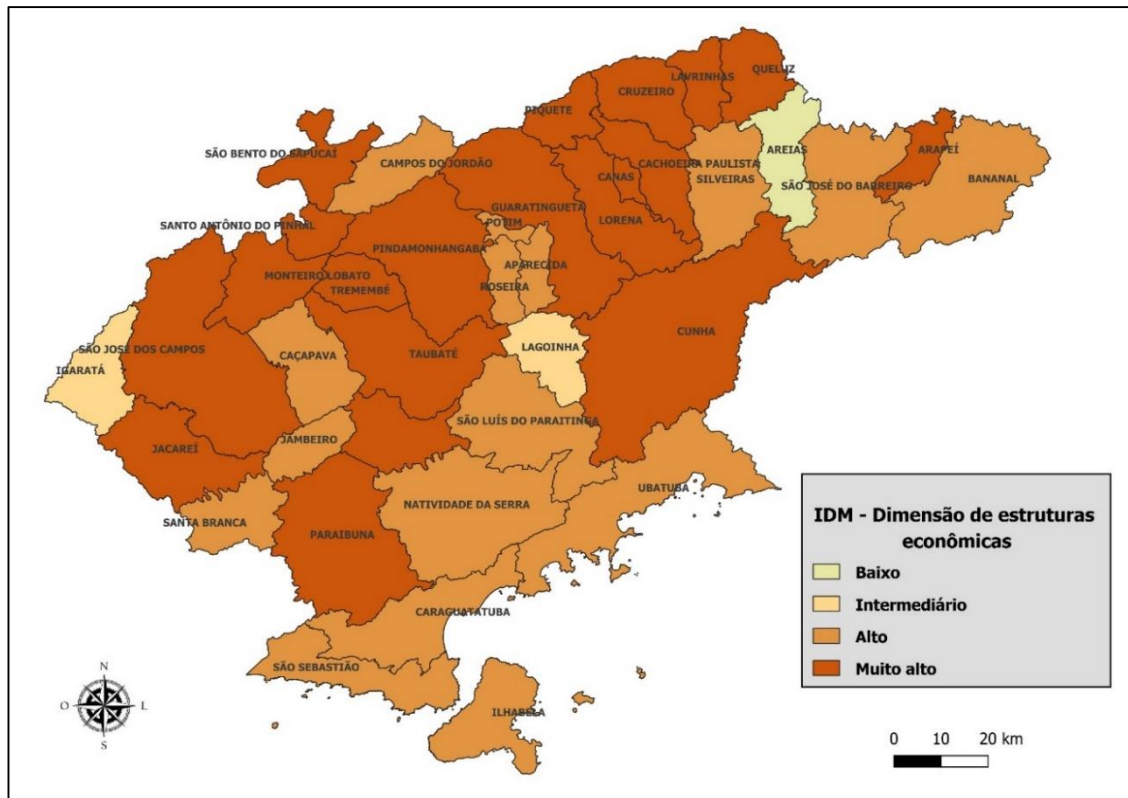
5.3 O IDM para a escala municipal (RMVPLN)

A padronização dos indicadores para o cálculo do IDM possibilitou que fossem utilizados os mesmos níveis classificatórios nas diferentes escalas. Isto é, o valor do índice para classificação – baixo; intermediário; alto; muito alto – foi o mesmo utilizado tanto para a escala estadual quanto para a escala municipal, o que nos permite fazer inferências com relação a sua comparabilidade ao confrontarmos com o desenvolvimento econômico desses territórios.

Para a dimensão de estruturas econômicas nos municípios da RMVPLN (Figura 13) há um recorte bastante claro quando observamos que os municípios cruzados pelo eixo da Rodovia Presidente Dutra são os que – na maior parte – se encontram nos níveis mais elevados para essa dimensão. Esse resultado foi consequência dos bons números desses municípios com relação às variáveis de taxa de ocupação e de rendimento.

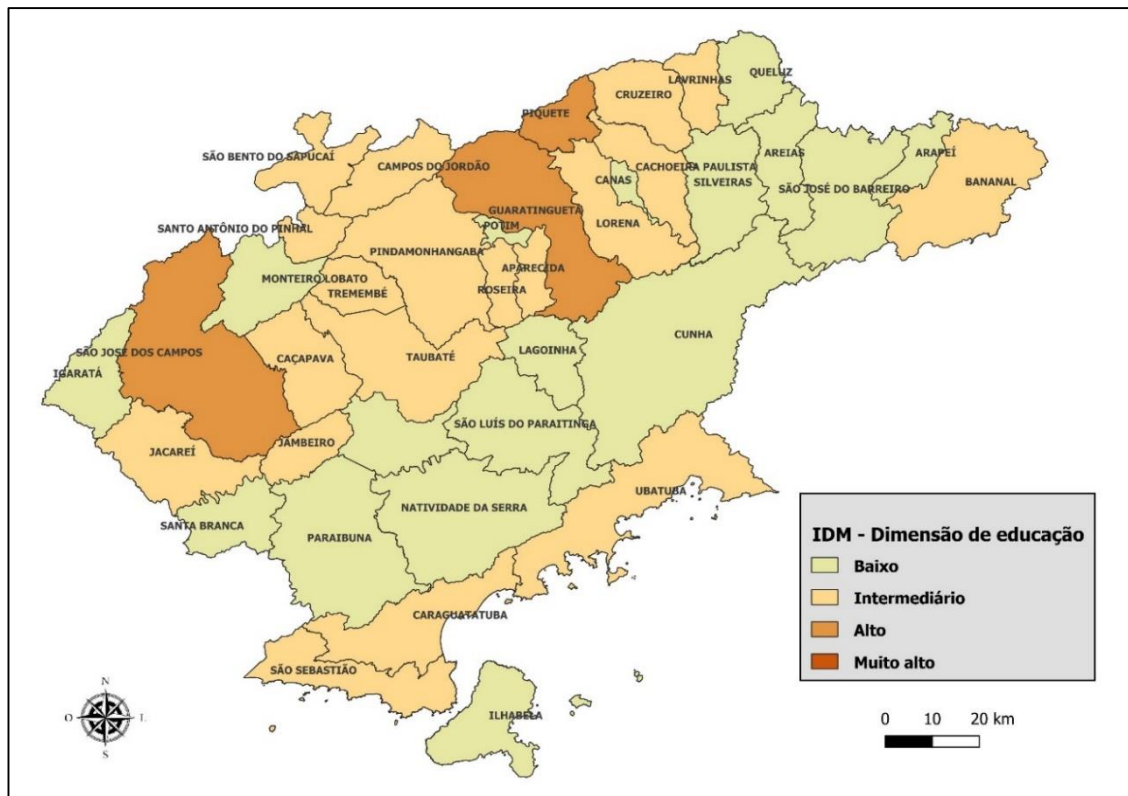
Já na dimensão de educação (Figura 14), chama atenção não apenas novamente os bons resultados dos municípios atravessados pelo eixo da Rodovia Dutra, mas também os resultados negativos dos municípios às margens desse território. De fato, esses municípios apresentaram resultados negativos – em comparação com os demais municípios da região em todos os indicadores dessa dimensão: Taxa de alfabetização; frequência escolar e nível de instrução.

Figura 13 – IDM para municípios da RMVPLN – Dimensão de estruturas econômicas, participação em atividade produtivas e acesso a recursos.



Fonte: Elaborado pela autora.

Figura 14 – IDM para municípios da RMVPLN – Dimensão de educação.



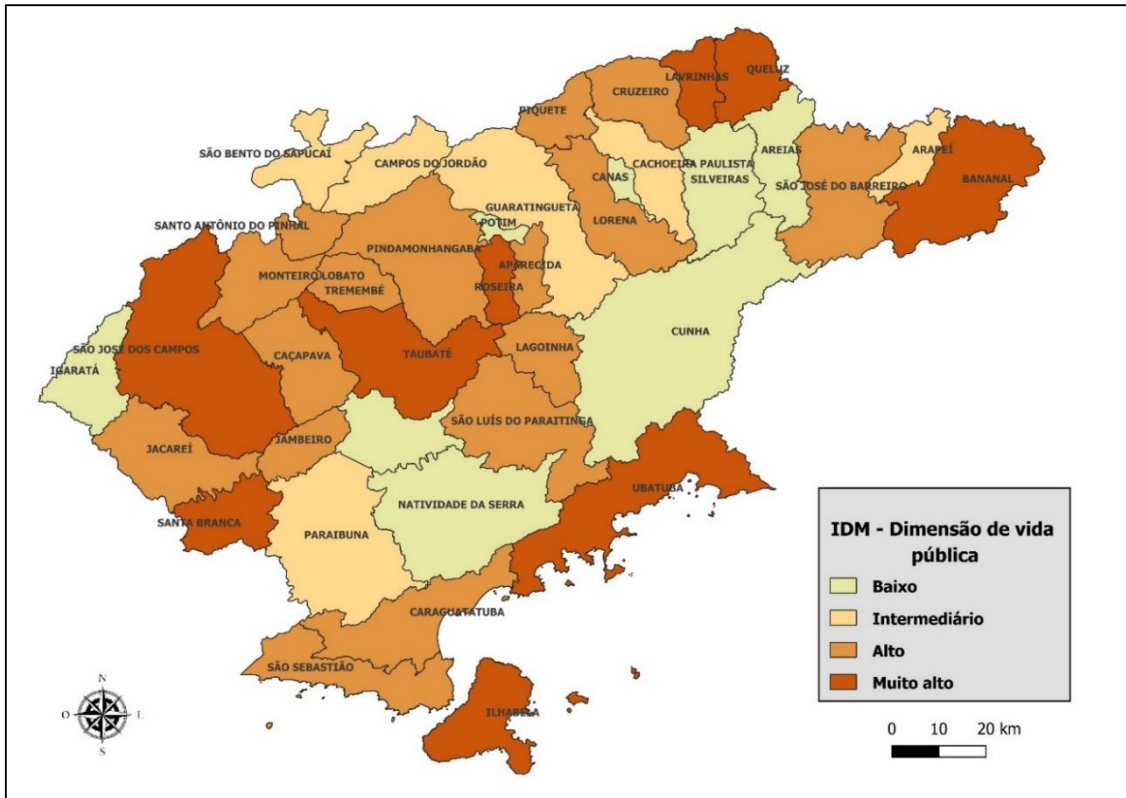
Fonte: Elaborado pela autora.

A dimensão de vida pública e tomada decisão (Figura 15), por sua vez, não apresenta uma configuração tão definida espacialmente, exceto talvez para aquela que representa São José dos Campos e municípios contíguos. De fato, alguns municípios que apresentaram resultados não muito favoráveis nas dimensões anteriores – como Bananal, Queluz e Lavrinhas – encontram-se no nível mais alto para essa dimensão, ao passo que alguns municípios – como Guaratinguetá – que apresentaram resultados positivos anteriormente, nessa dimensão ficou disposto na posição intermediária. Teve impacto nesse resultado a proporção de representação política nas câmaras municipais dessas cidades.

Para a dimensão de direitos humanos (Figura 16) vemos repetidos novamente a melhor colocação dos municípios no eixo da Rodovia Dutra, embora possa-se dizer que, de fato, poucos municípios ficaram nos níveis classificatórios mais baixos nessa dimensão. Podemos afirmar que o indicador que impôs o resultado inferior aos municípios fora do eixo em relação aos municípios dentro dele foi a taxa de fecundidade adolescente, de número mais elevado nesses territórios, enquanto os índices de feminicídio em muitos casos foram menores nessas cidades.

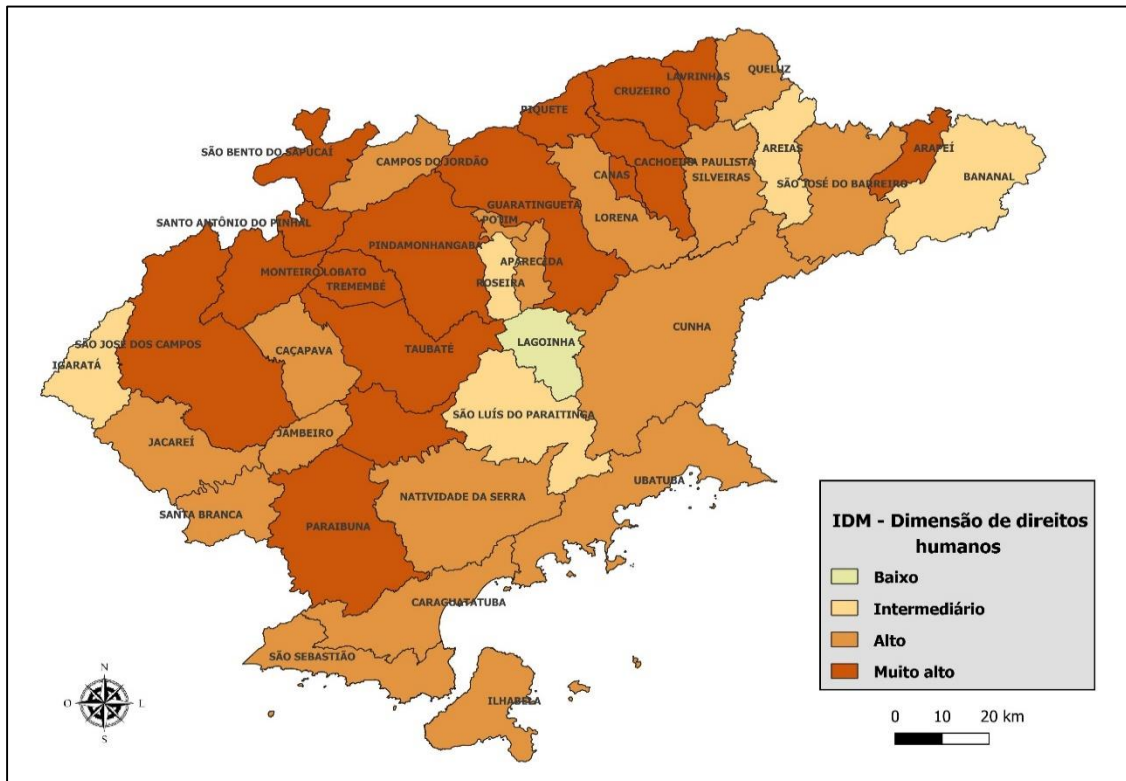
Por fim, o IDM final (Figura 17), sendo nada mais do que a transposição das dimensões anteriores em forma de média, nos mostra a configuração do desenvolvimento da região, com destaque não somente para o eixo da Rodovia Dutra, mas também para o eixo representado pela Rodovia Tamoios. Embora alguns municípios do chamado “Vale histórico” figurem nas posições intermediárias, fica evidente a posição dos municípios mais desenvolvidos economicamente nos níveis superiores do IDM, embora também haja municípios, que, mesmo atravessados pelo eixo de desenvolvimento da Dutra, permanecem nos níveis mais baixos: Roseira, Potim e Canas.

Figura 15 – IDM para municípios da RMVPLN – Dimensão de vida pública e tomada de decisão.



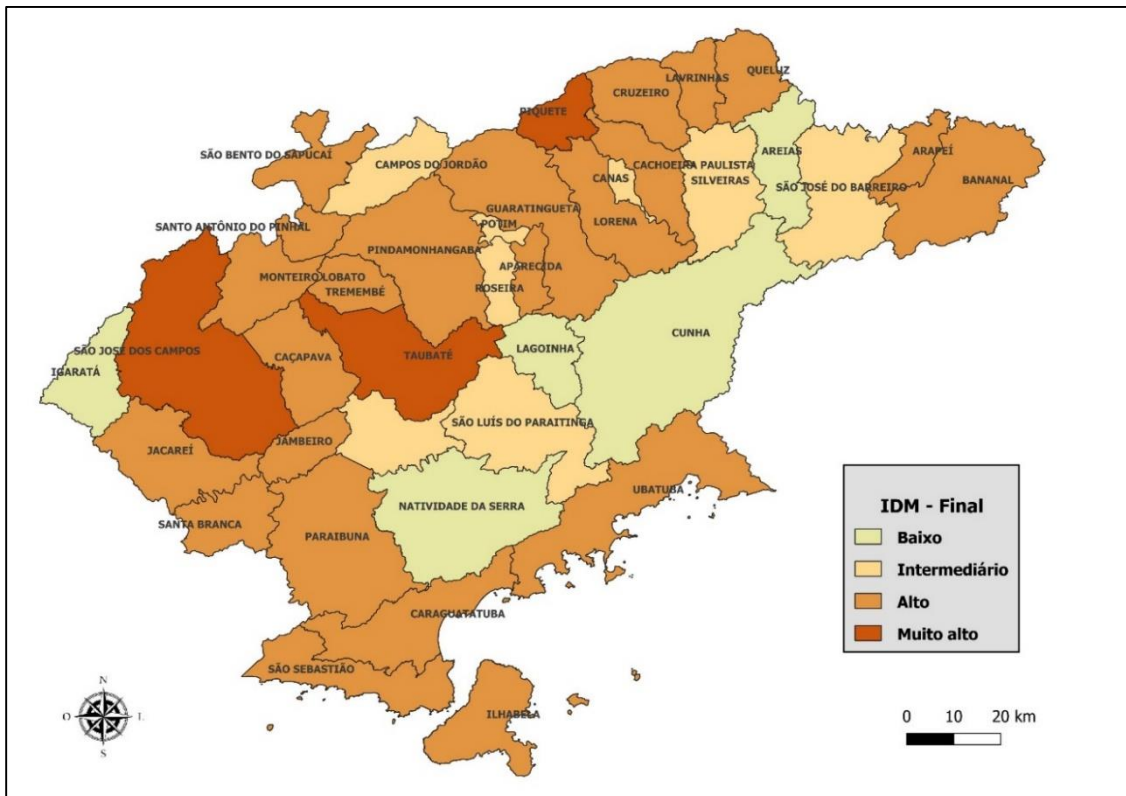
Fonte: Elaborado pela autora.

Figura 16– IDM para municípios da RMVPLN – Dimensão de direitos humanos das mulheres e meninas.



Fonte: Elaborado pela autora.

Figura 17 – IDM para municípios da RMVPLN – Final.



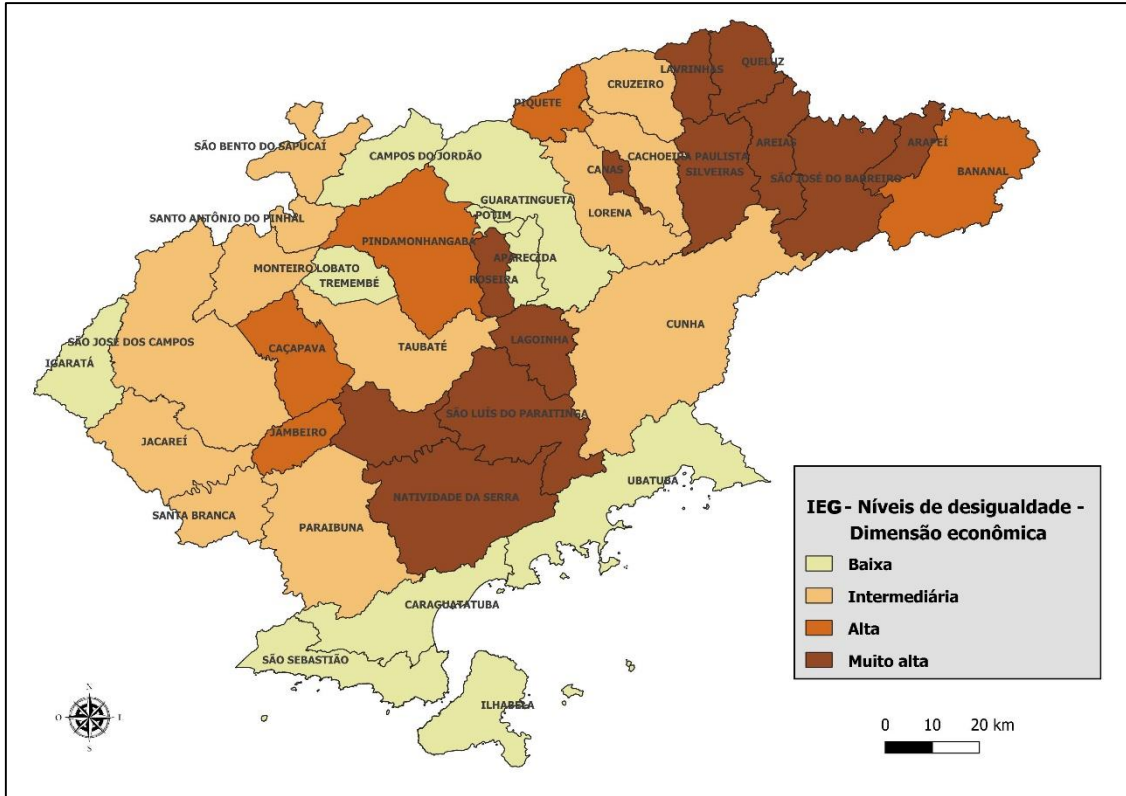
Fonte: Elaborado pela autora.

5.4 IEG para a escala municipal (RMVPLN)

Para a análise do IEG municipal, foram adotados os mesmos valores classificatórios de níveis de desigualdade que aqueles usados no IEG estadual.

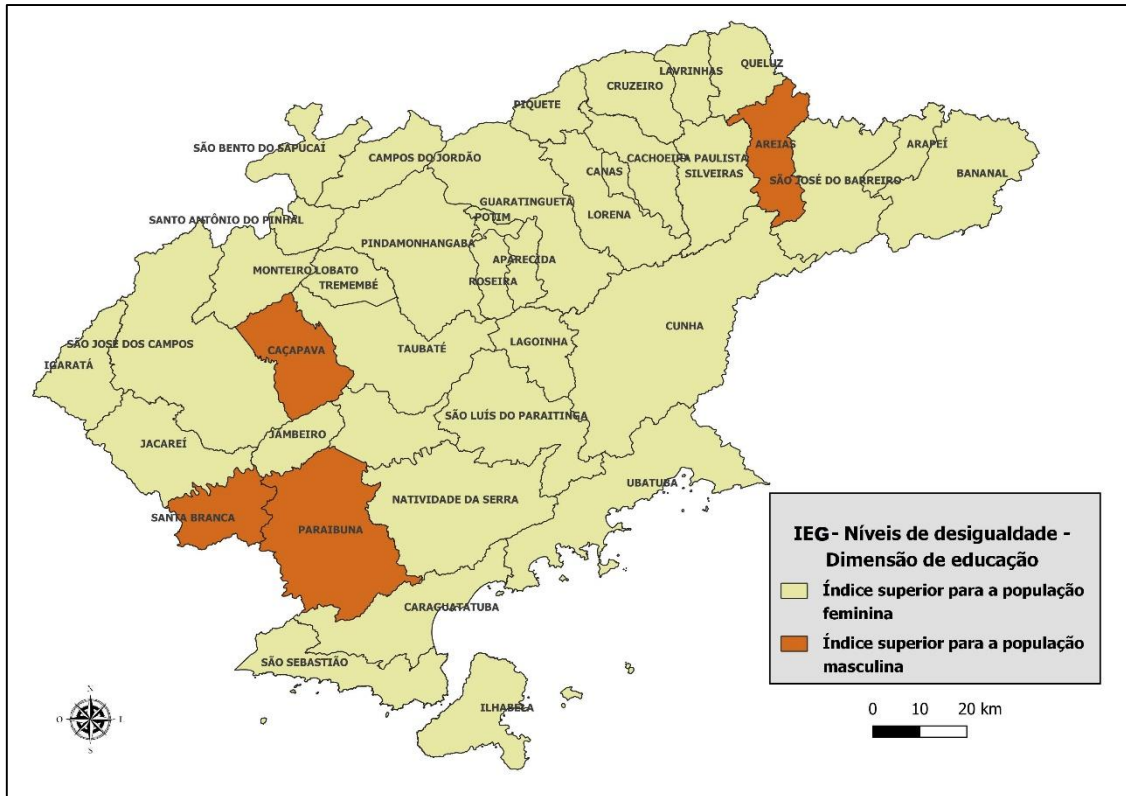
A análise da dimensão econômica do IEG (Figura 18) para a RMVPLN, demonstra dois grupos de municípios contíguos na faixa mais elevada de desigualdade. Esse resultado foi impulsionado em grande parte pela diferença nas taxas de ocupação e valor de rendimento entre homens e mulheres nessas localidades. Cumpre notar também, porém, que um número bastante reduzido de municípios da região se enquadrou na faixa mais baixa de desigualdade, sendo, nesse caso, observado um único padrão de municípios contíguos: da região litorânea.

Figura 18 – IEG para municípios da RMVPLN – Dimensão de estruturas econômicas, participação em atividades produtivas e acesso a recursos.



Fonte: Elaborado pela autora.

Figura 19 – IEG para municípios da RMVPLN – Dimensão de educação.

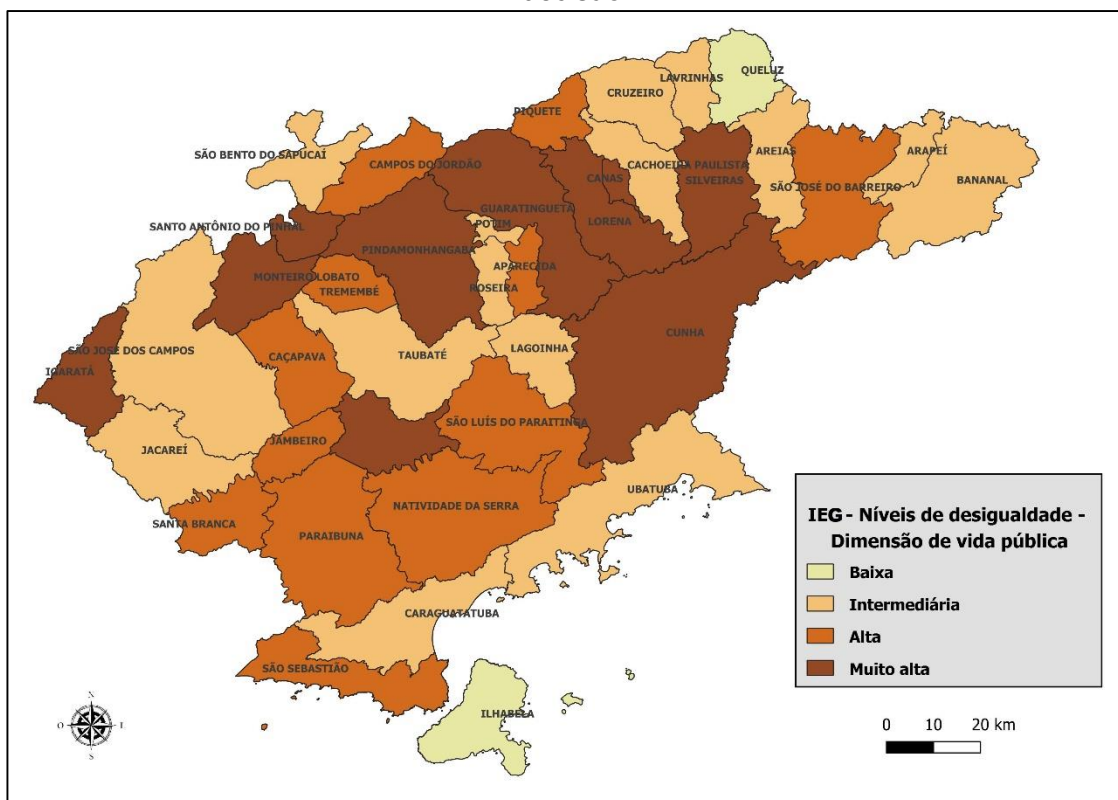


Fonte: Elaborado pela autora.

Para a dimensão de educação (Figura 19), similarmente ao que ocorreu no território nacional, a grande maioria dos municípios apresentaram índice superior para a população feminina em comparação com a população masculina, excetuando-se Paraibuna, Caçapava, Santa Branca e Areias, resultado influenciado especialmente pelas variáveis de taxa de alfabetização e nível de instrução nesses municípios.

A dimensão de vida pública e tomada de decisão (Figura 20), tal qual ocorre quando aplicada na escala estadual, não demonstrou um padrão claro para municípios contíguos na região, chamando atenção, de fato, o modo como grande parte dos municípios se enquadra nos níveis mais altos de desigualdade, com apenas dois deles estabelecendo sua posição no nível de desigualdade mais baixo: Queluz e Ilhabela.

Figura 20 – IEG para municípios da RMVPLN – Dimensão de vida pública e tomada de decisão.



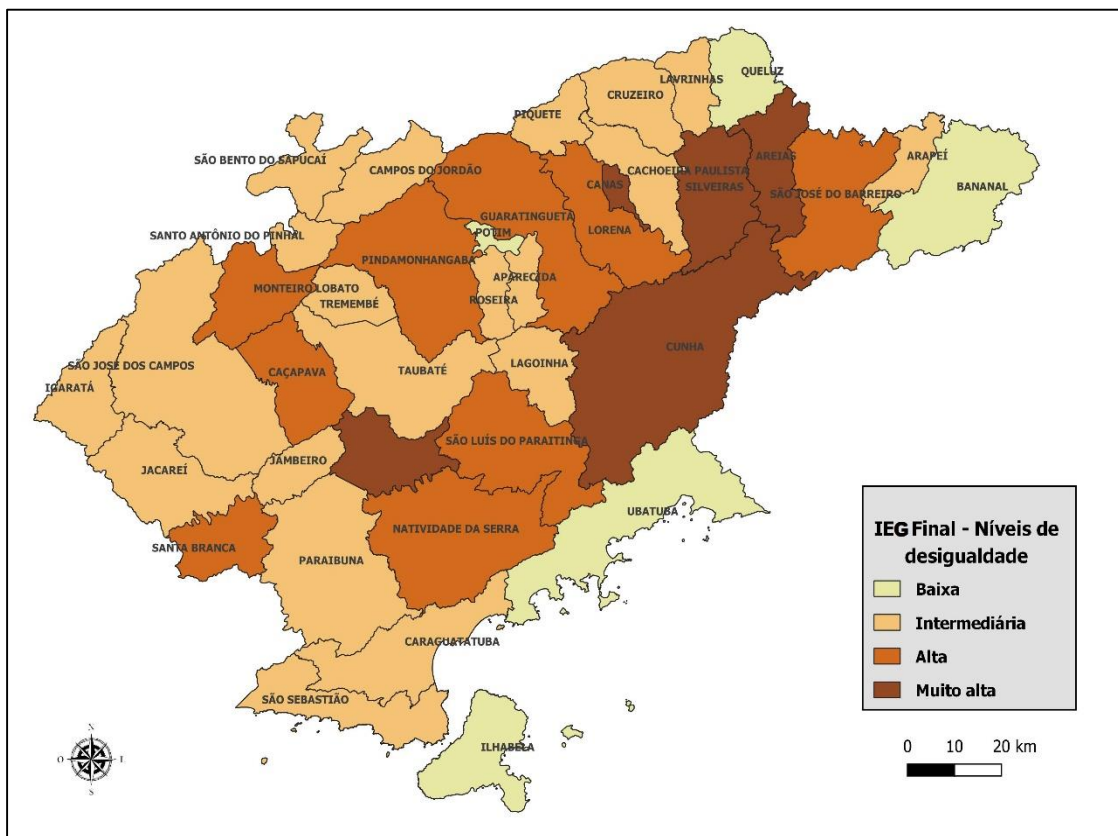
Fonte: Elaborado pela autora.

Por fim, a espacialização do resultado final do IEG (Figura 21) demonstra um resultado interessante em que, embora não possamos ver um padrão claro em termos de desenvolvimento econômico dessas localidades em oposição ao nível de desigualdade de gênero, é possível observar como alguns municípios (tais como

Canas, Silveiras e Cunha) que apresentaram índices mais baixos no IDM, demonstram também índices mais altos de desigualdade no IEG.

Já os municípios atravessados pelo eixo da Rodovia Dutra, que apresentaram resultados claramente superiores no IDM, para o IEG não apresentam um padrão claro, encontram-se nos níveis de desigualdade intermediário ou alto.

Figura 21 – IEG para municípios da RMVPLN – Final.



Fonte: Elaborado pela autora.

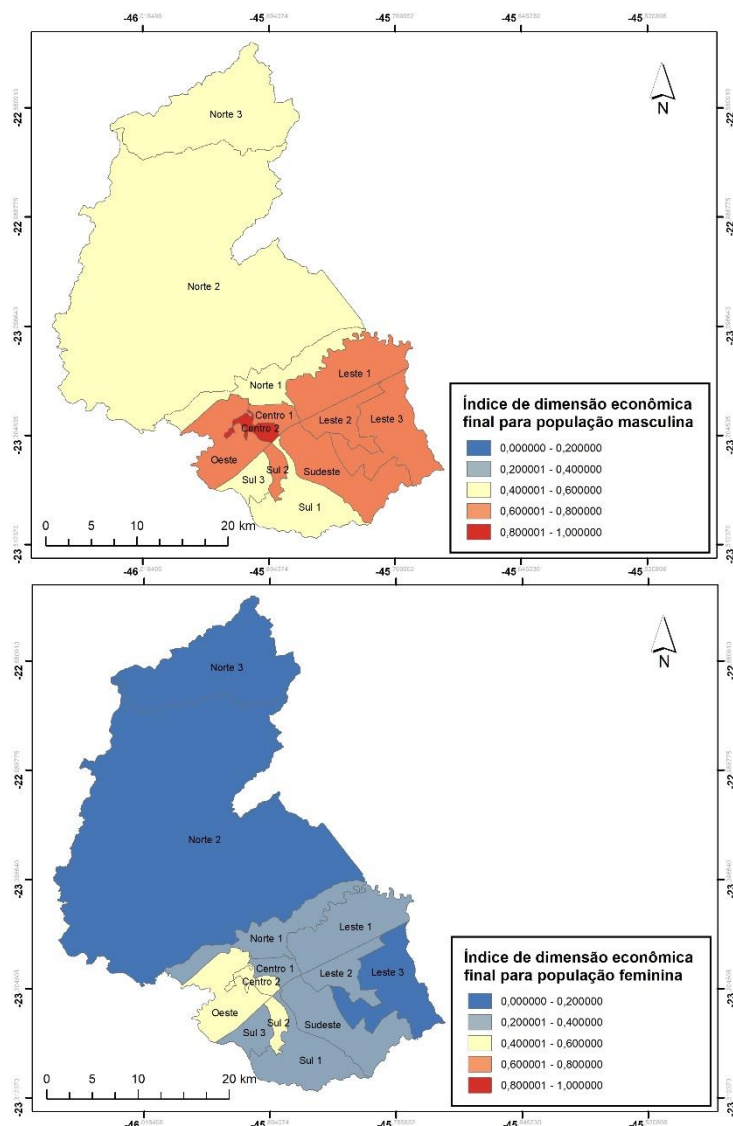
5.5 Uma tentativa de aproximação para a escala local: O IDM para as áreas de ponderação do município de São José dos Campos

A dimensão econômica do IDM foi calculada para as áreas de ponderação do município de São José dos Campos, como forma de análise da interseção de processos locais de desenvolvimento com a inequidade de gênero.

O resultado final para a dimensão econômica comparativo entre a população feminina e masculina (Figura 22) chama atenção por apresentar resultados semelhantes para a quase totalidade do território do município, com a população

feminina estando quase sempre duas faixas anteriores a população masculina de mesma área de ponderação.

Figura 22 – IDM – Dimensão econômica – áreas de ponderação de São José dos Campos.



Fonte: Elaborado por Daniel José de Andrade.

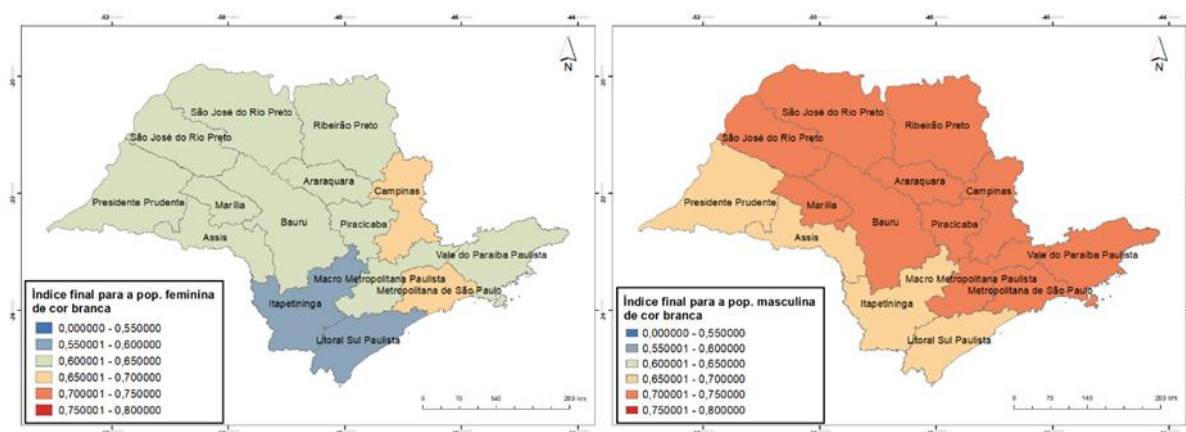
5.6 O índice adaptado para recorte demográfico específico: cor/raça⁴

A espacialização do IEG para as mesorregiões do estado de São Paulo nos permite observar as disparidades não apenas de gênero, mas entre as raças de forma comparativa.

⁴ Subseção presente no artigo intitulado “Interseccionalidade, desenvolvimento e território: Análise do índice de equidade de gênero no estado de São Paulo”, submetido à Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais.

A configuração espacial do IEG ao compararmos mulheres e homens do mesmo espectro de cor ou raça (aquelas definidas pelo IBGE, auto declaradas), evidencia por si mesma a inequidade de gênero, que, porquanto possa ser superior em determinadas regiões, se mostra presente em todo território estadual (figura 23).

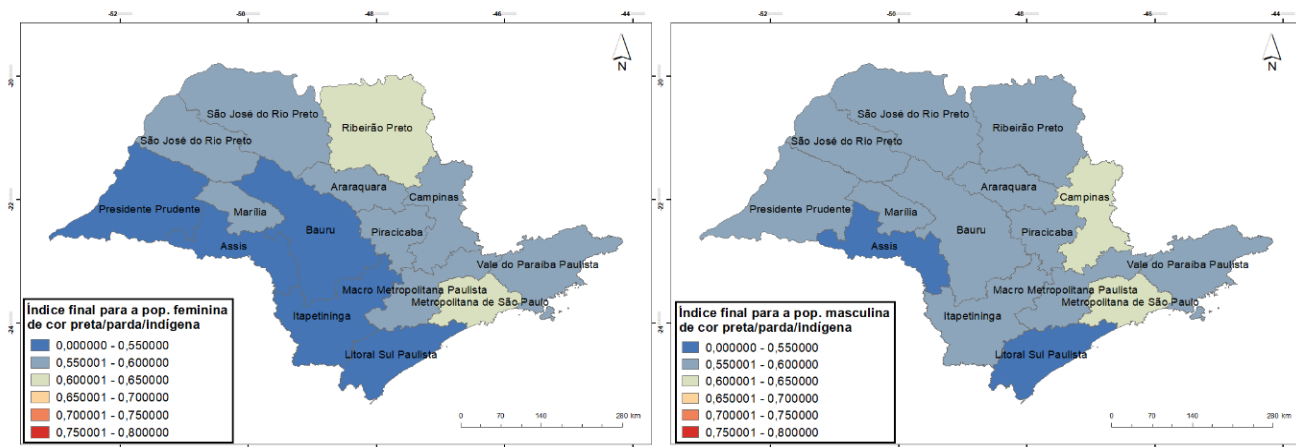
Figura 23 – IEG para a população de mulheres e homens de cor branca.



Fonte: Elaborado por Daniel José de Andrade.

A inequidade com relação a interseção raça versus gênero também é aparente ao observarmos a configuração do índice que aglutina as mulheres de cor/raça preta, parda e indígena em oposição ao índice para mulheres de cor branca (figuras 23 e 24). Outro resultado interessante, e que demonstra a importância da abordagem que considere outras identidades para além do sexo, é a comparação do índice para a população feminina de cor branca e para a população masculina de cor/raça preta, parda e indígena. Podemos observar que enquanto na maior parte das mesorregiões essa última encontra-se nas duas faixas mais baixas do índice, a população de mulheres brancas exibe resultado superior, com alguns territórios (tal qual a região metropolitana de São Paulo e a mesorregião de Campinas) se enquadrando inclusive na terceira faixa mais alta do índice (figuras 23 e 24).

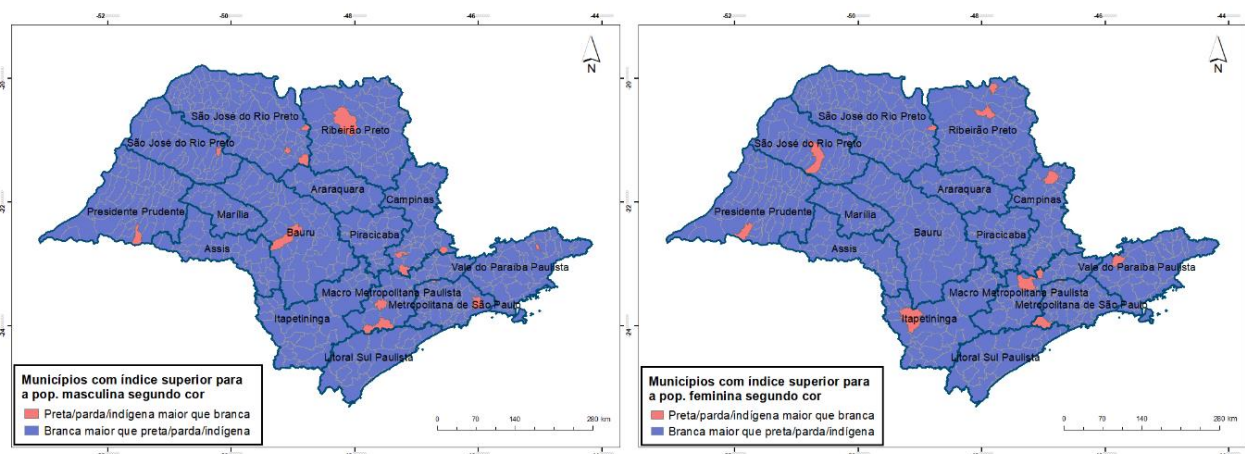
Figura 24 – IEG para a população de mulheres e homens de cor/raça preta, parda e indígena.



Fonte: Elaborado por Daniel José de Andrade.

O IEG também foi espacializado de forma comparativa para os municípios do estado, isto é, por meio de técnica de georreferenciamento em que foi estabelecida regra para comparação entre dois segmentos da população, para observação de qual deles apresentaria resultado superior no índice. Nessa análise, a inequidade se torna ainda mais aparente, sendo poucos os municípios que apresentam um resultado superior para a população de cor/raça preta, parda ou indígena, seja ela masculina ou feminina (Figura 25).

Figura 25– IEG comparativo para a população de mulheres e homens de cor/raça branca, preta, parda e indígena.

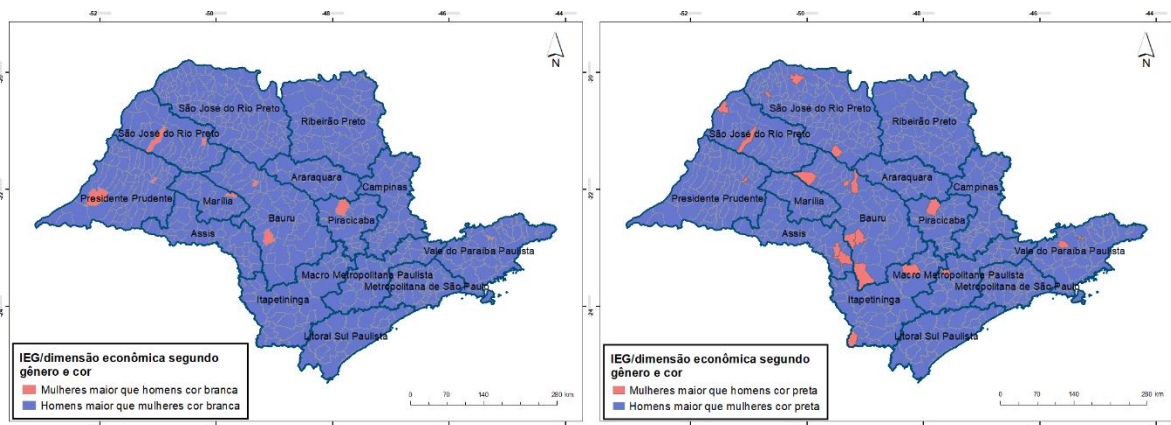


Fonte: Elaborado por Daniel José de Andrade.

A comparação interseccionando sexo e raça apresenta resultados similares para a população masculina e feminina de cor branca, e resultados ligeiramente mais

favoráveis (apenas alguns municípios a mais) quando se compara o índice para a população de homens e mulheres de cor preta (Figura 26).

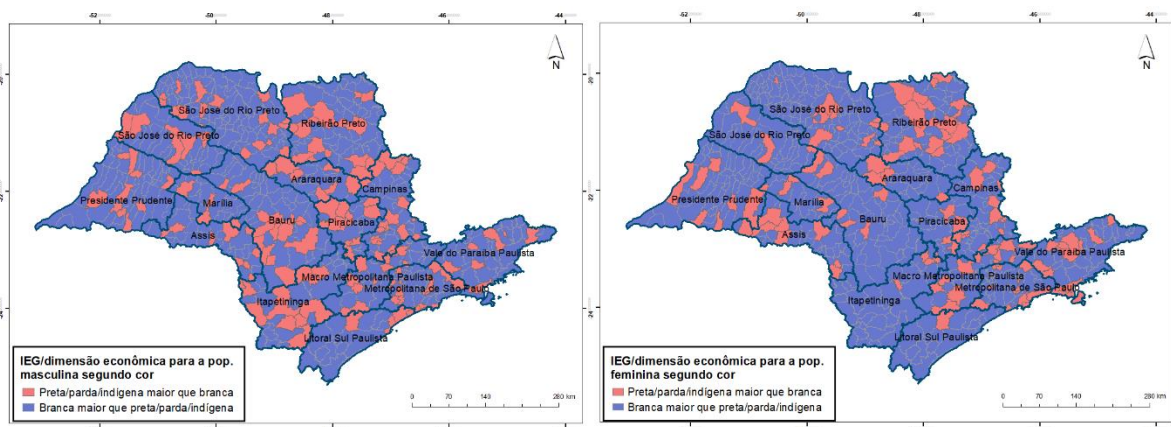
Figura 26 – IEG comparativo para a população de mulheres e homens de cor/raça branca, e homens e mulheres de cor preta.



Fonte: Elaborado por Daniel José de Andrade.

Já a análise da dimensão econômica do IEG ressalta maior desigualdade nesse aspecto entre as mulheres de cor branca e mulheres de cor/raça preta, parda e indígena (figura 27).

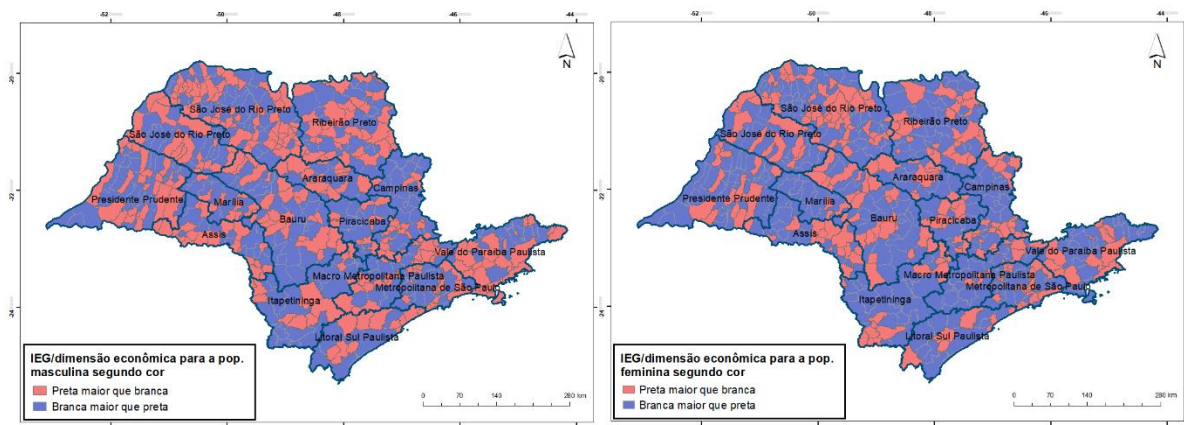
Figura 27 – IEG de dimensão econômica comparativo para a população de mulheres e homens de cor/raça branca, preta, parda e indígena.



Fonte: Elaborado por Daniel José de Andrade.

A comparação entre apenas mulheres e homens de cor branca e preta para a dimensão econômica, por sua vez, mostrou resultados mais favoráveis a estes em oposição ao índice final (Figura 28).

Figura 28– IEG comparativo para a população de mulheres e homens de cor/raça branca e preta.



Fonte: Elaborado por Daniel José de Andrade.

5.7 O índice de desenvolvimento da mulher: possíveis inferências sobre relações entre desenvolvimento econômico, desigualdades regionais e equidade de gênero

O IDM – e sua contraparte, IEG – foi uma ferramenta desenvolvida com o intuito de possibilitar inferências comparativas sobre desigualdades regionais, entre mulheres e homens e o desenvolvimento econômico nesses territórios. Nesse sentido, o estabelecimento de níveis (sejam eles de desenvolvimento, ou de desigualdade) visou permitir, de forma padronizada para os territórios estaduais e municipais, em suas respectivas dimensões, correlações entre as condições de vida das mulheres nessas localidades, e, por certo, não o julgamento do que seria um nível “aceitável” de desenvolvimento ou mesmo de desigualdade.

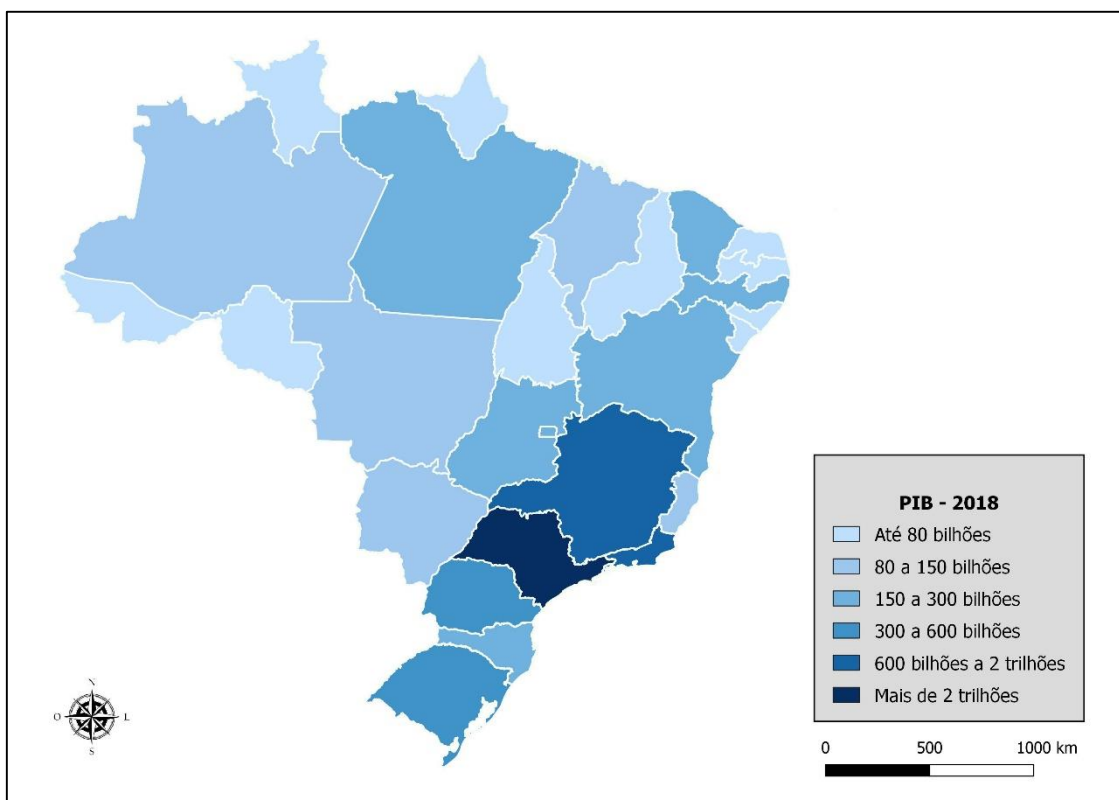
Dessa forma, o IDM se relaciona às desigualdades regionais – com foco, claro, na população feminina – uma vez que aborda especificamente essa população, estabelecendo valores de “teto” e “piso” encontrados nesse recorte demográfico específico. O IEG, por sua vez, funciona como balizador não apenas das desigualdades de gênero, mas em como elas se relacionam ao desenvolvimento econômico dessas regiões e, mesmo, ao desenvolvimento da população feminina.

Para a análise do IDM estadual foi possível observar, na maior parte das dimensões, o recorte claro que categoriza a região Nordeste como apresentando índices mais baixos para o desenvolvimento feminino. Enquanto o oposto pode ser dito sobre a região Concentrada. É importante destacar que se tratou das duas únicas regiões em que se pôde observar um padrão claro de desenvolvimento – seja ele

positivo ou negativo (enquanto as regiões da Amazônia e Centro-Oeste não apresentaram resultados uniformes para todos seus estados). Junto ao já exposto no presente estudo sobre o histórico de desenvolvimento nessas regiões, podemos inferir que a modernização – o maior desenvolvimento econômico – de fato impacta nas condições de vida da população feminina quando a observamos isoladamente, com territórios em que há maior concentração de capital apresentando índices mais elevados de desenvolvimento para a mulher. Poderíamos levantar algumas hipóteses sobre as razões por trás desses resultados, como política de distribuição de renda ou padrões sociais específicos.

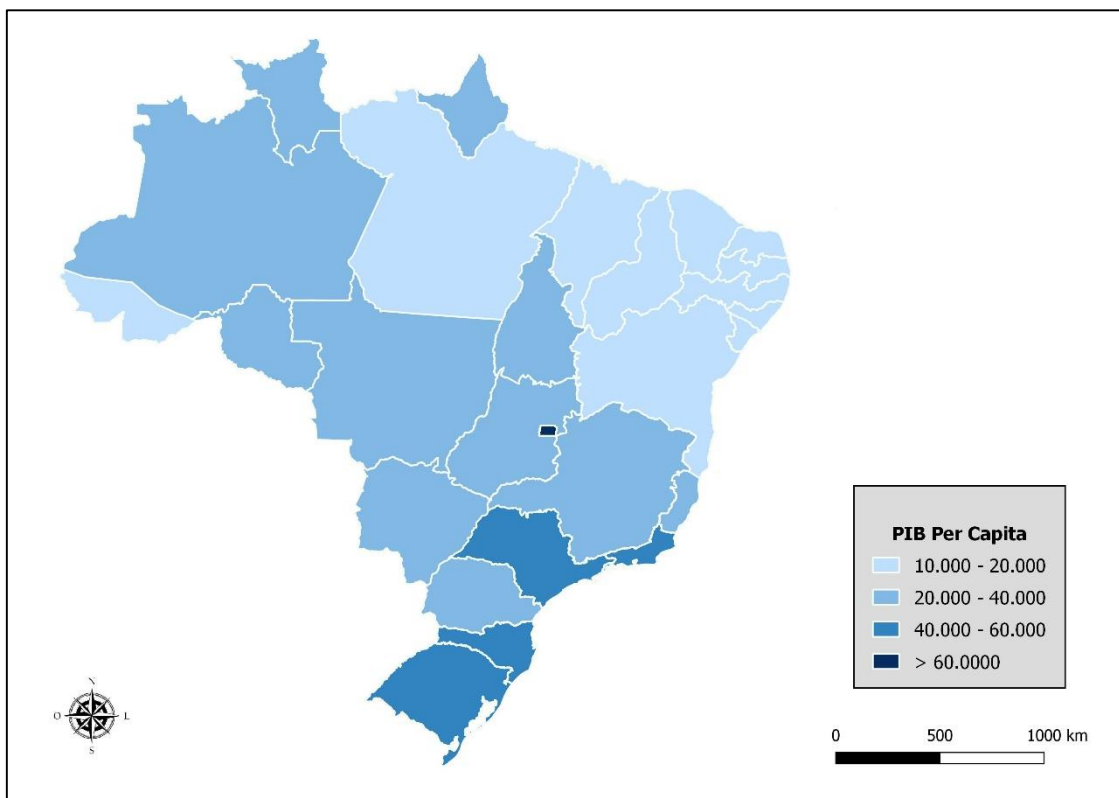
A mesma lógica pode ser observada quando aproximamos o índice para a escala municipal, utilizando para tal o território da RMVPLN. Os municípios mais desenvolvidos economicamente – aqueles atravessados pelos eixos das Rodovias Dutra e Tamoios – apresentaram de modo geral melhor desempenho no índice na maior parte das dimensões, muito embora o recorte – ao contrário do ocorrido na escala estadual – por vezes não tenha sido tão nítido, ele se torna mais visível no resultado final do índice.

Figura 29 – PIB dos estados brasileiros – 2018.



Fonte: Sistema de contas regionais – IBGE. Elaborado pela autora.

Figura 30 – PIB per capita dos estados brasileiros – 2018.



Fonte: Sistema de contas regionais – IBGE (2018). Elaborado pela autora.

O IEG, porém, ao correlacionar não apenas o desenvolvimento econômico, mas a desigualdade de gênero, aponta para uma lógica oposta em sua escala estadual: os territórios com maior desenvolvimento econômico são justamente aqueles em que a “distância” entre os homens e as mulheres também é mais elevada.

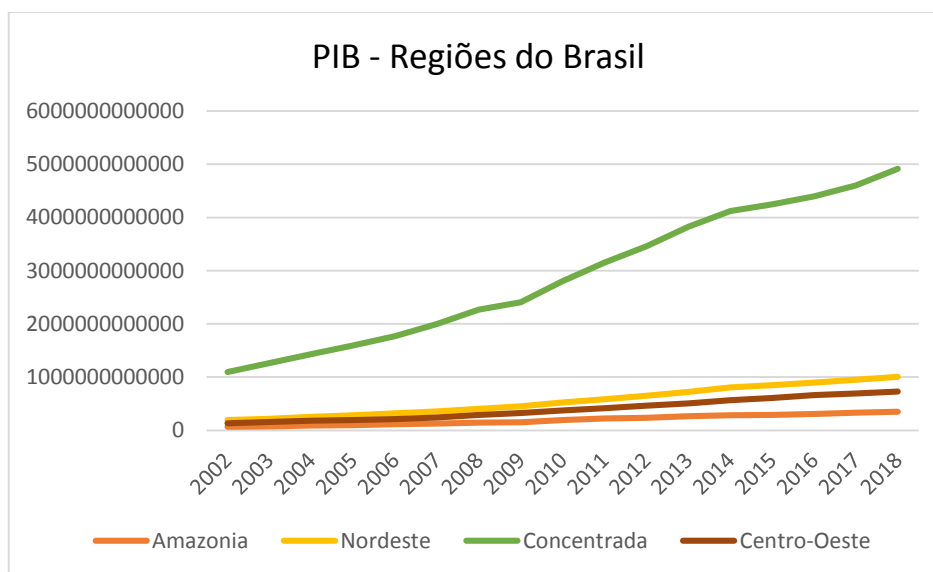
É relevante trazermos dados referentes à produção econômica, na forma do PIB e PIB per capita para o ano de 2018 (figuras 29 e 30) para demonstração desse contraste. O destaque da região Concentrada fica evidente, em particular em números absolutos, do mesmo modo que a região nordestina se destaca negativamente, em especial ao observarmos seus resultados para o PIB per capita.

Observando, ainda, a série histórica do PIB para os últimos 16 anos (gráfico 1), constatamos a tendência de distanciamento da região Concentrada com relação às demais. No PIB per capita, por sua vez, para o mesmo período, destacam-se as regiões Concentrada e Centro-Oeste (gráfico 2).

Ao relacionarmos os dados de produção econômica aqui expostos ao resultado final do IEG, o recorte, mais uma vez, é claro: enquanto a quase totalidade de estados no Nordeste se encontra no nível mais baixo de desigualdade, para os estados da

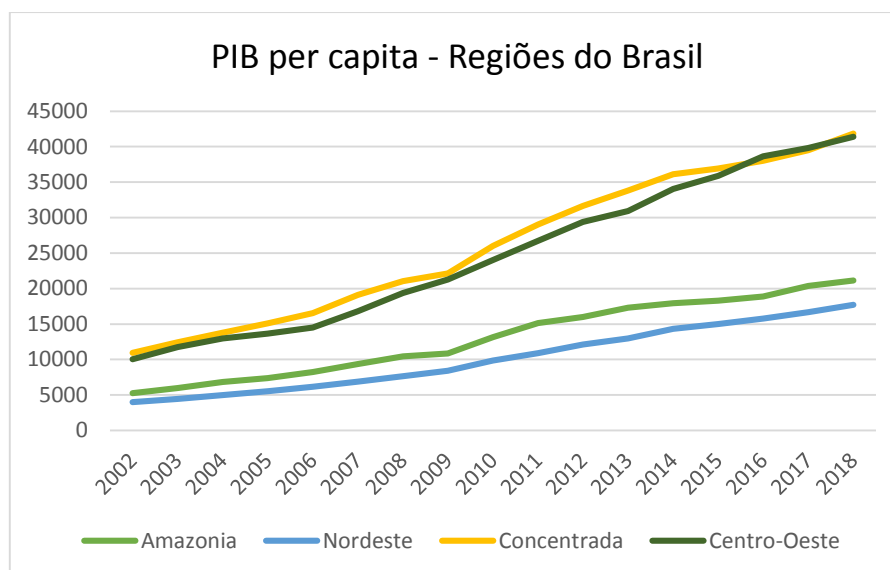
região Concentrada o resultado os coloca no nível mais elevado de desigualdade (novamente, sem um recorte preciso para as demais regiões). Mais uma vez, ao resgatarmos o conteúdo teórico exposto nesse estudo, podemos inferir se a maior concentração de capital não remeteria a uma maior desigualdade não apenas entre classes, mas também entre homens e mulheres, ao passo que nos territórios menos desenvolvidos economicamente, porquanto haja piores condições de desenvolvimento humano (de acordo com as variáveis utilizadas no presente estudo), há uma menor distância na desigualdade entre homens e mulheres. Podemos considerar a hipótese de que a intersecção entre a divisão sexual do trabalho e a concentração de renda, sejam aprofundadas nesses territórios de maior desenvolvimento econômico, ressaltando ainda mais as desigualdades entre as populações privilegiadas, e aquelas marginalizadas, embora, a população feminina – como bem demonstra o IEG desfragmentado para cor/raça – não possa ser generalizada.

Gráfico 1 – PIB para as regiões brasileiras – Ano 2002 a 2018.



Fonte: Sistema de contas regionais (IBGE, 2020).

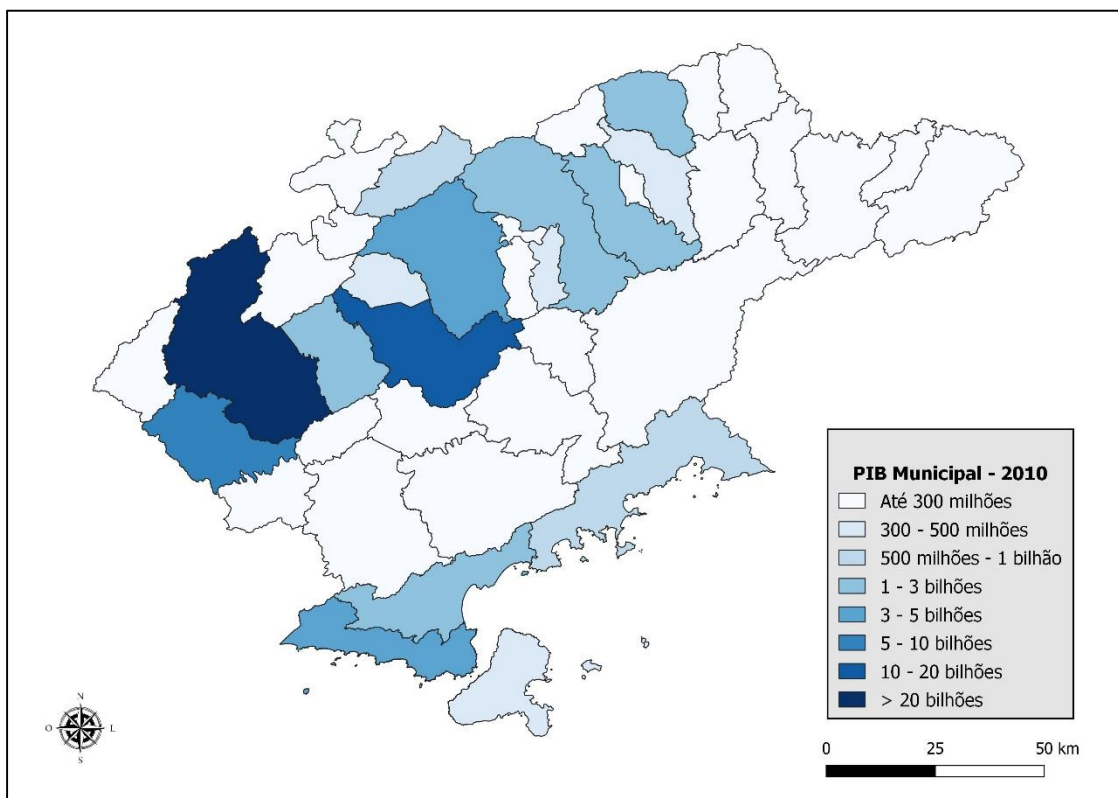
Gráfico 2 – PIB per capita para as regiões brasileiras – Ano 2002 a 2018.



Fonte: Sistema de contas regionais (IBGE, 2020).

Cumpra apontar, porém, que se essa lógica inversa do IEG com relação ao IDM apresentou-se tão clara na escala estadual, o mesmo não pode ser dito da escala municipal. De fato, em suas dimensões, foi possível observar padrões distintos de desigualdade para os municípios sem consonância com o desenvolvimento econômico deles e nem com o nível de desenvolvimento da população feminina demonstrado anteriormente pelo IDM. Os resultados para o PIB no ano de 2010 para os municípios da região, apresentam um destaque evidente para os municípios às margens da Rodovia Presidente Dutra e do litoral (figura 31). O mesmo pode ser observado para o PIB per capita no mesmo ano (figura 32).

Figura 31 – PIB dos municípios da RMVPLN – 2010.



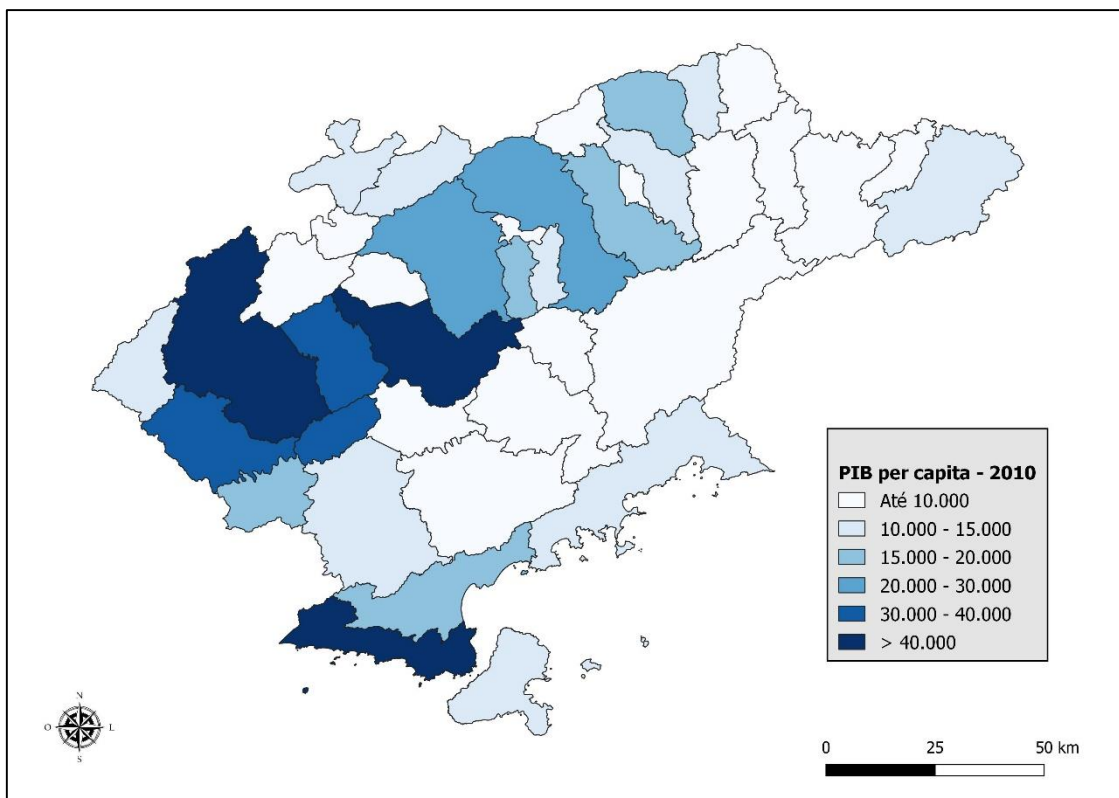
Fonte: PIB dos municípios brasileiros – IBGE (2010). Elaborado pela autora.

Uma vez que tanto os indicadores quanto os valores dos “níveis” de desigualdade foram padronizados para corresponder àqueles de suas dimensões na escala estadual, é possível que a mesma lógica não se aplique (da inversão “concentração de capital x equidade de gênero”), ou que para essa escala específica outros processos – ao considerarmos o próprio desenvolvimento como um processo multiescalar – incidam sobre essa lógica. É preciso também considerar ainda que como apenas a RMVPLN foi utilizada para a comparação do índice “completo” (uma vez que o índice desagregado por cor/raça teve que se adaptado, ocasionando a perda de alguns indicadores), é necessário frisar que esse resultado é particular e específico para essa região, não podendo-se afirmar categoricamente que seria repetido em outras regiões nessa mesma escala.

O mesmo pode-se dizer da aplicação do índice na escala local, quando da aplicação da dimensão econômica para as áreas de ponderação do município de São José dos Campos. Muito embora é preciso ressaltar que se tratou de uma aplicação parcial (visto que, até mesmo a indisponibilidade de certos indicadores para esse recorte geográfico não torna possível o cálculo completo do índice), não foi possível

verificar um padrão claro de desigualdade, com todas as áreas apresentando uma “distância” similar entre homens e mulheres.

Figura 32 – PIB per capita dos municípios da RMVPLN – 2010.



Fonte: PIB dos municípios brasileiros – IBGE (2010). Elaborado pela autora.

Cumprir apontar ainda, para além da relação das desigualdades regionais correlacionadas as condições de vida das mulheres e desenvolvimento econômico, o resultado da dimensão de educação em oposição às demais dimensões. Tanto para a escala estadual quanto municipal, as mulheres apresentaram índices claramente superiores aos homens na maior parte do território, porém, esse resultado positivo não se traduziu em menor desigualdade de modo geral, nem mesmo quando contraposto especificamente com relação à renda.

⁵Por fim, a espacialização e desfragmentação do IEG para o estado de São Paulo exposta nesse estudo nos remete ao escrito de Milton Santos (1996, p. 133) sobre “as cidadanias mutiladas”. Embora trate especificamente do preconceito de raça

⁵ Trecho presente no artigo intitulado “Interseccionalidade, desenvolvimento e território: Análise do índice de equidade de gênero no estado de São Paulo, submetido à Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais.

no Brasil, sem entrar no mérito específico de questões de gênero, sua definição do que é ser um cidadão, “um indivíduo dotado de direitos que lhe permitem não só defrontar com o estado, mas afrontar o estado”, leva a refletir quantas mulheres cujas identidades muitas vezes as põem à margem do discurso de “empoderamento” e “agência” – cooptado pelo conceito de desenvolvimento hegemônico – poderiam de fato se considerar cidadãs.

Podemos traçar a lista das cidadanias mutiladas neste país. Cidadania mutilada no trabalho, através das oportunidades de ingresso negadas. Cidadania mutilada na remuneração, melhor para uns do que para outros. Cidadania mutilada nas oportunidades de promoção. Cidadania mutilada também na localização dos homens, na sua moradia. Cidadania mutilada na circulação (Idem, p. 134).

O resultado do IEG demonstra que essa afirmação continua atual, pois, embora se possa perceber variações regionais no nível de desigualdade, e este também se modifique de acordo com o dado relacionado (educação ou de situação econômica), o quadro geral apresentado perpetua a exclusão da população feminina de cor/raça preta, parda e indígena. Por certo, em dadas circunstâncias, o próprio fato de a população feminina de cor/raça branca apresentar resultados superiores em relação a população masculina de cor/raça preta, parda e indígena, demonstra como nem sempre se pode observar as relações de gênero à parte das relações de classe e raça.

É preciso ressaltar, portanto, que a desigualdade de gênero deve ser analisada através da compreensão dos elementos constituintes da matriz das desigualdades, uma vez que, como bem demonstram os dados sobre educação, em que, apesar dos resultados superiores das mulheres em relação aos homens – o que presumiria o acesso a melhores condições de vida – a desigualdade, seja ela com relação a renda, participação produtiva ou na vida pública, permanece. Ou seja, o elemento cultural, que não é facilmente mensurável, é de extrema importância para a análise da gênese dessa desigualdade.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse estudo teve por objetivo analisar possíveis correlações entre o desenvolvimento econômico territorial, as desigualdades regionais e a desigualdade de gênero. Para tal – considerando o desenvolvimento como um processo multiescalar, isto é, que é definido por instituições hierárquicas federativas e, mesmo, em certas instâncias, pela lógica de mercado, porém, também perpassado por outros processos com implicações para escalas regionais, ou mesmo locais – foi adotada a análise do território nacional (sua subdivisão em estados), mas também a escala intra-regional e local.

Ao observarmos a constituição histórica do território nacional, percebemos os elementos que delimitam o desenvolvimento no período atual para as regiões brasileiras. Seja na forma do modelo fundiário presente no Nordeste – herança não apenas do desenvolvimentismo militar, mas das capitânicas hereditárias – passando pelo ciclo do café e da conseqüente expansão capitalista que demarcou a configuração atual de desigualdade regional, e a concentração de riqueza no centro-sul, essas heranças se mostram evidentes no período contemporâneo no qual, em que pese avanços recentes, essa estrutura permanece não modificada em grande parte.

É relevante trazer novamente a obra de Santos e Silveira (2001, p. 260), na qual, com sua característica dualidade, discorre sobre as desigualdades regionais do país: Zonas de densidade “quanto as coisas, aos objetos, aos homens, aos movimento das coisas” em oposição aquelas de rarefação, que “revelam e escondem, ao mesmo tempo, uma situação e uma história”; Espaços de rapidez, onde há uma maior fluidez da vida e relações, em consonância com atividades econômicas ou socioculturais, e espaços de lentidão, espaços que mandam e espaços que obedecem, etc.

O desenvolvimento intra-regional – representado nesse estudo pela RMVPLN – por sua vez, segue a mesma lógica, em que as heranças dos mesmos ciclos (do ouro, café, desenvolvimentismo militar etc.) apresentam repercussões evidentes no período atual. Nesse sentido, buscou-se correlacionar aqui essas diferentes escalas, atingidas pelos mesmos processos de desenvolvimento, mas não apenas por eles, na intenção de verificar se a mesma lógica de desenvolvimento econômico *versus* desigualdade de gênero pode ser observada.

O território é, portanto, elemento articulador não apenas das medidas e planos de entes federativos e da sociedade civil em que variados processos se entrecruzam, mas também articula as relações sociais que se dão entre os diversos segmentos da população. Nesse sentido, considera-se incompleta a análise do desenvolvimento da população feminina que não a relacione com sua localização espacial e processos históricos decorrentes e constituintes dessas mesmas localidades.

Os resultados do IDM para a escala estadual e regional nos permitem inferir que o processo de desenvolvimento desigual do território traz repercussões bastante específicas e, muitas vezes, mais profundas para populações marginalizadas. Além disso, seu confronto com os resultados do IEG nos levam a refletir qual o tipo de desenvolvimento seria o “desejado” quando nos referimos especificamente à população feminina ao observarmos que a região concentrada, as “zonas de densidade”, “espaços de fluidez”, são também – ao menos para a escala estadual – aqueles que apresentam maiores índices de desigualdade.

Possíveis ramificações para estudos futuros que surgem do presente trabalho incluem a análise da incidência do fator cultural na relação desigualdade de gênero e desigualdades regionais, além de estudo que acompanhe a evolução do presente índice numa linha temporal, para verificar alterações e suas correlações.

Os mecanismos de controle e medição – como o proposto por esse estudo – são ferramentas construídas com o intuito de permitir a ação política, visando sua utilização por entes institucionais, mas também a reivindicação por grupos marginalizados, em conhecimento de suas necessidades, de “políticas de cidadania colocadas pelo Estado, voltadas a instaurar relações de solidariedade social e cultural indispensáveis a uma sociedade justa” (LEÃO; PANZINI, 2014, p. 237)

Entendendo, portanto, a equidade de gênero como elemento indissociável do desenvolvimento humano, faz-se premente que as concepções sobre desenvolvimento e desigualdades regionais englobem a discussão da desigualdade de gênero em sua gênese.

Encerro esse estudo trazendo algumas palavras da filósofa e ativista Angela Davis (2018, p. 99) – para quem o feminismo envolve muito mais do que igualdade de gênero, “ele deve envolver uma consciência com relação ao capitalismo, ao racismo, ao colonialismo, às pós-colonialidades” – pois, para além de sua evidente conexão com o que aqui pretendeu-se abordar, são palavras que impulsionaram e serviram de inspiração para o presente estudo.

As metodologias feministas nos impelem a explorar conexões que nem sempre são aparentes. E nos impulsionam a explorar contradições e descobrir o que há de produtivo nelas. O feminismo insiste em métodos de pensamento e de ação que nos encorajam a uma reflexão que une coisas que parecem ser separadas e que desagrega coisas que parecem estar naturalmente unidas (Idem, 2018, p. 99).

REFERÊNCIAS

ANAND, Sudhir; SEN, Amartya.. **Human development index: Methodology and measurement**. New York: Human development report office, 1994.

ANDRADE, D. J. **A Rodovia Presidente Dutra como elemento estruturador e a desarticulação da urbanização do Vale do Paraíba**. 2019. 269 p. Tese (Doutorado em Planejamento urbano e regional) – Instituto de pesquisa e desenvolvimento, Universidade do Vale do Paraíba, São José dos Campos. 2019.

ANDRADE, D. J. *et al.* Análise das relações entre as paisagens construídas e representações sociais dos municípios de São José dos Campos e Arapeí. **Revista Brasileira de Gestão Urbana – URBE**, v. 10, n. 1, p.36-51, fev. 2018.

ARENDT, H. **A condição humana**. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

BACELAR, T. **Ensaio sobre o desenvolvimento brasileiro: Heranças e urgências**. 2. ed. Rio de Janeiro: Revan, 2012.

BACELAR, T. A experiência de planejamento regional no Brasil. In: LEVINAS, L.; CARLEIAL, L. M.; NABCO, M. **Reestruturação do espaço urbano e regional no Brasil**. São Paulo: HUCITEC/ANPUR, 1993.

BANDEIRA, V. Pressupostos do capitalismo brasileiro. **Cadernos Zygmunt Bauman**, v. 4, n. 8, 2014. Disponível em:
<http://www.periodicoeletronicos.ufma.br/index.php/bauman/article/view/3043/3028>

BARROS, A. R. **Raízes das desigualdades regionais no Brasil**. Rio de Janeiro: Alta Books, 2019.

BEZERRA, L. M. C.; CLEPS, J. O desenvolvimento agrícola da região centro-oeste e as transformações no espaço agrário do estado de Goiás. **Revista Caminhos da geografia**, v. 5, n.12, p. 29-49, jun. 2004.

BECKER, B. K. Revisão das políticas de ocupação da Amazônia: é possível identificar modelos para projetar cenários? **Parcerias estratégicas**, v. 6, n. 12, p.135-158, p. set. 2001.

BIELSCHOWSKY, R. Cinquenta anos de pensamento na CEPAL: uma resenha. In: BIELSCHOWSKY, R. (Org.). **Cinquenta anos de pensamento na CEPAL**. Rio de Janeiro: Record, 2000. p. 13-68.

BILGE, S. Théorisations féministes de l'intersectionnalité. **Diogène**, v. 1, n. 225, p. 70-88, 2009.

BOSERUP, Ester. **Women's Role in Economic Development**. New York: St. Martin's, 1970.

BRANDÃO, C. Transformar a provisão de bens e serviços públicos e coletivos nos espaços urbanos e regionais do Brasil. **E-metropolis**, n. 23, ano 6, 2015. Disponível em:

http://emetropolis.net/system/artigos/arquivo_pdfs/000/000/174/original/emetropolis_n23_art-capas.pdf?1450464207

BRANDÃO, C. Dinâmicas e transformações territoriais recentes: O papel da PNDR e das políticas públicas não regionais com impacto territorial. In: NETO, A. M. (org.). **Desenvolvimento regional no Brasil: Políticas, estratégias e perspectivas**. Rio de Janeiro: Ipea, 2020.

BRENNER, N. The limits to scale? Methodological reflections on scalar structuration. **Progress in Human Geography**, v. 25, n. 4, p. 591-614, 2001.

BRESSER-PEREIRA, L. C. **Em busca do desenvolvimento perdido: Um projeto novo-desenvolvimentista para o Brasil**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2018.

BRITO, V. C.; MATTEDI, M. A.; SANTOS, G. F. O uso de múltiplas escalas geográficas no planejamento do desenvolvimento regional. **Revista política e planejamento regional**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 1, jan./jun. 2017. Disponível em: <http://www.revistappr.com.br/artigos/publicados/O-uso-de-multiplas-escalas-geograficas-no-planejamento-do-desenvolvimento-regional.pdf>

BRUYNE, Paul de; HERMAN, Jacques; SCHOUTHEETE, Marc de. **Dinâmica da pesquisa em ciências sociais: os polos da prática metodológica**. 3 ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1995.

BUTZKE, L.; THEIS, I. M.; MANTOVANELI JUNIOR, O. Existe alguma região para desenvolver? Um questionamento desde o pensamento social latino-americano. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, v. 14, p. 91-105, 2018.

CAMURÇA, S. Sobre os problemas de gênero no desenvolvimento e para a democracia. In: BUARQUE, Cristina (org.). **Perspectivas de gênero: debates e questões para as ONGs**. Recife: GTGênero Plataforma de Contrapartes Novib, 2002.

CANO, W. **Desequilíbrios Regionais e Concentração Industrial no Brasil, 1930-1970**. Campinas: Global, 1981.

CASADEI, T. O. Ocupação e povoamento do Norte do Brasil. **Revista Curriculum**, Rio de Janeiro, p. 61-72, out./dez. 1976.

CASSOL, A.; NIERDELE, P. A. Celso Furtado e a economia política do desenvolvimento latino-americano. In: NIEDERLE, P. A.; RADOMSKY, G. F. W. **Introdução às teorias do desenvolvimento**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2016.

CASTRO, I. O problema da escala. In: CASTRO, I; GOMES, P. C. C.; CORRÊA, R. L. (Org.). **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

CETRA, G. O.; OLIVEIRA, M. A. S. Infraestrutura e crescimento regional no Brasil: uma análise da alocação de recursos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). **Revista de economia e administração**, v. 13, n. 1, 5-29 p. Jan./mar. 2014.

COLISETTE, R. P. O desenvolvimento cepalino: problemas teóricos e influências no Brasil. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 15, n. 4, p. 21-34, jan./abr. 2001.

COLLINS, P. H. Se perdeu na tradução? Feminismo negro, interseccionalidade e política emancipatória. Tradução de Bianca Santana. **Parágrafos**, São Paulo, v. 5, n. 1, p. 6-17, 2017.

CONCEIÇÃO, A. F.; OLIVEIRA, C. G.; SOUZA, D. B. Rostow e os estágios para o desenvolvimento. In: NIEDERLE, P. A.; RADOMSKY, G. F. W. **Introdução às teorias do desenvolvimento**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2016.

CORNWALL, A. **Deconstructing development discourse: Buzzwords and fuzzwords**. Oxford: Oxfam, 2010.

CRENSHAW, K. Mapping the margins: intersectionality, identity politics and violence against women of color. In: FINEMAN, Martha Albertson; MYKITIUK, Roxanne (org.). **The public nature of private violence**. Nova York: Routledge, 1994. p. 93-118.

CRENSHAW, K. Beyond entrenchment: race, gender and the new frontiers of (un)equal protection. In: TSUJIMURA, M. (org.). **International perspectives on gender equality & social diversity**. Sendai, Tohoku University Press, 2010.

DARDOT, P. LAVAL, C. **A nova razão do mundo: Ensaio sobre a sociedade neoliberal**. São Paulo: Boitempo, 2016.

DAVIS, A. **A Liberdade é uma luta constante**. São Paulo: Boitempo, 2018.

EASTIN, J. PRAKASH, A. Economic Development and Gender Equality: Is There a Gender Kuznets Curve? **World Politics**, v. 65, n.1, p. 156-186, 2013.

EGLER, C. **Eixos nacionais de Integração e Desenvolvimento: prováveis impactos ambientais**. Rio de Janeiro: CREA, 2000.

ENGELS, F. A família monogâmica. In: CANEVACCI, M. **A dialética da Família**. São Paulo: Brasiliense, 1981. p.71-87.

ESCOBAR, A. Imagining a post-development era. In: CRUSH, J. (ed.). **Power of Development**. London: Routledge, 1995.

FREITAS, T.D. *et al.* Sen e o desenvolvimento como liberdade. In: NIEDERLE, P. A.; RADOMSKY, G. F. W. **Introdução às teorias do desenvolvimento**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2016.

FURTADO, C. **Desenvolvimento e subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.

FURTADO, C. **O Mito do Desenvolvimento Econômico**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

FURTADO, C. **Formação econômica do Brasil**. Rio de Janeiro: Fundo de cultura, 1959.

FURTADO, C. O subdesenvolvimento revisitado. **Economia e Sociedade**. UNICAMP, v. 1, n. 1, p. 5-19, ago. 1992.

GOMES, C.; RESCHILIAN, P. R.; UEHARA, A. Perspectivas do planejamento regional do Vale do Paraíba e Litoral Norte: Marcos históricos e a institucionalização da região metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte no plano de ação da macrometrópole paulista. **Revista Brasileira de Gestão Urbana: URBE**, v. 10, p. 154-171, 2018.

GUIMARÃES, J. R. S.; JANNUZZI, P. M. IDH, indicadores sintéticos e suas aplicações em políticas públicas. **Revista brasileira de estudos urbanos e regionais**, v. 7, n. 1, p. 73-90, 2005.

FORUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Anuário brasileiro de segurança pública 2017**. Disponível em: <https://www.forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2017/12/ANUARIO_11_2017.pdf>. Acesso em: 1 mar. 2020.

JANNUZZI, P. M. **Indicadores sociais no Brasil: Conceitos, fontes de dados e aplicações**. 3. ed. Campinas: Alínea, 2006.

HIRATA, R. Gênero, classe e raça: Interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais. **Tempo social**, v. 26, n.1, p. 61-73, 2014.

HIRATA, R. **Mudanças e permanências nas desigualdades de gêneros: Divisão sexual do trabalho numa perspectiva comparativa**. São Paulo: Fundação Frierich-Ebert-Stiftung Brasil, n. 7, 2015.

HORNHARDT, A. M. Interseccionalidade, Consubstancialidade e a metáfora do “nó”: A importância das lentes analíticas para a compreensão da imbricação de gênero, raça e classe. *In*: COLÓQUIO INTERNACIONAL MARX E O MARXISMO, Niterói, 2019. **Anais...** Niterói: UFF, 2019. Disponível em: <https://www.niepmarx.blog.br/MManteriores/anais2019.htm>

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Estatísticas de Gênero: Indicadores Sociais das Mulheres no Brasil**. Rio de Janeiro: IBGE, 2018. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101551_informativo.pdf>. Acesso em 15 de outubro de 2018.

IBGE. **Divisão regional do Brasil em mesorregiões e microrregiões geográficas – Volume 1**. Rio de Janeiro: IBGE, 1990.

IBGE. **Estimativas da população – 2020**. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9103-estimativas-de-populacao.html>>. Acesso em: 29 jan. 2020.

IBGE. **Pesquisa nacional por amostra de domicílios – PNAD contínua – 2018.** Disponível em: < <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9171-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios-continua-mensal.html?=&t=o-que-e>>. Acesso em: 01 de mar. de 2020.

IBGE. **Projeção da população 2018.** Disponível em: < <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/9109-projecao-da-populacao.html?=&t=o-que-e>>. Acesso em: 01 de mar. de 2020.

IBGE. **Censo demográfico 2010.** Disponível em: < <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-demografico/demografico-2010/inicial>>. Acesso em: 01 de mar. de 2020.

IBGE. **Sistema de contas regionais.** Disponível em: < <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/contas-nacionais/9054-contas-regionais-do-brasil.html?=&t=downloads>>. Acesso em: 01 de mar. de 2020.

IPPLAN – Instituto de Pesquisa, Administração e Planejamento. **Cenários futuros – São José dos Campos – 2035.** Disponível em: <www.ipplan.org.br>. Acesso em: 10 fev. 2021.

KERGOAT, D. Ouvriers = ouvrières? Propositions pour une articulation théorique de deux variables: sexe et classe sociale. **Critiques de l'Économie Politique**, Paris, n. 5, p. 65-97, 1978.

KERGOAT, D. Dinâmica e consubstancialidade das relações sociais. Tradução de Antonia Malta Campos. **Novos estudos CEBRAP**, n. 86, p. 93-103, mar. 2010.

LEÃO, W.; PINZANI, A. **Vozes do bolsa família – Autonomia, dinheiro e cidadania.** 2 ed. São Paulo: Editores Unesp, 2014.

MAIA, C.; LOPES, M. de F. As desigualdades de gênero no contexto do desenvolvimento humano. **Unimontes Científica**, Montes Claros, v. 1, n. 1, mar/2001. Disponível em: <http://www.ruc.unimontes.br/index.php/unicientifica/article/view/12/9>

MIKKOLA, A.; MILES, C.A. **Development and gender equality: Consequences, causes, challenges and cures.** Helsinki: University of Helsinki; Helsinki Center of Economic Research, 2007. (Discussion paper, n. 159). Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/14913005.pdf>

MILL, J. S. **The subjection of women.** Oxford: Oxford University Press, 1911.

MULLER, N. L. **O fato urbano na Bacia do Rio Paraíba:** Estado de São Paulo. Rio de Janeiro: Fundação IBGE, 1969.

NIEDERLE, P. A.; RADOMSKY, G. F. W. PREFÁCIO. *In*: NIEDERLE, P. A.; RADOMSKY, G. F. W. **Introdução às teorias do desenvolvimento.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2016.

OLIVEIRA, F. A economia brasileira: Crítica a razão dualista. **Estudos CEBRAP**, n.2, p. 3-82, 1972.

OLIVEIRA, F. **Noiva da Revolução/Elegia para uma Re(li)gião**. São Paulo: Boitempo, 2008.

OLIVEIRA, F. L. P.; WERNER, D. **Perspectiva histórica do planejamento regional no Brasil**. Santiago, Chile: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe – CEPAL; Nações Unidas, 2014.

ONU MULHERES. **Mapa da violência no Brasil 2015 – Homicídios de mulheres no Brasil**. Disponível em: <http://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2016/04/MapaViolencia_2015_mulheres.pdf>. Acesso em: 1 mar. 2020.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Integrating a Gender Perspective into Statistics. Department of economic and social affairs**. New York: United Nations, 2016.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Minimum Set of Gender Indicators**. Disponível em: <<https://genderstats.un.org/#/indicators>>. Acesso em: 15 out. 2018.

PARAHOS, Ranulfo *et al.* Construindo indicadores sociais: Uma revisão da bibliografia especializada. **Revista Perspectivas**, v. 44, p. 147-173, 2013. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/perspectivas/article/view/7406/5223> Acesso em: 15 out. 2018.

PIVOTO, D.; CARUSO, C. O.; NIERDELE, P. A. Schumpeter e a teoria do desenvolvimento econômico. *In*: NIEDERLE, P. A.; RADOMSKY, G. F. W. **Introdução às teorias do desenvolvimento**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2016.

PORTUGAL, R.; SILVA, S. A. **História das políticas regionais no Brasil**. Brasília: Ipea, 2020.

PNUD. **O que é o IDH**. Disponível em: <<https://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/idh0/conceitos/o-que-e-o-idh.html>>. Acesso em: 1 mar. 2020.

PRADO JUNIOR, C. **História econômica do Brasil**. 26ª ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 2012.

PREBISCH, Raúl. El desarrollo económico de la América Latina y algunos de sus principales problemas. *In*: GURRIERI, Adolfo (Org.). **La obra de Prebisch en la CEPAL**. México: Fondo de Cultura Económica, 1982. v. 1.

RAI, S. M. Gender and development: theoretical perspectives. *In*: VISVANATHAN, Nalini *et al.* (eds.) **The women, gender and development reader**. Halifax ; London ; New York : Fernwood Pub ; Zed Books, 2011. p. 28-37.

RAMBO, A. G.; RUCKERT, A. A. Desenvolvimento territorial e escalas geográficas de poder e gestão – o caso de Cooperacana, Porto Xavier – RS. **Geosul**. Florianópolis, v. 23, n. 46, p 95-114, jul./dez., 2008.

RAMÍREZ, B. Do debate sobre as escalas à apologia localista na América Latina. *In*: BRANDÃO, C.; FERNÁNDEZ, V.; RIBEIRO, L. **Escalas espaciais, reescalamentos e estatalidades: lições e desafios para América Latina**. Rio de Janeiro: Letra Capital: Observatório das Metrópoles, 2018.

REED, Evelyn. **Sexo Contra Sexo ou Classe Contra Classe**. 2.ed. São Paulo: Instituto José Luis e Rosa Sundermann, 2008.

REIS FILHO, N. G. **Evolução urbana no Brasil (1500/1720)**. São Paulo: Pioneira/Edusp, 1968.

RESENDE, G. M. *et al.* Brasil: Dez anos da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR). **IPEA , Boletim regional, urbano e ambiental**. n.11, p. 29-35, Jan./jun. 2015.

RIBEIRO, Flávio Diniz. **Walt Whitman Rostow e a problemática do desenvolvimento: ideologia, política e ciência na Guerra Fria**. 2008. Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

RIBEIRO-MOREIRA, P.; ZANETTI, V.; LIMA, C. Formação da Rede Urbana do Vale do Paraíba. *In*: SEMINÁRIO DE HISTÓRIA DA CIDADE E DO URBANISMO, 12., 2012, Porto Alegre. **Anais [...]**. Porto Alegre: UFRGS, 2012.

ROSALDO, M. Z.; LAMPHERE, L. **A Mulher, A Cultura, A Sociedade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. p. 17 – 32.

ROSTOW, Walt Whitman. **The Stages of Economic Growth: A Non-Communist Manifesto**. Cambridge: Cambridge University Press, 1960.

SAFFIOTI, H. Quem tem medo dos esquemas patriarcais de pensamento? **Crítica Marxista**, n. 11, p. 71-75, 2000.

SAFFIOTI, H.. **Gênero, patriarcado e violência**. 2ª ed. São Paulo: Expressão popular, 2015.

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. **O Brasil: Território e sociedade no início do século XXI**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SANTOS, M. Sociedade e espaço: a formação social como teoria e como método. **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, n.54, p.81-99, jun.1977.

SANTOS, M. **Técnica, Espaço, Tempo: Globalização e Meio Técnico-Científico**. 5 ed. São Paulo: Edusp, 2008.

SANTOS, M. **O espaço do cidadão**. 5ª ed. São Paulo: Studio Nobel, 2000.

SÃO PAULO (ESTADO), SEADE. **A interiorização do desenvolvimento econômico no Estado de São Paulo: 1920-1980**. 3 v. São Paulo: SEADE, 1988.

SCHUMPETER, J. A. **Teoria do desenvolvimento econômico**: uma investigação sobre lucros, capital, crédito, juro e o ciclo econômico. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

SCOTT, Joan. Gênero: Uma categoria útil para análise histórica. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, jul./dez. 1995.

SCOTT, R. P.; QUADROS, M. Desenvolvimento, poder, gênero e feminismo. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 52, e185200, 2018. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-83332018000100200&lng=pt&nrm=iso.

SEN, A. **Desenvolvimento como Liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SEN, A. **Desigualdade reexaminada**. 2 ed. Rio de Janeiro: Record, 2008.

SEN, A. **Pobreza e fomes: um ensaio sobre direitos e privações**. Lisboa: Terramar. 1999.

SENRA, K. V. Cinquenta anos de Políticas Públicas Federais de Desenvolvimento Regional no Brasil. *In*: FARIA, Rodrigo de; SCHVARSBURG, Benny (Org.). **Políticas urbanas e regionais no Brasil**. Brasília: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, 2011.

SILVA, G. C. **Conjuntura Política Nacional o Poder Executivo e Geopolítica do Brasil**. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1981.

SILVA, T. L.; ETGES, V. E. **A análise multiescalar nos estudos das dinâmicas territoriais e suas implicações no desenvolvimento regional**. ENANPUR. Natal, 2019.

SILVA NETO, M. L. Interação técnico-econômica do território paulista. **2º Encontro Brasileiro de Estudos Regionais e Urbanos**. Associação Brasileira de Estudos Regionais. São Paulo, 25-26 out. 2002.

SILVA NETO, M. L. A Questão Regional Hoje: Reflexões a Partir do Caso Paulista. *In*: SOUZA, Maria Adélia Aparecida de. **Território Brasileiro: Usos e abusos**. Campinas, SP: Territorial, 2003.

SODRÉ, N. W. Da independência à república. Evolução do comércio brasileiro. **Boletim de História**, Centro de Estudos de História, Faculdade Nacional de Filosofia, Rio de Janeiro, v.5, n. 7, p. 19-31, ago. 1963.

SOUZA, A. A. M. **A especialização do lugar: São José dos Campos como centro da tecnologia aeroespacial no País**. 2008. Tese (Doutorado em Geografia Humana).

Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas Departamento de Geografia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

STADUTO, J. A. R.; KRETER, A. C. **Gênero e território: um documento balizador para o oeste do Paraná**. Foz do Iguaçu: Fundação Parque Tecnológico Itaipu, 2017.

STORPER, M.; SCOTT, A. J. Regions, Globalization, Development. **Regional Studies**, London, v. 37, n. 6, p. 579-593, 2003.

VAINER, C. B. Fragmentação e projeto nacional: desafios para o planejamento territorial. *In*: DINIZ, Clélio Campolina (org.). **Políticas de desenvolvimento regional: desafios e perspectivas à luz das experiências da União Europeia e do Brasil**. Brasília: Ministério da Integração Nacional, 2007, v. 1, p. 103-130.

Referências consultadas

ANAND, Sudhir; SEN, Amartya. Gender inequality in human development: Theories and measurement. In: United Nations Development Programme **Background Papers: Human Development Report 1995**. New York: United Nations Development Programme, 1996.

ANEXO A – IDM ESTADUAL

Unidade da Federação	IDM
Rondônia	0,260
Acre	0,381
Amazonas	0,455
Roraima	0,589
Pará	0,402
Amapá	0,590
Tocantins	0,405
Maranhão	0,321
Piauí	0,398
Ceará	0,284
Rio Grande do Norte	0,425
Paraíba	0,426
Pernambuco	0,437
Alagoas	0,317
Sergipe	0,417
Bahia	0,403
Minas Gerais	0,489
Espírito Santo	0,484
Rio de Janeiro	0,589
São Paulo	0,649
Paraná	0,545
Santa Catarina	0,582
Rio Grande do Sul	0,558

Mato Grosso do Sul	0,461
Mato Grosso	0,391
Goiás	0,480
Distrito Federal	0,761

ANEXO B – IDM PARA MUNICÍPIOS DA RMVPLN

Município	IDM
Aparecida (SP)	0,516
Arapeí (SP)	0,515
Areias (SP)	0,275
Bananal (SP)	0,476
Caçapava (SP)	0,481
Cachoeira Paulista (SP)	0,511
Campos do Jordão (SP)	0,415
Canas (SP)	0,414
Caraguatatuba (SP)	0,473
Cruzeiro (SP)	0,570
Cunha (SP)	0,335
Guaratinguetá (SP)	0,590
Igaratá (SP)	0,245
Ilhabela (SP)	0,532
Jacareí (SP)	0,542
Jambeiro (SP)	0,490
Lagoinha (SP)	0,312
Lavrinhas (SP)	0,560
Lorena (SP)	0,521
Monteiro Lobato (SP)	0,488
Natividade da Serra (SP)	0,295
Paraibuna (SP)	0,497
Pindamonhangaba (SP)	0,588
Piquete (SP)	0,613
Potim (SP)	0,392
Queluz (SP)	0,556
Redenção da Serra (SP)	0,381
Roseira (SP)	0,428
Santa Branca (SP)	0,485
Santo Antônio do Pinhal (SP)	0,537
São Bento do Sapucaí (SP)	0,510
São José do Barreiro (SP)	0,423
São José dos Campos (SP)	0,638
São Luiz do Paraitinga (SP)	0,405
São Sebastião (SP)	0,481
Silveiras (SP)	0,358
Taubaté (SP)	0,607
Tremembé (SP)	0,521
Ubatuba (SP)	0,470

ANEXO C – IEG ESTADUAL

Unidade da Federação	IEG
Rondônia	0,325
Acre	0,139
Amazonas	0,269
Roraima	0,122
Pará	0,229
Amapá	0,019
Tocantins	0,137
Maranhão	0,231
Piauí	0,125
Ceará	0,221
Rio Grande do Norte	0,248
Paraíba	0,192
Pernambuco	0,242
Alagoas	0,177
Sergipe	0,240
Bahia	0,239
Minas Gerais	0,292
Espírito Santo	0,254
Rio de Janeiro	0,243
São Paulo	0,279
Paraná	0,303
Santa Catarina	0,265

Rio Grande do Sul	0,293
Mato Grosso do Sul	0,275
Mato Grosso	0,277
Goiás	0,322
Distrito Federal	0,133

ANEXO D – IEG PARA OS MUNICÍPIOS DA RMVPLN

Município	IEG
Aparecida (SP)	0,204
Arapeí (SP)	0,240
Areias (SP)	0,325
Bananal (SP)	0,147
Caçapava (SP)	0,276
Cachoeira Paulista (SP)	0,226
Campos do Jordão (SP)	0,160
Canas (SP)	0,368
Caraguatatuba (SP)	0,193
Cruzeiro (SP)	0,229
Cunha (SP)	0,311
Guaratinguetá (SP)	0,257
Igaratá (SP)	0,232
Ilhabela (SP)	0,045
Jacareí (SP)	0,223
Jambeiro (SP)	0,231
Lagoinha (SP)	0,207
Lavrinhas (SP)	0,225
Lorena (SP)	0,275
Monteiro Lobato (SP)	0,275
Natividade da Serra (SP)	0,251
Paraibuna (SP)	0,245
Pindamonhangaba (SP)	0,280
Piquete (SP)	0,245
Potim (SP)	0,105
Queluz (SP)	0,113
Redenção da Serra (SP)	0,368
Roseira (SP)	0,217
Santa Branca (SP)	0,282
Santo Antônio do Pinhal (SP)	0,233
São Bento do Sapucaí (SP)	0,192
São José do Barreiro (SP)	0,286
São José dos Campos (SP)	0,175
São Luiz do Paraitinga (SP)	0,284
São Sebastião (SP)	0,219
Silveiras (SP)	0,334
Taubaté (SP)	0,174
Tremembé (SP)	0,200
Ubatuba (SP)	0,137